



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO (POSGRAP)**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTÓRIA)**

**PAULO ROBERTO DE MENEZES RÊGO**

**CARA E COROA: UM ROTEIRO PARA O USO DE MOEDAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL**

São Cristóvão/SE  
2020

PAULO ROBERTO DE MENEZES RÊGO

**CARA E COROA: UM ROTEIRO PARA O USO DE MOEDAS NO ENSINO DE  
HISTÓRIA DO BRASIL.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da  
Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do grau de Mestre em  
Ensino de História.

**Orientador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro**

São Cristóvão/SE  
2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



Ata da Defesa de Paulo Roberto de Menezes Rego, do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, ocorrida no dia 18 de Fevereiro de 2020.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2020, às 13h, no Departamento Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, constituída pelos Professores: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro, Prof. Dr. Fabio Alves dos Santos, Prof. Dr. Aaron Sena Cerqueira Reis. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da banca e o candidato das normas que regem o Exame de Defesa. A seguir, o candidato iniciou seu Exame, apresentando sua Dissertação de Defesa, **CARA E COROA: UM ROTEIRO PARA USO DE MOEDAS NO ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL**, na Linha de Pesquisa: **Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão**. Os membros da banca formularam questões para serem respondidas pelo mestrando. Após suas respostas, procedeu-se o julgamento do Exame de Defesa, sendo o Mestrando considerado aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora. Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos (São Cristóvão), 18 de Fevereiro de 2020.

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Prof. Dr. Fabio Alves dos Santos  
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - UFS

Prof. Dr. Aaron Sena Cerqueira Reis  
Universidade Tiradentes (UNIT)

Paulo Roberto de Menezes Rego

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R343c      Rêgo, Paulo Roberto de Menezes  
Cara e coroa : um roteiro para uso de moedas no ensino de  
história do Brasil / Paulo Roberto de Menezes Rêgo ; orientador  
Lucas Miranda Pinheiro. – São Cristóvão, SE, 2020.  
165 f. : il.

Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) –  
Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. História. 2. História – Estudo e ensino. 3. Moedas brasileiras.  
I. Pinheiro, Lucas Miranda, orient. II. Título.

CDU 930:37.012(81)



## DEDICATÓRIA

A esposa Elba Carla e filhos Felipe e Alice

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao Professor Francisco José Alves, pela dedicação incontestável ao feitura deste trabalho.

À minha esposa Elba e filhos Felipe e Alice, pela compreensão, devido às horas de afastamento diário imposto pelo mestrado.

Aos professores do ProfHistória que contribuíram para a minha formação.

À toda turma ProfHistória UFS 2018, pelo clima solidário e debates profícuos.

Aos professores Francisco José Alves e Fábio Alves pelas contribuições na banca de qualificação e aos Professores Aaron Cerqueira e Fábio Alves pelos aportes na banca final.

Ao contribuinte brasileiro, que através da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), me concedeu bolsa de pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho.

Ao professor Lucas Miranda pinheiro pela confiança e liberdade.

## RESUMO

CARA E COROA: Um roteiro para o uso de moedas no ensino de História do Brasil.

Autor: Paulo Roberto de Menezes Rêgo; Orientador: Lucas Miranda Pinheiro.

O objetivo deste trabalho consiste em disponibilizar um roteiro didático para caracterização, análise e utilização de moedas dos diversos períodos históricos nacionais: Colônia, Reino Unido, Império e República, que permita nortear o uso dessas fontes primárias no ensino de história em sala de aula. Destacamos que as moedas estão presentes na vida do homem desde os tempos mais remotos da civilização e são testemunhos coevos de diferentes épocas históricas. A unidade monetária brasileira sofreu alterações sucessivas durante a sua história. Como resultado desse fenômeno, um rico e diversificado legado iconográfico reside na coleção numária brasileira. Uma profusão de legendas, símbolos, brasões e efígies de personalidades históricas, são sinais que testemunham os valores institucionais da época em que circularam. Acreditamos que o uso dessa ferramenta didática, permitirá ao professor, caracterizar, analisar e interpretar as múltiplas potencialidades disponíveis nessas fontes, suas motivações temáticas e contextualização histórica. Auxiliando no desenvolvimento das competências e habilidades de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise dessa fonte material, estimulando o incremento, nos alunos, da criticidade e autonomia de pensamento. O roteiro utilizou como referencial teórico a noção de Educação Histórica, desenvolvida no Brasil a partir dos estudos de Jorn Rüsen, cuja linha de pesquisa busca esclarecer o processo de formação da consciência histórica em estudantes no contexto de escolarização. Utilizamos, ainda, o conceito de interpretação numismática, pois, a compreensão e análise da iconografia das moedas aplicadas ao processo de resignificação do Ensino de História auxiliarão, para nós, no desenvolvimento de uma educação histórica significativa.

Palavras chave: Ensino de História; Moedas; História do Brasil.

## ABSTRACT

FACE AND CROWN: A script for the use of coins in teaching History of Brazil.

Author: Paulo Roberto de Menezes Rêgo; Advisor: Lucas Miranda Pinheiro.

The objective of this work is to provide a didactic guide for characterization, analysis and use of coins from the different national historical periods: Colonial, United Kingdom, Empire and Republic, which allows to guide the use of these primary sources in the teaching of history in the classroom. We emphasize that coins have been present in the life of man since the most remote times of civilization and are contemporary testimonies from different historical periods. The Brazilian monetary unit has undergone successive changes during its history. As a result of this phenomenon, a rich and diverse iconographic legacy resides in the Brazilian numismatic collection. A profusion of legends, symbols, coat of arms and effigies of historical personalities, are signs that testify to the institutional values of the time in which they circulated. We believe that the use of this didactic tool will allow the teacher to characterize, analyze and interpret the multiple potentialities available in these sources, their thematic motivations and historical context. Assisting in the development of competences and skills of identification, comparison, contextualization, interpretation and analysis of this material source, stimulating the increase, in students, of criticality and autonomy of thought. The script used as a theoretical reference the notion of Historical Education, developed in Brazil from the studies of Jorn Rüsen, whose line of research seeks to clarify the process of forming historical awareness in students in the context of schooling. We also use the concept of numismatic interpretation, because the understanding and analysis of the iconography of coins applied to the process of reframing History Teaching will assist us in the development of a meaningful historical education.

Keywords: History teaching; Coins; History of Brazil.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CAPÍTULO I - O Instrumental, um roteiro para exploração das moedas.....	23
2.1 - O suporte metálico.....	27
2.2 - Sobre as Legendas.....	52
2.3 - Sobre as Imagens.....	67
3. CAPÍTULO II – Uma aplicação do Instrumento.....	112
4. CAPÍTULO III - Uma abordagem coletiva e temática.....	133
5. Considerações Finais.....	148
6. Glossário Numismático.....	151
7. Referencias bibliográficas.....	163

## 1.INTRODUÇÃO.

Esse trabalho tem como propósito examinar as possibilidades do uso de moedas brasileiras no ensino de história na educação básica. A minha relação com o objeto vem de longa data. O primeiro contato que tive com as moedas remonta à minha adolescência. Tinha apenas doze anos e recebia às mãos, pela minha mãe, um relicário em formato de baú, que continha uma pequena, contudo significativa, coleção de moedas. O apanhado era de encher os olhos, moedas de vários períodos da História do Brasil e de outros países do mundo, vários metais, tamanhos e formatos, moedas de prata, cobre e bronze. Independentemente do valor financeiro, desconhecido à época, as moedas carregavam a mística de um verdadeiro tesouro. A coleção, e sua origem familiar, despertou a princípio, uma curiosidade genealógica, me levando a investigar junto as ainda vivas, avó e tias avós suas memórias sobre as “manias” de juntar coisas que perpassou gerações da minha família. A pequena coleção que repousava sob meus cuidados, chegara a minha mãe ainda na juventude, e foi iniciada por meu bisavô materno. A referida coleção e a posterior pesquisa sobre cada uma das moedas, despertou em mim um interesse cada vez maior pela disciplina história.

Na juventude, além do interesse em moedas, paixão incondicional, eu já colecionava e pesquisava, também, sobre selos. A numismática e a filatelia ampliaram meus horizontes. Através dos classificados da *Revista COFI, correio filatélico*, publicada e distribuída com abrangência nacional e internacional pelos correios brasileiros, passei a me corresponder com outros colecionadores de selos e moedas pelo Brasil afora. A coleção, naturalmente, cresceu em volume e substância. Com o passar do tempo fui me familiarizando com a numismática, evoluindo para um estágio mais avançado do colecionismo. Agora, tão importante quanto adquirir peças para a coleção era compreender a moeda em sua totalidade, não só sua origem histórica, mas também sua composição e classificação numária. Com esse fito passei a adquirir material especializado, catálogos, manuais e revistas. Logo estava cursando História, na Universidade Federal de Sergipe.

Ainda cursando a licenciatura, atuei por dois anos como professor estagiário na rede municipal de ensino. Nessa interação, despertou em mim, a função social do professor, o engajamento profissional. Desde então, enxergo o mundo a partir da educação, e sou professor de História atuando em dois vínculos na rede estadual de ensino de Sergipe.

Ainda na graduação em história, um momento chave, definidor da importância da numismática na minha vida acadêmica se concretizou na elaboração da monografia de final de

curso. Foi durante a disciplina de métodos e técnicas de pesquisa que o Professor Doutor, Francisco José Alves, mestre de arguta sensibilidade logo percebeu, no decorrer do curso, minha estreita relação com as moedas e tratou de definir o escopo da minha pesquisa, a saber, inventariar a coleção numismática do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Outro momento importante, no sentido do meu aprofundamento no campo numismático vai ocorrer poucos anos depois de graduado, agora já professor no exercício do magistério público, e mais uma vez, sob a tutela do Professor Francisco. Na oportunidade fui convidado e instigado a participar de um curso de extensão, ofertado pelo mesmo, denominado o ensino de História através das fontes, ocorrido de 10 a 14 de fevereiro de 2003. O intuito da Atividade era difundir entre os profissionais do ensino de História a relevância e sobretudo a técnica no uso das fontes como meio para docência. O meu papel nessa edição da oficina foi formular e explanar as possibilidades das moedas, enquanto fonte, para consubstanciar a pesquisa e o ensino. A oportunidade concedida pelo Professor foi seminal no sentido de adaptar o uso dessa ferramenta ao meu universo profissional.

Nesse período eu já utilizava as moedas em sala de aula como fator motivador, uma estratégia para atrair a atenção dos alunos para determinados temas, e tornar as aulas mais palatáveis. Diante desse exercício, o do uso de moedas, é impressionante observar as reações mais variadas dos alunos, que dependendo da idade e consequente capacidade de cognição, vão desde o mais natural e ingênuo encantamento aos comentários e análises mais sofisticadas, na comparação com os conteúdos do período estudado.

Os discentes são fisgados pela multifacetada riqueza das moedas, refletida nas efígies dos governantes, e demais vultos históricos celebrados, pelos símbolos próprios da heráldica: conjunto de figuras, peças, ornatos que compõem os escudos e brasões de famílias nobres, soberanos e cidades. Enfim, as moedas ostentam, em seus cunhos, características seletivas da cultura material e imaterial de uma determinada civilização, cabendo ao professor provocar a reflexão histórica das motivações e intensões de suas escolhas pelo poder oficial.

O uso das moedas em sala de aula se mostrou uma ferramenta eficiente, pois os alunos demonstravam entusiasmo em debater as características intrínsecas a fonte e o seu contexto histórico. Ao ponto de cobrar a presença das moedas quando iniciávamos um novo conteúdo. Diante disso o meu interesse por elas só aumentou. Continuei cada vez mais envolvido nesse universo. Anos depois, participei da articulação para a criação da AFINSE (Associação Filatélica e Numismática de Sergipe), da qual sou sócio fundador e exerci a função de diretor social em sua primeira formação. Essa associação mantém, desde sua fundação em junho de 2010, reuniões mensais na sede da agência central dos correios e tem contribuído para fomentar

a cultura filatélica e numismática e, ainda, possibilitar o conagraçamento dos colecionadores sergipanos.

Essas experiências, associadas a pesquisas e a prática do colecionismo, possibilitaram com o passar do tempo um maior domínio técnico sobre o uso da numismática em sala de aula. Contudo, o uso das moedas em atividades didáticas estava, naquele período, ainda restrito basicamente ao desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, preconizados pelos documentos oficiais, a saber os PCN e as Diretrizes oficiais para a disciplina História. Naquele contexto as moedas eram utilizadas para ilustrar e reforçar os conteúdos trabalhados em sala de aula, possibilitando aos alunos mais uma possibilidade de desenvolver o conhecimento histórico, partindo de uma experiência prática com a exploração de fontes.

Um marco qualitativo nessa direção, a de tornar o uso de moedas mais significativo em sala de aula, possibilitando sistematizar e fundamentar essa prática pedagógica, se deu com o acesso ao Mestrado Profissional no ensino de história. No decorrer do curso novas propostas pedagógicas foram apresentadas, sendo a principal delas relacionada ao campo da educação histórica, proporcionada pelas disciplinas do curso, que procura romper com o modelo tradicional de transmissão didática, fundamentada no desenvolvimento de habilidades cognitivas universais. A educação histórica, concepção filosófica e didática, e, portanto, teórico-prática, compreende como finalidade para o ensino de História a formação da consciência histórica, que sob a ótica de Rüsen consiste no fundamento da ciência da história e é o substrato das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência de evolução temporal, tanto do contexto histórico que estão inseridos, quanto de si mesmos, possibilitando significar e orientar sua própria existência no tempo. (RUSEN, 2001, p.57).

Ancorado nos fundamentos da Educação histórica, entendemos que a utilização do instrumento aqui proposto aos professores, pode se tornar uma ferramenta útil no sentido de auxiliar os alunos a desenvolverem o pertencimento histórico. Vejamos, então, como essa experiência pode ser conduzida pelo professor. É comum que todos nós tenhamos guardados em casa exemplares de moedas que não circulam mais como dinheiro, resultado do acúmulo, intencional ou não, das gerações passadas. Esses acervos familiares constituem solo fértil para a efetivação da nossa proposta. Ao serem estimulados a levarem para a sala de aula essas reminiscências familiares, os alunos serão estimulados, através do uso do instrumental, mediado pelo professor, a construir narrativas históricas buscando situar essas fontes no tempo, investigando seu contexto histórico, as motivações implícitas sobre as escolhas de suas efigies, símbolos e legendas.



Essas estratégias encontram sentido e se fortalecem como uma tentativa de tornar o ensino de história mais significativo, pois a sala de aula padece, não é de hoje, de uma crise de desencanto e consequente desinteresse da audiência. Essa realidade é enfrentada por todas as disciplinas e com relação à história não é diferente. Reside na necessidade de enfrentamento à essa conjuntura, mesmo que humildemente, uma das principais motivações desse trabalho.

Não é de hoje que, na educação pública, defrontamos um ambiente desanimador, no qual o fracasso escolar tem demonstrado a dificuldade de parcela significativa dos profissionais envolvidos, em construir alternativas que possibilite reverter o quadro de saturação dos modelos existentes. Que já não dão conta de garantir níveis de aprendizagem satisfatórios as novas demandas, resultante da universalização do acesso.

dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP, 2007) mostram que 41% dos alunos que ingressam na 1ª série do Ensino Fundamental não conseguem terminar a 8ª série. Segundo a mesma pesquisa, 26% dos alunos que iniciam o Ensino Médio não o concluem e levam em torno de 10,2 anos e 3,7 anos respectivamente para o concluírem. Ao analisar o Ensino Fundamental e Médio, apenas 40% dos que ingressam no nível obrigatório concluem a 3ª série do Ensino Médio, precisando de aproximadamente 13,9 anos para isso. Esse dado evidencia uma distorção série/idade que continua sendo um problema para a educação brasileira. (FORGIARINI, S. B; SILVA, J. C, 2009, p.2-3)

Nas últimas décadas, com a universalização dos exames nacionais, temos acompanhado a crescente relevância dada aos aspectos quantitativos como definidores da qualidade do ensino nos debates midiáticos e acadêmicos. Nessa perspectiva, nos deparamos cotidianamente com a ampla divulgação para toda a sociedade de indicadores, metas e resultados de avaliações nacionais e internacionais que buscam dar conta da realidade educacional brasileira.

Diante dessa conjuntura, as condições encontradas revelam uma alarmante realidade: altos índices de repetência, evasão, abandono e distorção idade/série, e principalmente a constatação dos baixos níveis de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido vejamos as taxas de rendimento escolar da rede pública estadual brasileira divulgadas no site INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) disponíveis na aba Indicadores Educacionais. A série histórica sobre os indicadores foi iniciada em 2007 e dava conta de uma taxa de reprovação de 13% no Ensino Fundamental e de 13,6 % no Ensino Médio; num abandono no E.F. de 5,2% e no E.M. de 14,8 % que resultaram na época em uma distorção idade/série de 28,6% no E. F. e de 49,5% no E. M. Em Sergipe a situação era ainda mais grave,

pois a reprovação no E.F. era de 19,7% e no E.M. de 10,5%, com uma taxa de abandono de 8% no Fundamental e de no Médio e um índice de distorção de quase o dobro da média nacional, a saber, de 46,5% no Ensino Fundamental e de 72,1% no Ensino médio.

O quadro revelava uma crise que, construída historicamente, vêm afetando, em maior ou menor proporção, todos os níveis da educação básica da rede pública.

Os diagnósticos sobre a crise educacional, acima aludida são muitos. Revisemos alguns, sem nenhuma pretensão de exaustividade.

O professor Luiz Carlos Villalta chamava atenção, desde o início dos anos 90, para o fato de que o discurso emanado pela categoria dos professores, sobre sua prática, estava distante do que realmente acontecia em sala de aula. O artigo de Villalta foi escrito com base no resultado de pesquisas aplicadas no final dos anos 80, que tinham como objetivo escrutinar a prática dos professores de história, buscando estabelecer um parâmetro entre o “professor ideal”, que Villalta citando Fenelon define como “capaz de fazer história, relacionar-se criticamente com o saber produzido e também produzir um novo saber ao mesmo tempo em que o organiza e transmite” (VILLALTA, 1992, p. 223) e o “professor real”, que, segundo o resultado das pesquisas, apresentam um discurso que apesar de supostamente comprometido, demonstravam, na prática, a precariedade da sua formação e o predomínio de uma visão tradicional de história.

Segundo esse estudioso, o distanciamento entre o professor “real” e o “ideal” ficava mais visível quando analisados os planejamentos docentes contrapostos aos depoimentos dos alunos. Sobre os planejamentos, foram identificadas três linhas teóricas, das quais duas foram predominantes, sendo, uma “visão tradicional” e outra “marxista” e uma terceira minoritária que se propunha crítica às duas anteriores, fundamentada pela História Nova.

Para os pesquisadores, independente das propostas e do caráter ideológico que as constituíam, o traço comum entre elas era a ausência de coerência e precisão quanto aos aspectos constitutivos do planejamento e demonstravam, ainda, que não havia indícios que demonstrassem a intenção em tornar os alunos protagonistas no processo ensino/aprendizagem.

As conclusões não podiam ser outras que não um professor frágil teoricamente com um discurso divorciado da prática. Diante desse identificado quadro de fragilidade teórica e prática, Villalta aprofunda sua investigação sobre as razões primeiras que contribuíram para a precariedade do professor de história no exercício profissional.

O autor analisando a formação acadêmica do período estudado, investigou qual o papel das licenciaturas nesse contexto. O primeiro indício encontrado foi relativo a omissão da academia na forma como enfrentar as limitações técnicas e a baixa erudição apresentada pelos

alunos recém-ingressos. No tocante a própria formação acadêmica o autor consubstanciado nas pesquisas da professora Elza Nadai aponta vários elementos reveladores da constituição do “professor real”, entre elas a minimização da importância das discussões teóricas, metodológicas e historiográficas e aliada a pobreza da formação teórica fica evidente uma dicotomia entre as disciplinas de “conteúdo” ofertadas pelos departamentos de história e as “disciplinas pedagógicas” usualmente ofertadas pelos Departamentos de educação.

Sobre a formação acadêmica e sua contribuição na formação do professor real, conclui Villalta:

a prática de ensino, a experiência de ensinar e fazer aprender História, torna-se a grande ausência do processo de formação do professor. Em suma, os cursos de Graduação em História, além de não formarem pesquisadores, fracassam igualmente em relação à formação de professores: os alunos [futuros professores] saem precários do ponto de vista teórico e, mais do que isso, quase sem vivenciarem a prática do ensinar história. (VILLALTA, 1992, p.230).

O que mais impressiona no artigo do Professor Villalta, apesar de ter sido escrito em 1991, é sua atualidade e pertinência, pois os diagnósticos apresentados nunca estiveram tão presentes e continuam válidos para a atualidade.

Outro diagnóstico sobre a crise do ensino de história no Brasil é apresentado pela professora Selva Guimarães. Sua obra é fundamental no sentido de compreender a emergência do cenário, crítico, em que se encontra o ensino de modo geral e especificamente o ensino de história.

Para a autora a virada do século XX para o século XXI, aprofundou a crise educacional alardeada nos anos 90, e acirraram-se as mudanças e incertezas, o relativismo e o multiculturalismo caracterizam a sociedade brasileira contemporânea, reflexos também, de uma crise de valores marcada pela articulação entre fundamentalismos, neoliberalismo econômico e neoconservadorismo moral e político.

Para ela “o homem moderno não é mais o homem que sofre a ruptura entre o passado e o presente, o antes e o depois, mas o homem que carrega em si próprio a ruptura como objeto mesmo de sua vontade.” (FONSECA, 2009, p.29). Compreender, afrontar e modificar essa conjuntura implicaria, para a autora, enfrentar uma óbvia temática para os historiadores, a saber, a relação orgânica entre educação, cultura, memória e ensino de história. E, por fim, com base nessa relação, compreender e dialogar com os marcos regulatórios governamentais que emergiam naquele contexto, a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação/96 e os Parâmetros curriculares Nacionais.

Diante dessa conjuntura, a autora ancorada na filósofa Hanna Arendt esclarece que a “raiz da crise da educação moderna é a incompatibilidade da natureza intrínseca entre o ato de educar – preservação e transmissão cultural – e as atitudes do homem moderno diante do velho e do passado.” Estaríamos, então, testemunhando um paradoxo educacional, uma mudança de paradigma, diante da supremacia da mudança sobre a tradição.

A autora apresenta mais um elemento para a compreensão das raízes da crise no ensino. a universalização do direito à educação e a consequente ampliação do acesso à escola pública no Brasil, herança das últimas décadas do século passado, aspecto tratado anteriormente, e que pelo senso comum da maioria dos professores já seria suficiente para justificar o fenômeno do fracasso escolar.

Contudo, esse entendimento, ao ser analisado pela autora passa a ter uma nova conotação, pois ela atribui o fracasso escolar generalizado como consequência da transposição de um modelo educacional arcaico das elites para uma escola popular, exacerbando assim as desigualdades nos índices de desempenho dos indivíduos de diferentes origens sociais.

Nesse contexto, o da heterogeneidade dos nossos alunos, uma questão se torna premente para a autora, principalmente no âmbito da disciplina história, definir o que? e como? se deve ensinar. É nesse ponto que afloram as disputas ideológicas e teóricas que subjazem as elaborações curriculares, pois as diretrizes e as orientações curriculares são conhecidos mecanismos padronizadores que adentram os espaços escolares com o peso e a força da tradição, dificultando e quase impedindo o reconhecimento e interação do “saber escolar” com a realidade cultural dos diferentes grupos sociais.

O que resultaria para Fonseca, concordando com André Chervel, em não reconhecer a autonomia relativa e a eficácia própria da dinâmica cultural escolar em relação às outras dinâmicas que coexistem no campo social.

Para a autora, é necessário reconhecer e valorizar a experiência de vida dos alunos, seus valores, significados, crenças, atitudes e comportamentos. Pois, será com essa experiência pregressa que os saberes históricos, os valores culturais e políticos transmitidos na escola deverão interagir. Diante disso a autora aponta a necessidade da incorporação de novas fontes de saber histórico ao processo de ensino e aprendizagem. para ela ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, o professor estará democratizando o acesso ao saber, possibilitando a troca de experiências entre o saber formal e o repertório de cada sujeito, estimulando, dessa forma, a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica. Para a autora os professores devem retomar e incorporar no processo ensino/aprendizagem o papel formativo do ensino da história, sua potencialidade fundamental

na formação da consciência histórica do homem. Nesse ponto faz-se necessário aprofundar o entendimento sobre a natureza, função e importância da consciência histórica.

Frente a esses diagnósticos e considerações, insere-se a nossa proposta. Ela visa contribuir no sentido de contextualizar e significar o ensino de história. Pois defendemos que a realidade da sala de aula pode, também ser transformada, através da adoção de novas ferramentas de ensino.

Essas práticas se tornarão efetivas na medida em que apoiadas num efetivo suporte teórico metodológica coerente. Aqui nos inspiramos em Selva Guimarães, quando a autora defende que a incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de história é “uma opção metodológica que amplia o olhar do historiador, o campo de estudo, tornando o processo de transmissão e produção de conhecimentos interdisciplinar, dinâmico e flexível” (FONSECA, 2009, p.163), assim, acreditamos que através dessas novas práticas os saberes poderão ser religados e rearticulados, rompendo as barreiras disciplinares e proporcionando, dessa forma, a verdadeira compreensão histórica.

Como a autora, acreditamos que as metodologias de ensino atuais exigem do professor constante atualização, pesquisa e incorporação de diferentes fontes, pois, agindo dessa forma o professor deixa de ser um mero reprodutor de conteúdos a alunos passivos e apáticos e passa a ter o privilégio de ser um promotor da participação dos alunos como agentes do conhecimento histórico. Na linha proposta por Fonseca acreditamos que a utilização de documentos numa perspectiva metodológica dialógica propicia o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem que tem como pressupostos a pesquisa, o debate, a formação do espírito crítico e inventivo.

Nossa proposta também se ampara em Paulo Knauss. Esse autor, como Selva Guimarães, também sugere a utilização de documentos em sala de aula. Segundo ele nesta operação

o professor deverá estabelecer um problema que estará articulado com fontes de seu conhecimento. Isso requer pesquisa docente de ordem bibliográfica, mas igualmente de identificação de corpus documentais apropriados. Não só a atividade discente e a sala de aula se tornam lugar de exercício da pesquisa, mas igualmente o professor se vê envolvido na tarefa de investigador, voltado para o exercício didático, rompendo a lógica normatizadora autoritária. (KNAUSS, 1996, p.41).

É nessa tradição, que procura se enquadrar nosso trabalho.

Nesse sentido o propósito deste trabalho é disponibilizar um instrumento didático que viabilize o uso de moedas como meio para o ensino de história em sala de aula. Assim sendo,

o produto educacional aqui visado se constituirá numa metodologia que investigue e contextualize as moedas como fontes para o ensino e compreensão históricas.

As moedas, sendo objetos representativos da cultura material, constructos humanos de grande abrangência no sentido da circulação demográfica e serem, ainda, portadoras do sentimento de proximidade, no sentido de pertencimento histórico, apresentam um grande potencial didático. Afinal, as moedas estão presentes na vida do homem desde os tempos mais remotos da civilização e são testemunhos de diferentes épocas históricas.

No Brasil, a moeda se fez presente desde a era colonial e tem sofrido frequentes transformações. Essas modificações decorreram, sobretudo de várias tentativas de superação de crises inflacionárias e da efetivação de planos econômicos que visavam equacioná-las. Como resultado disso, a unidade monetária brasileira passou por nove mudanças de nome, sofreu alterações do valor facial de circulação e, ainda, a supressão do valor intrínseco do metal utilizado como base de cunho.

Como resultado dessas sucessivas cunhagens, a coleção numária brasileira constitui um rico e diversificado legado testemunhal, revelando aspectos políticos, econômicos, artísticos, sociais etc. Enfim, inúmeras facetas do passado nacional. Elas oferecem uma profusão de legendas, símbolos, brasões, efígies de personalidades históricas e sinais que testemunham os valores institucionais da época em que circularam (CARLAN, 2006, p.110).

Será também parte constituinte do trabalho, demonstrar seu papel privilegiado, enquanto fonte, no desenvolvimento, como proposto no âmbito dos PCN, das competências e habilidades de representação e comunicação que emergem no ato de criticar, analisar e interpretar fontes documentais da disciplina história no espaço escolar e também como preconiza a BNCC, possibilitar o estímulo do pensamento dos alunos através do desenvolvimento dos processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de uma fonte material.

Nesse sentido, as orientações da Base Nacional Comum Curricular, preconizam sobre o ensino de história, que é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos (escritos, iconográficos, materiais e imateriais), pois os registros das mais diversas naturezas, produzidos pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana. A BNCC acrescenta, ainda, sobre a utilização de fontes materiais em sala de aula:

pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do

processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental. (BRASIL, BNCC, p.396).

Nesse sentido, entendemos que o uso das moedas como suporte para o ensino de história, auxiliaria no desenvolvimento de um importante objetivo do ensino de História, tal qual disposto no texto da BNCC, que seria estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas, pois a percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.

Quanto a metodologia utilizamos na formatação do instrumento de exploração didática da moeda no ensino de história, elementos da interpretação numismática. Essa metodologia contribui, para nós, no desenvolvimento de uma educação histórica significativa. Pois as narrativas históricas produzidas pelos alunos, resultantes da aplicação do instrumental, ao serem ressignificadas pelo professor, constituem passo significativo no sentido do desenvolvimento da consciência histórica em estudantes no contexto de escolarização, de acordo com os estudos e experiências desenvolvidas principalmente por Isabel Barca em Portugal e por Schmidt e Silva no Brasil tributários aos fundamentos da Educação Histórica, formulada por Rüsen.

Nesse sentido, Barca defende que a Educação histórica apreende explicações para significar as problematizações do ensino escolar da disciplina história inerentes ao contexto escolar e social dos alunos, pois em suas investigações a autora observou que

as crianças têm já um conjunto de ideias relacionadas com a história, quando chegam à escola. O meio familiar, a comunidade local, os media, especialmente a tv, constituem fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens, que a escola não deve ignorar nem menosprezar. É a partir da detecção destas ideias – que se manifestam ao nível de senso comum, e de forma muitas vezes fragmentada e desorganizada – que o professor poderá contribuir para as modificar e tornar mais elaboradas. (BARCA, 2001, p15).

Ainda como recurso metodológico disponibilizamos o instrumento que norteará o trabalho dos professores em sala de aula, no uso das moedas brasileiras em aulas de História do Brasil. Esse instrumento constará de um roteiro para Exegese dessa fonte material, com os seguintes questionamentos às moedas: quando foi cunhada? Por quem? Qual o seu valor? Em

que material foi cunhada? Que Legenda trás? Que imagem veicula? Que outros aspectos as moedas revelam quanto à economia, às artes, à política e às mentalidades.

No plano teórico utilizamos, na realização do trabalho, principalmente o conceito de consciência histórica do filósofo alemão Jörg Rüsen. Para o autor a consciência histórica:

é uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se o interpreta como história. Assim, sua análise cobre os estudos históricos, bem como o uso e a função da história na vida pública e privada. (RÜSEN, 2006, p.14).

Rüsen, aprofundando a compreensão desse conceito, elucida três dimensões importantes que povoam as discussões sobre a referida temática. A primeira consiste em não reduzir a consciência histórica a uma mera compreensão do passado, pois para o autor ela é responsável por estruturar o conhecimento histórico como uma forma de significar o presente e perspectivar o futuro. A segunda dimensão dá conta de que a consciência histórica pode ser interpretada como um conjunto coerente de operações mentais que caracterizam o pensamento histórico e definem sua finalidade na cultura humana. Para Rüsen, tanto a teoria da história, responsável pelos fundamentos dos estudos históricos, quanto a didática da história, pertinente aos fundamentos da educação histórica, “coincidem em suas análises das operações narrativas da consciência histórica com suas consequentes conexões sistemáticas.” (RÜSEN, 2006, p. 15). Dessa forma a disciplina história passaria a ressignificar a vida prática.

A terceira dimensão dá conta da relação da consciência histórica com a constituição da identidade humana. Esta ocorre na interação com os outros e promove a preservação de si mesmo, proporcionando segurança e auto persistência em face da mudança.

Neste trabalho nos apoiamos também em dois preceitos elaborados pelo pedagogo, patrono da educação brasileira, Paulo Freire. O primeiro princípio reside na noção de que “ensinar exige consciência do inacabamento” e o segundo se constitui na ideia de que “ensinar exige curiosidade” (FREIRE, 2018).

A primeira percepção, a de que “ensinar exige consciência do inacabamento” se fundamenta, segundo o autor, numa característica inerente aos seres humanos, qual seja a da consciência de sua incompletude e de sua contínua e interminável construção na existência.

Para o autor, ao inventar a existência, embora limitada materialmente pelas circunstâncias naturais, o homem vai desenvolver o “suporte”, ou seja, o espaço de interação e sobrevivência, qual seja o seu próprio mundo. O suporte para Freire seria o espaço soberano do



instinto, no qual os animais, diferente dos humanos ainda estão presos. Sobre isso argumenta Freire que faltaria aos outros animais a linguagem e a postura ereta, que nos libertou as mãos, possibilitando o desenvolvimento da inteligibilidade e consequentemente a comunicabilidade, o que possibilitou transformar o suporte em mundo consciente, em existência.

Nesse sentido explica o autor “O suporte veio fazendo-se mundo e a vida, existência, na proporção que o corpo humano vira corpo consciente, captador, apreendedor, transformador, criador de beleza e não “espaço” vazio a ser enchido de conteúdo.” (FREIRE, 2018, p.51).

É justamente na transposição desse conceito da consciência de inacabamento pertinente ao processo de ensino/aprendizagem que, também, ancoramos a nossa proposta. Pois entendemos que, no contato com as fontes primárias, interagindo com as moedas e cédulas, os alunos poderão desenvolver habilidades interpretativas e narrativas reveladoras da construção ética pertinente ao processo histórico: as intencionalidades, os valores vinculados no discurso oficial, ou seja, revelar em última análise a natureza parcial e, portanto, inacabada e provisória do discurso histórico.

A segunda noção, a de que “ensinar exige curiosidade” é defendida pelo autor como condição primaz para uma prática pedagógica democrática e libertadora. Para Freire, a curiosidade deve ser força motriz a permear todo o processo formativo, devendo estar presente e atuando ao mesmo tempo, sobre os educadores e educandos.

O autor esclarece que uma prática educativa pautada apenas na exposição discursiva do docente, acaba tendo como efeito negativo, comum a todos os envolvidos, a domesticação da curiosidade. Como consequência nociva desse processo evidencia-se a prevalência da memorização mecânica sobre o aprendizado real do elemento em estudo. Para o autor o aprendizado real implicaria uma postura dialógica, aberta, curiosa, indagadora de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem.

Defendemos o despertar da curiosidade e a busca da dialogicidade como mais dois princípios incontornáveis da nossa proposta. Uma vez que, compreendemos a utilização de fontes no ensino de história como terreno fértil que, conforme acreditamos, resgatará a atenção dos alunos e permitirá aflorarem os questionamentos, comparações, interpretações e narrativas, auxiliando na progressão dos conhecimentos históricos. Condição, esta, imprescindível ao despertar, nesses sujeitos, o pertencimento e consciência histórica.



## 2. CAPÍTULO I.

O Instrumental, um roteiro para exploração das moedas.

O uso didático das moedas brasileiras será efetivado através de um questionário. O uso deste instrumento visa nortear o trabalho dos professores em sala de aula, no sentido de desenvolver competências e habilidades significativas e necessárias a construção do pensamento crítico, auxiliando no desenvolvimento da Consciência Histórica em alunos da educação básica.

O uso desta ferramenta visa, ainda, em sua dimensão operacional, fomentar atividades de caracterização, comparação, análise e interpretação das informações históricas contidas nas fontes. Esses procedimentos são incontornáveis, reconhecidos em sua eficácia, e postulados pelos documentos oficiais sobre o ensino de história.

Diante disso, creditamos a esse instrumental e às práticas resultantes de sua utilização, papel significativo no desenvolvimento da educação histórica. Almejamos, ainda, possibilitar uma experiência que, além de didática, seja dinâmica e lúdica e, principalmente, promotora do protagonismo dos alunos, através da produção de narrativas históricas pautadas em sua apreensão histórica pregressa. Valorizar o protagonismo, estimular a curiosidade, o espírito investigador e a criatividade, princípios indispensáveis a um fecundo processo de ensino/aprendizagem que vise a criticidade e a autonomia.

Vê-se, pois, que os procedimentos propostos encontram respaldo tanto no aspecto legal, quanto nas disposições teórico-metodológicas.

As moedas, exploradas pelo instrumental, contêm três tipos de informações básicas: O suporte metálico, as palavras e as imagens. O nosso questionário contempla essas dimensões. No trabalho com fontes, a primeira pergunta que deve ser feita, será sempre a que período cronológico ela pertence e a quem deve ser creditada sua autoria. Nesse sentido, iniciaremos a atividade com a seguinte indagação “Quando a moeda foi cunhada? E quem autorizou sua cunhagem?”. Após a verificação temporal e autoral os questionamentos serão organizados em três campos de constatação. Um dos aspectos a ser elucidado, diz respeito ao suporte material da fonte. Em nossa primeira abordagem perguntaremos: I- em que metal ou liga foi cunhada a moeda? e qual o seu valor? Num segundo momento investigaremos o aspecto vocabular presente nas moedas, para tanto indagaremos à fonte: II- Que legenda traz? E o que comunicam? E por fim exploraremos as características imagéticas das moedas, averiguando: III- Que imagens veiculam e quais os seus significados?

Consideremos, inicialmente, as primeiras questões.

Para atender as primeiras indagações, “Quando a moeda foi cunhada? E quem autorizou sua cunhagem?” é preciso ter em mente que nem todas as moedas que circularam no Brasil, durante o período colonial, traziam impressa a data de sua cunhagem. Diante disso, esclarecemos que a ausência de data na maioria dessas moedas não inviabiliza a obtenção de resposta a nossa primeira indagação, pois, quase todas trazem os nomes dos monarcas e, por este meio, é possível datá-las (figura 1). Nos poucos casos em que as moedas não informam nem a data e nem o nome do monarca, elas poderão ser identificadas pela presença da monograma Real (figura 2), constante nessas peças de tamanho reduzido. Para possibilitar a datação das moedas, pelos alunos, o professor deverá promover uma atividade que relacione o Monarca identificado na moeda ao seu período dinástico e associar esse intervalo cronológico aos acontecimentos da história do Brasil.

Figura 1. Tostão, 100 reais de D. Sebastião I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces101475.html>

Figura 2. Vintém, 20 reais de D. Sebastião I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces39491.html>

Durante o período colonial brasileiro, foram quinze o número de monarcas que reinaram em Portugal e todos emitiram moedas. São eles:

Da Dinastia de Avis:

D. Manuel I, o venturoso, de 25 de outubro de 1495 a 13 de dezembro de 1521. Nesse período se deu o apogeu das grandes navegações com a descoberta do caminho para as índias e a conquista da América portuguesa.

Dom João, III, o piedoso, de 13 de dezembro de 1521 a 11 de junho de 1557. Nesse período tivemos no Brasil o início da colonização marcado pela fundação da vila de São Vicente em 1532. A divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, entre 1534 e 1536. A instauração do governo geral de Tomé de Souza (1549-53). A invasão e conquista do Rio de Janeiro em 1555 pelos franceses, episódio registrado na História como a França Antártica.

D. Sebastião I, o desejado, de 11 de junho de 1557 a 4 de agosto de 1578. O governo geral de Duarte da Costa (1553-8). governo geral de Mem de Sá (1558-72). A Expulsão dos franceses e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565. A divisão administrativa do território brasileiro, com a criação de dois Governos-Gerais em 1572: um no Norte, com capital em Salvador e outro no Sul, com capital no Rio de Janeiro.

D. Henrique I, o casto, de 28 de agosto de 1578 a 30 de janeiro de 1580. Período curto de governo, sem maiores reflexos na História do Brasil a não ser o fato de que, por ser um cardeal e não deixar herdeiros, após sua morte instaurou-se uma crise sucessória no Reino português.

GOVERNADORES DO REINO de 1 de janeiro de 1580 a 17 de julho de 1580.

D. Filipe I (II em Espanha), o Prudente, de 17 de Julho de 1580 a 13 de Setembro de 1598. Nesse período foi iniciado o domínio espanhol sobre Portugal com a “União das coroas Ibéricas”, que perdurou de 1580 a 1640.

D. Filipe II (III em Espanha), o Piedoso de 13 de setembro de 1598 a 31 de março de 1621. Nesse período, no Brasil, será criada a França Equinocial, com a Invasão francesa do Maranhão em 1612.

D. Filipe III (IV de Espanha), o Grande de 31 de março de 1621 a 1 de dezembro de 1640. Ainda em 1621 o Brasil foi dividido em dois estados: o estado do Maranhão, mais tarde chamado Maranhão e Grão-Pará e o estado do Brasil. Nesse período ocorreram as invasões holandesas: Em 1624 Salvador é invadida e ocupada pelos holandeses e em 1630 os holandeses invadem e conquistam Olinda e Recife. A dinastia filipina chegaria ao fim, sem conseguir expulsar os batavos do território brasileiro.

Da Dinastia de Bragança:

D. João IV, O Restaurador de 1 de dezembro de 1640 a 6 de novembro de 1656. Esse período tem início com o fim da União Ibérica e a Reconquista da autonomia portuguesa. No Brasil, os principais acontecimentos serão a Expulsão dos holandeses na Insurreição Pernambucana (1645-54) e em 1645, a elevação do Brasil à categoria de Principado.

D. Afonso VI, O Vitorioso de 6 de novembro de 1656 a 22 de novembro de 1667. Período curto de governo, sem maiores repercussões factuais na historiografia brasileira.

D. Pedro II, O Pacífico, regente de 22 de novembro de 1667 a 1683 e reinando até 9 de dezembro de 1706. D. Pedro teve que enfrentar a revolta de Beckman em 1684 no maranhão e foi o responsável pela criação em 1702 das intendências das minas. Esse período marcou o início da exploração aurífera no Brasil.

D. João V, O Magnânimo de 1706-1750. Nesse período chegou ao apogeu a exploração aurífera no Brasil. O reinado de D. João V ficou marcado também pelas rebeliões nativistas, durante seu governo eclodiu em Minas Gerais a Guerra dos Emboabas (1708-9), em Pernambuco A Guerra dos Mascates (1710-11) e, ainda, em Minas A Revolta Filipe dos Santos, em Vila Rica (1720).

D. José I, O Reformador de 1750-1777. O reinado de José I foi principalmente marcado pelas políticas do seu secretário de Estado, o Marquês de Pombal, que reorganizou as leis, a economia e a sociedade portuguesa, transformando Portugal num país moderno.

D. Maria I, A Piedosa de 1777-1816. Esse período ficou marcado pela crise da mineração e a explosão das rebeliões separatistas: a inconfidência mineira em 1789 e a Inconfidência Baiana (1798). Mentalmente instável, desde 10 de fevereiro de 1792 foi obrigada a aceitar que o filho tomasse conta dos assuntos de Estado como príncipe regente. Nesse período tivemos no Brasil: A Transferência da corte portuguesa para a América em 1808. A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815.

D. João VI, O Clemente 1816-1826. A Revolta Pernambucana em 1817. As moedas deste monarca terão a circulação interrompida em 1822 com a proclamação da independência do Brasil. A partir deste marco histórico as moedas foram nacionalizadas, apesar de manterem a nomenclatura da unidade monetária portuguesa, o Real.

Depois de devidamente localizada quanto ao pertencimento histórico, e o contexto político de sua emissão, revelador de sua autoria, o próximo questionamento a ser feito será:

I- Em que metal ou liga foi cunhada a moeda? E qual o seu valor?



## 2.1- O suporte metálico

Quanto ao suporte material, as moedas que circularam no Brasil tiveram diferentes bases. O ouro, a prata e o cobre foram os únicos metais utilizados como base das moedas portuguesas que circularam no Brasil durante todo o período colonial.

D. Manuel I, cunhou as seguintes moedas: em ouro: o Português no valor de 4.000 Reais; o Cruzado de 400 Reais (figura 3) e o Quarto de Cruzado de 100 Reais. Em prata: o Meio Português de 200 Reais; o Tostão de 100 Reais (figura 4); o Meio Tostão de 50 Reais; o Índio de 33 Reais e o Real (vintém) de 20 Reais; o Meio Real de 10 Reais e o Cinquinho de 5 Reais. Em cobre: o Real de 6 Ceitis; o Meio Real de 3 Ceitis e o Ceitil.

Figura 3. Cruzado, 400 reais de D. Manuel I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces35560.html>

Figura 4. Tostão de 100 reais de D. Manuel I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces35512.html>

Dom João III, cunhou: em ouro: o Português de 4.000 reais (figura 5); o Cruzado de 400 rs (reais); o São Vicente de 1.000 rs; e o Meio São Vicente de 500 rs.; em prata: o Tostão de 100 rs; o Real Português dobrado de 80 rs.; o Meio Tostão de 50 rs.; o Real Português de 40 rs.; o Vintém de 20 rs.; o Meio Vintém de 10 rs. e o Cinquinho de 5 rs.; em cobre: Dez Reais (Patações) de 10 rs.; Três Reaes de 3 rs.; Real de 6 Ceitis e o Ceitil.

Figura 5. Português, 4000 reais de D João III



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces97635.html>

D. Sebastião I, cunhou em ouro: o São Vicente de 1.000 rs.; o Meio São Vicente de 500 rs.(figura 6); e duas moedas de 500 Reais, sendo uma de circulação normal e uma especial também conhecida como engenhoso. Em prata: o Tostão de 100 rs.; o Meio Tostão de 50 rs.; o Vintém de 20 rs e o Meio Vintém de 10 rs. Em cobre: os Dez Reais; os Cinco reais; os Três reais; o Real de 6 Ceitis e o Ceitil.

Figura 6. Meio São Vicente, 500 reais de D. Sebastião.



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces97729.html>



D. Henrique I, cunhou em ouro: a Moeda de 500 rs (figura 7). Em prata: o Tostão de 100 rs.; o Real português dobrado de 80 rs.; o Meio tostão de 50 rs. e o Vintém de 20 rs. Em cobre: os Dez reais e os Cinco reais.

Figura 7. 500 reais de D. Henrique I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces97485.html>

Governadores e defensores do reino de Portugal (31 de jan. a 17 de jul. de 1580), período das disputas pela sucessão do trono português. Foram cunhadas moedas, porém elas não chegaram a circular no Brasil.

D. Antônio (o prior do Crato). Disputou o reino com Filipe da Espanha de 19 de jun. a 25 de ago. de 1580, (na ilha Terceira de 5 de ago. de 1580 a 3 de ago. de 1583). Suas moedas também não circularam no Brasil.

D. Filipe I (II em Espanha), cunhou em ouro: a Moeda de 500 rs.; os 4 cruzados de 1.600 rs.(figura 8); os 2 cruzados de 800 rs. E o Cruzado de 400rs. Em prata: o Tostão de 100 rs.; o Meio tostão de 50 rs.; 4 Vinténs de 80 rs.; 2 vinténs de 40 rs. E o Vintém de 20 rs. E Em cobre cunhou apenas os Dez reaes.

Figura 8. 4 cruzados de 1.600 reais de D. Filipe I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces99406.html>

D. Filipe II (III em Espanha), manteve em circulação as moedas do reinado anterior.





D. Afonso VI, O Vitorioso, cunhou em ouro: os Quatro Cruzados de 3.500 rs.(figura 11); os Dois Cruzados de 1.750 rs.; os Cruzado de 875 rs.; a Moeda de 4.000 rs.; a Meia moeda de 2.000 rs.; e o Quarto de Moeda de 1.000 rs. Em prata: os Cruzado de 400 rs.; o Meio Cruzado de 200 rs.; o Tostão de 100 rs.; o Meio tostão de 50 rs.; os Quatro vinténs de 80 rs.; os Dois vinténs de 40 rs.; o Vintém de vinte rs. E o Meio vintém de 10 rs. Em cobre, só o Real e meio de 1 ½ rs.

Figura 11. 4 Cruzados, 3.500 reais de D. Afonso VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces99686.html>

D. Pedro II, O Pacífico, cunhou em ouro: a Moeda de 4.800 rs.; a Meia Moeda de 2.400 rs.; o Quarto de Moeda de 1.200 rs.; a Moeda de 4.000 rs. (figura 12); a Meia Moeda de 2.000 rs. E o Quarto de moeda de 1.000 rs. Em prata: as Duas Patacas de 640 rs.; a Pataca de 320 rs.; a Meia Pataca de 160 rs.; os Quatro Vinténs de 80 rs.; os Dois Vinténs de 40 rs. E o Vintém de 20 rs.

Figura 12. Moeda de 4000 reais de D. Pedro II



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces25659.html>

D. João V, O Magnânimo cunhou em ouro: o Dobrão de 24.000 rs.; o Dobra de 12 .000 rs.; o Dobra de 12.800 rs.(figura 13); a Dobra de 6.400 rs.; a Dobra de 3.200 rs.; o Escudo de 1.600 rs.; o Meio Escudo de 800 rs. e o  $\frac{1}{4}$  de escudo (Cruzado) de 400 rs. Em prata: as Duas Patacas de 640 rs.; a Pataca de 320 rs. e a Meia Pataca 160 rs. Em Cobre: o Vintém de 20 rs. e os Dez Reis.

Figura 13. Dobra de 12 800 Réis de D. João V



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces17004.html>

D. José I, O Reformador cunhou em ouro: Dobra de 4 Escudos (peça) de 6.400 rs. (figura 14) Dobra (Meia Peça) de 2 Escudos de 3.200. rs. o Escudo 1 .600 rs.; o Meio Escudo 800 rs.; a Moeda de 4.000 rs.; a Meia Moeda de 2.000rs. e o quarto de Moeda de 1.000 rs. Em prata: as Duas Patacas de 640 rs.; a Pataca de 320 rs.; a Meia Pataca de 160 rs.; os Quatro Vinténs de 80 rs.; os Seis Tostões de 600 rs.; os Três Tostões de 300 rs.; o Tostão e Meio de 150 rs. e o Quarto de Três tostões de 75 rs. Em Cobre: os Dois Vinténs de 40 rs.; o Vintém de 20 rs.; os Dez Reis e os Cinco réis.

Figura 14. Peça de 6400 Réis - José I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces17041.html>



Dona Maria I, A Piedosa Cunhou em ouro: a Dobra de 4 Escudos (peça) de 6.400 rs.(figura 15); a Dobra (Meia Peça) de 2 Escudos de 3.200.rs.; o Escudo de 1 .600 rs.; o Meio Escudo de 800 rs.; a Moeda de 4.000 rs.; a Meia Moeda de 2.000rs. e o quarto de Moeda de 1.000 rs. Em prata: Duas Patacas de 640 rs.; a Pataca de 320 rs.; a Meia Pataca de 160 rs.; os Quatro Vinténs de 80 rs. e em Cobre: os Dois Vinténs de 40 rs.; o Vintém de 20 rs.; os Dez Reis e os Cinco réis.

Figura 15. Peça de 6400 Réis - Maria I



<https://en.numista.com/catalogue/pieces36273.html>

D. João VI, O Clemente cunhou em ouro: a Dobra (peça) de 6.400 rs (figura 16) a Moeda de 4000 rs. e.; Em prata: as Três Patacas (Patacão) de 960 rs.; as Duas Patacas de 640 rs.; a Pataca de 360 rs.; a Meia Pataca de 160 rs. e os Quatro Vinténs de 80 rs. Em cobre: os Quatro Vinténs de 80 rs.; os Dois Vinténs de 40 rs.; o Vintém de 20 rs. e os Dez reais.

Figura 16. Peça de 6400 Réis - João VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces61834.html>

Durante o período colonial vamos encontrar no meio circulante a presença de moedas de outros países, além das Portuguesas, foi comum a circulação de moedas espanholas no

Brasil. As moedas metropolitanas portuguesas não conduziram sozinhas as relações comerciais em sua colônia americana. Desde as primeiras décadas da colonização brasileira foi generalizado o uso de moedas espanholas, principalmente as provenientes de suas colônias sul-americanas. Essas moedas hispano-americanas disputaram com as Portuguesas a preferência dos colonos nas tratativas comerciais e com o passar do tempo essa presença só aumentou e se tornou por vezes dominante. Após 1580, durante o período da união das coroas ibéricas o uso das moedas hispano-americanas, que já era comum na colônia, passou a ser admitido, até mesmo, em Portugal. E mesmo depois da restauração da autonomia portuguesa, em 1640, as moedas espanholas permaneceram em circulação até 1645 (ARAGÃO, 1877, p.22) Já na América portuguesa continuaram a circular livremente até a transferência da corte em 1808.

A prata foi o suporte metálico das moedas espanholas que aqui circularam. As moedas hispano-americanas tinham seu valor atribuído pelo peso, seu valor era, portanto, intrínseco à base metálica. As de 8 reales (Figura 17) valiam uma Pataca de 320 Reais portugueses; as de 4 reales, correspondiam a 160 reais; as de 2 reales valiam 80 reais e as de um real, unidade monetária espanhola, correspondiam a 40 reais portugueses.

Figura 17. Moeda de 8 reales espanhol de 1587



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces131829.html>

O Ouro e a prata foram utilizados, também, como suporte metálico das primeiras moedas cunhadas na colônia trazendo o nome Brasil. Curiosamente essas moedas, florins e Soldos, foram cunhadas pelos holandeses, entre 1630 e 1654, durante o domínio holandês no Nordeste brasileiro. De ouro foram cunhados os XII Florins, os VI Florins (Figura 18) e os III Florins. E a prata foi usada na cunhagem das moedas divisionárias: XXXX soldos, XX soldos,



XII soldos e X soldos. Durante todo o período do domínio holandês, continuaram circulando no território subjugado as moedas portuguesas e espanholas (MALDONADO. 2014 p.27).

Figura 18. Moeda de VI Florins Holandês de 1646



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/content/images/2019/03/moeda-vi-6-florins-obsidionais-holandesas-anno-brasil-1646-collectgram-V1-OT.jpg>

Na região do nordeste dominado pelos batavos, circularam ainda as moedas provenientes da Holanda, essas moedas europeias nunca foram suficientes para suprir as necessidades do comércio local. Com o acirramento das batalhas travadas com as tropas luso-espanholas pela manutenção da posse do Nordeste brasileiro e diante da necessidade de numerário para o pagamento de fornecedores e das tropas, a GWC, Companhia Privilegiada das índias ocidentais, autorizou a cunhagem dos citados florins e soldos que ficaram conhecidos como moedas obsidionais, isto é, moedas lançadas em situação excepcional de guerra, cunhadas durante cerco militar (MALDONADO. 2014 p.28).

Após a proclamação da independência e a Instituição do Império do Brasil, passaram a ser lavradas moedas próprias para a nova nação. As moedas brasileiras cunhadas no Primeiro Reinado e parte do segundo, mantiveram o sistema monetário do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e também tiveram diferentes suportes. Os imperadores mantiveram o uso do ouro, da prata e do cobre. De ouro foram cunhadas, Por D. Pedro I, a peça ou meia dobra no valor de 6400 reis e a moeda de 4000 reis (Figura 19). D. Pedro II cunhou, também em ouro, a Moeda de 4.000 réis, a peça de 6.400 réis e acrescentou ao meio circulante as moedas de ouro de 5.000, 10.000 e 20.000 reis (AMATO. 2018 p 78-89).

Figura 19, Moeda de 4000 reis de 1824



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36205.html>

As moedas cunhadas em prata por D. Pedro I também mantiveram o padrão monetário vigente. D. Pedro I cunhou o patacão de 960 reis, as duas patacas de 640 reis (figura 20), a pataca de 320, a meia pataca de 160, os quatro vinténs ou um quarto de pataca de 80 reis (MALDONADO. 2014, 660-5).

Figura 20, Moeda de 640 Réis de D. Pedro I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36207.html>

D. Pedro II manteve os mesmos valores em prata do primeiro reinado, cunhou o Patacão, as Duas Patacas, a Pataca, a meia pataca e os quatro vinténs. Coube, ainda, a D. Pedro II iniciar um novo Sistema Monetário, as novas moedas cunhadas em prata ficaram conhecidas como a Série de Cruzados. Ao todo foram lançados, entre 1834 e 1835, cinco novos valores: 1.200, 800, 400, 200 e 100 reis. Longevo, D. Pedro II lançou, entre 1849 e 1889, mais uma nova série



de moedas de prata. O novo padrão monetário apresentou os valores de 2000 (figura 21), 1000, 500 e 200 reis. (MALDONADO. 2014. p.761-5).

Figura 21. Moeda de 2000 réis de 1886



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces19792.html>

As moedas cunhadas em cobre circularam durante os dois reinados, com os valores faciais, em arábico, de 80 (figura 22), 40, 20 e 10 reis.

Figura 22. Moeda de 80 réis de 1827



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces8349.html>

A inovação no suporte metálico se dará somente nas últimas décadas do Segundo Império, com a introdução, por D. Pedro II, do uso do níquel em 1871 e do bronze em 1873, como novos suportes metálicos (VIEIRA. 2007 p.245-46). Dom Pedro II cunhou três valores em bronze, 40, 20 e 10 reis. E mais três novos valores em Níquel, 200, 100 e 50 reis (figura 23).

Figura 23. Moeda de 200 réis de 1888



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=100&xm=630>

Na República, as moedas brasileiras foram cunhadas numa diversidade de metais e ligas nunca vistos. Nesse período assistimos à substituição progressiva dos metais clássicos como o ouro a prata e o cobre, por metais ou ligas metálicas de menor valor agregado, tais como o níquel, o bronze-alumínio, o alumínio, o cuproníquel e o aço inoxidável.

Sobre o valor das novas moedas cunhadas em ligas metálicas é importante esclarecer que diferente das moedas antigas, essas novas moedas não continham valor intrínseco. As moedas antigas apresentavam relação direta entre o valor facial e o metal utilizado em sua cunhagem. A partir do final do século XIX, em todos os países do mundo, as moedas foram perdendo o lastro, ou seja, a referência direta do valor com relação ao peso do metal utilizado. Essa independência entre o valor de circulação e o valor real tornou a moeda fiduciária, esse fenômeno pode ser constatado quando qualquer título se torna não conversível, ou seja, não é lastreado por nenhum metal nobre (ouro, prata, cobre). Nesses casos, a moeda perde a vinculação direta entre o valor facial e o valor intrínseco do metal que a constitui. Nessas moedas, o valor e a confiança no mesmo resultam da regulamentação do emissor do título. Esse fenômeno, iniciado com as moedas, permitiu posteriormente, a inserção das cédulas no meio circulante mundial.

Em ouro, no período republicano, foram cunhadas apenas duas moedas de circulação regular, uma de 20.000 (Figura 24) e outra de 10.000 reis, ambas tiveram sua última cunhagem no ano de 1922.

Figura 24. Moeda de 20.000 réis de 1910





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36131.html>

Depois dessa data o governo brasileiro só utilizou o ouro para cunhar moedas comemorativas. A primeira delas foi cunhada pela ditadura civil-militar na comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972 no valor de 300 cruzeiros (figura 25). Todas as

Figura 25. Moeda de 300 cruzeiros de 1972



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=200&xm=98>

outras foram lançadas após a instauração do plano real. A maior parte delas com o valor facial de 20 reais. Assim, foram cunhadas em ouro no valor de 20 reais em 1994, a Comemoração do tetracampeonato Mundial de futebol e a Homenagem a Ayrton Senna, a Comemoração aos 500 anos do Brasil em 2000 (Figura 26), em 2002 foram cunhadas mais três moedas, a

Figura 26. Moeda de 20 reais de 2000.



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces24885.html>

Homenagem aos 100 anos do Presidente Juscelino Kubitschek (figura 27), a Comemoração a conquista do pentacampeonato mundial de futebol e a Homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, em 2003 foi cunhada a Homenagem ao

Figura 27 Moeda de 20 reais de 2002



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces24886.html>

Centenário do nascimento de Ary Barroso e em 2004 a Comemoração ao centenário da Fifa. Foram, ainda, cunhadas em ouro algumas moedas com o valor facial de dez reais: comemoração a copa do mundo do Brasil em 2014, e uma série de cinco moedas comemorativas as olimpíadas no Brasil, sendo uma em 2014, duas em 2015 e a última dela em 2016 (figura 28).

Figura 28. Moeda de 10 reais de 2016





Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=193&xm=1241>

A prata utilizada nas moedas republicanas resistiu mais tempo em circulação que o ouro. A última moeda cunhada em prata, com circulação regular, data de 1938. Até esse período foram cunhadas moedas nos seguintes valores: 5000 réis em 1936, 1937 1938. De 4000 réis em 1.900, de 2000 (figura 29), 1000 e 500 reis. Depois dessa data, da mesma forma que o ouro,

Figura 29. Moeda de 2000 reis de 1913



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14490.html>

a prata foi retirada de circulação e passou a ser utilizada somente na cunhagem de moedas comemorativas.

A primeira série brasileira de moedas comemorativa, composta de quatro valores, 4000, 2000, 1000 (figura30) e 400 reis, foi lançada em 1900, alusiva ao quarto centenário do descobrimento do Brasil.

Figura 30. Moeda de 1000 réis de 1900



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36137.html>

Depois foi lançada uma de 2000 reis (Figura 31) comemorativa ao primeiro centenário da independência do Brasil, mais uma de 2000 reis, compondo a serie comemorativa ao quarto

Figura 31. Moeda comemorativa de 2000 réis de 1922



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14773.html>

centenário da colonização de São Vicente; outra de 2000 reis em homenagem ao Duque de Caxias (figura 32); e a última desse metal, que circulou em 1938, a de 5000 reis em homenagem a Santos Dumont. Depois dessa moeda a prata só foi utilizada na cunhagem de moedas comemorativas sem caráter circulatório.

Figura 32. Moeda de 2000 réis de 1935





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14493.html>

A primeira moeda comemorativa de prata, sem circulação geral, foi cunhada também pela ditadura civil-militar em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil e tinha valor facial de 20 cruzeiros (figura 33). Essa moeda foi seguida pela de 10 cruzeiros em

Figura 33. Moeda de 20 cruzeiros de 1972



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14499.html>

comemoração ao décimo aniversário da criação do Banco Central. Depois da redemocratização foi cunhada uma moeda de 200 cruzados novos em comemoração ao centenário da proclamação da república. Depois desta, outra de 500 cruzeiros alusiva ao quinto centenário do descobrimento da América (figura 34). Na sequência outra de 2000 cruzeiros em comemoração a primeira conferência das Nações Unidas sobre Ecologia, a ECO 92.

Figura 34. Moeda de 500 cruzeiros de 1992



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces30273.html>

Depois dessas moedas comemorativas de cruzeiro, todas as demais foram lançadas após a instauração do plano real, foram elas: 10 moedas no valor de 2 reais apresentando os seguintes temas: trezentos anos da casa da moeda, Homenagem a Ayrton Senna, Homenagem aos 100 anos do Presidente Juscelino Kubitschek (Figura 35), Comemoração a conquista do

Figura 35. Moeda comemorativa de 2 reais de 2002



Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/moedascomemorativas>

pentacampeonato mundial de futebol, Homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade (figura 36), Homenagem ao Centenário do nascimento de Ary Barroso, Homenagem ao pintor Candido Portinari, Comemoração ao centenário da Fifa, Comemoração ao Centenário do 14 Bis.

Figura 36. Moeda de 2 reais de 2006





Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/moedascomemorativas>

Com valores faciais de 3 reais foram lançadas: 30 anos do Banco Central, Centenário de Belo Horizonte, com valor facial de 4 reais: Comemoração ao tetracampeonato de futebol.

Com valor facial de 5 reais: Comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil; Comemoração a conquista do pentacampeonato mundial de futebol; Comemoração aos XV jogos Pan-Americanos; 200 anos da chegada da família real ao Brasil; 50 anos de Brasília; Copa do mundo da África do Sul; 300 anos da cidade de ouro Preto (Figura 37); Entrega da

Figura 37. Moeda comemorativa de 5 reais de 2011



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces41429.html>

bandeira olímpica, Homenagem ao ano internacional das cooperativas, Goiás-Patrimônio da Humanidade-UNESCO; Diamantina-Patrimônio da Humanidade-UNESCO; duas moedas comemorativas a Copa do mundo no Brasil; São Luís-Patrimônio da Humanidade (Figura 38)

Figura 38. Moeda comemorativa de 5 reais de 2014



Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fmcomemor%2Fsaoluis.asp%3Fidpai%3DMOEDAREL>

UNESCO; 20 moedas comemorativas a realização das Olimpíadas no Brasil; Salvador-Patrimônio da Humanidade-UNESCO (figura 39) e a última a ser cunhada Olinda-Patrimônio da Humanidade- UNESCO.

Figura 39. Moeda comemorativa de 5 reais de 2015



Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fmcomemor%2Fsalvador.asp%3Fidpai%3DMOEDARELACAO>

No suporte bronze, a República cunhou apenas duas moedas, uma no valor de 40 reais e outra no valor de 20 reais, ambas com circulação de 1889 a 1910.

Da liga metálica cuproníquel foram cunhadas moedas de 400, 300, 200 (figura 40),

Figura 40. Moeda de 200 reis de 1901



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=24&xm=175>

100, 50 e 20 reis desde 1889 até 1942, 50 cruzeiros em 1965, 50 centavos do real de 1998 a 2001 e oito comemorativas de 2 reais. A primeira delas, alusiva aos jogos pan-americanos do Rio em 2007 a segunda ao centenário da imigração japonesa no Brasil, cunhada em 2008 (Figura 41) e as outras seis comemorativas a Copa do mundo no Brasil em 2014.

Figura 41. Moeda comemorativa de 2 reais de 2008



Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fmcomemor%2FMCjapao.asp%3Fidpai%3DMOEDAREL>



De Bronze-alumínio foram lançadas moedas nos valores de 2000, 1000 (figura 42), 500 reis de 1922 a 1939 e 5, 2 e 1 cruzeiros e ainda 50, 20 e 10 centavos de cruzeiros, todas cunhadas entre 1942 a 1956.

Figura 42. Moeda de 1000 réis de 1927



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-1000-reis-1927-vf20-25-aluminum-bronze-km-525?aff=2>

De alumínio, as peças nos valores de 20, 10, 2 e 1 cruzeiros, lançadas de 1956 a 1965. Da liga cuproníquel/aço inoxidável 50, 20 e 10 centavos de cruzeiros, emitidas de 1967 a 1979. Da liga Níquel/cuproníquel foi cunhado apenas o 1 cruzeiro, que circulou de 1970 a 1978 (figura 43). De Níquel foi cunhado o 1 cruzeiro, em comemoração ao sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972

Figura 43. Moeda de 20 centavos de 1970



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-20-centavos-1970-vf30-35-copper-nickel-km-579-2>

De aço inoxidável foram cunhadas várias séries em padrões monetários diversos. Esse metal de baixo valor agregado foi escolhido por vários governos como suporte metálico nos

períodos de instabilidade econômica marcado pela hiperinflação. Até mesmo depois da estabilização econômica, alcançada pela instauração do plano Real, foram ainda de aço inoxidável a primeira série de moedas cunhadas. Vejamos cada uma dessas séries cunhadas em aço: moedas de cruzeiros 500, 200, 100, 50, 20, 10, 5 e 1 cruzeiro, 5 (figura 44), 2 e 1 centavos de cruzeiros, emitidas de 1975 a 1986

Figura 44. Moeda de 5 centavos de 1977



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-5-centavos-1977-au50-53-stainless-steel-km-587-1>

Foram ainda cunhadas em aço a série dos cruzados, no valor de 100 (figura 45), 10, 5 e 1 e as divisionárias no valor de 20, 10, 5 e 1 centavos de cruzados, que circularam de 1986 a 1988.

Figura 45. Moeda comemorativa de 100 cruzados de 1988



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14501.html>

O aço continuou em uso na mudança de padrão de cruzado para cruzado novo. Esse novo sistema monetário resistiu pouco mais de um ano, de 1989 a 1990, vítima da hiperinflação.



Nesse padrão monetário foram cunhadas as moedas de 50, 10, 5, e 1 centavos de cruzados novos e o 1 cruzado novo (figura 46).

Figura 46. Moeda de 1 cruzado novo de 1989



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-novo-cruzado-1989-ef40-45-stainless-steel-km-615>

A constante desvalorização da moeda provocou novo ajuste no padrão monetário, em 15 de março de 1990 o cruzeiro voltou a ser a unidade monetária nacional. E devido ao baixo poder de compra as moedas desse padrão continuaram sendo cunhadas em aço. Foram elas: 5000, 1000, 500, 100, 50, 10 (figura 47), 5 e 1 cruzeiro, que circularam de 1990 a 1993.

Figura 47. Moeda de 10 centavos de cruzeiro de 1990



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-10-cruzeiros-1990-ef40-45-stainless-steel-km-619-1>

Em 28 de julho de 1993 um novo plano econômico mudou mais uma vez o padrão monetário nacional. Foram cunhadas ainda em aço as moedas de 100, 50, 10, 5 cruzeiros reais

(figura 48). Esse novo padrão também não conseguiu resistir aos efeitos inflacionários e em menos de um ano foi substituído pelo plano real.

Figura 48. Moeda de 5 cruzeiros reais de 1993



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-5-cruzeiros-reais-1993-au55-58-stainless-steel-km-627>

Em 27 de maio de 1994 um novo plano econômico mudaria mais uma vez o sistema monetário nacional. A nova moeda, o Real, permanece em circulação até a publicação deste trabalho. Contudo, o suporte metálico utilizado nas primeiras moedas cunhadas nesse novo padrão, o aço inoxidável, permaneceu sendo usado apenas até 1997. Nessa primeira família do Real foram cunhados os valores de 1 real (figura 49) e 50, 25, 10, 5 e 1 centavos de real.

Figura 49. Moeda de 1 real de 1994



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-real-1994-ef40-45-stainless-steel-km-638>

Com a estabilidade econômica atingida com o plano real, foi lançada em 1998 uma nova família de moedas. Nessa nova emissão será utilizada uma inédita composição metálica, tendo como núcleo o aço e revestimento de metais mais nobres. Foram cunhadas em aço revestido de cobre as moedas de 5 e 1 centavos e de aço revestido de bronze as de 25 e 10 centavos de real.



Já a moeda de 1 real (figura 50) passou a ser Bi metálica. Sendo a primeira emissão, em 1998, com a parte central em cuproníquel e anel de alpaca. Já a segunda emissão, lançada em 2002, também foi bi metálica, contudo, com o anel central em aço inoxidável e anel externo de aço revestido de bronze.

Figura 50. Moeda comemorativa de 1 real de 1998



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=161&xm=12>

Considerados os questionamentos acerca do suporte material e o valor da moeda, indagaremos a fonte: II - que legenda traz a moeda? E o que comunicam?

## 2.2- Sobre as Legendas.

As legendas constantes nas moedas que circularam no Brasil são muito variadas. Utilizamos como critério de classificação a natureza das inscrições. Assim, diante dessa premissa, identificamos quatro grupos distintos de inscrições: políticas, religiosas, educativas e comemorativas ou cívicas.

### Legendas Políticas

Grande parcela das inscrições presentes nas moedas que circularam no Brasil é de cunho político. Elas versam predominantemente sobre os nomes e predicados dos governantes responsáveis pela cunhagem. Durante todo o período colonial as moedas serviram de veículo privilegiado de apresentação e massificação da autoimagem dos monarcas. Nesse sentido é importante contextualizar para os alunos a precariedade dos meios de comunicação da época. Afinal, nessa conjuntura, enquanto a imprensa ainda engatinhava, as moedas já circulavam não só na metrópole, mas carregadas pelos comerciantes estavam presentes em todos os continentes



funcionando na prática como verdadeiros embaixadores do Reino Português. As inscrições nas moedas atendiam a outras motivações, além de cumprir o papel de divulgação e propaganda dos regentes serviam também para dar oficialidade e lastro ao meio circulante, garantindo o seu curso legal.

Exemplos emblemáticos deste tipo de inscrição estão presentes nas moedas coloniais. Nesse sentido, podemos citar a inscrição gravada no “português” (figura 51) cunhado inicialmente em 1499, no reinado de D. Manuel I.

Figura 51. Moeda Português com valor de 4.000 reais, 1499-1521.



Fonte: <https://collectgram.com/blog/content/images/2019/03/1495-1521-moda-portuguesa-de-ouro-d-manoel-i-portugues-4000-reis-collectgram-V1-OT.jpg>

Nela Lê-se extensa legenda abreviada em língua latina, A/ + I : EMANVEL : R : PORTVGALIE : ALG : VL: IN : A : D : G : - C : N : C : ETHIOPIE : ARABIE : PERSIE : I : - Legenda em dois círculos, tendo ao centro as armas do reino coroadas e ladeadas por dois anéis.que desdobrada: “Primus Emanuel R. Portugaliae Alg. Citra Ultra in Africa Dominus Guinee, in Commercii, Navigatione aEthiopiae, Arabiae, Persiae, India.” ou seja: MANUEL I REI DE PORTUGAL, DOS ALGARVES, D'AQUÉM E ALÉM MAR EM AFRICA, SENHOR DA GUINÉ, DA CONQUISTA, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DA ETIÓPIA, ARÁBIA, PERSIA E ÍNDIA (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2000 p.4).

Esta inscrição remete a um contexto específico do Império marítimo português. O rei enfrentando dificuldades na aceitação de suas moedas no oriente manda cunhar entre 1499 e 1502 uma nova moeda de ouro pesando 35,6 gramas, a maior e mais pesada cunhada até então neste metal em todo o mundo. O seu tamanho possibilitou a gravação de uma extensa e pomposa

legenda apresentando os títulos adotados pelo monarca. E atendeu ao propósito de evidente propaganda política promovendo e ampliando a participação lusitana nas relações comerciais em África e no extremo oriente. Outro exemplo de inscrição de natureza política é a encontrada nos 4000 réis (figura 52)

Figura 52. Moeda de 4000 réis, 1695-1707



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=126&xm=898>

cunhada de 1695 a 1706 no reinado de Pedro II, de Portugal. No anverso desta moeda Lê-se: Petrus Secundus Dei Gratia Portugallae Rex, ou seja: DOM PEDRO II, POR GRAÇA DE DEUS, REI DE PORTUGAL. e no reverso, se lê: et. Brasiliae. Dominvs. Anno 1699, significando: SENHOR DO BRASIL NO ANO DE 1699.

Nas moedas de 6400 reis de ouro, e em todas as moedas de prata (figura 53) e cobre, cunhadas por D. João Príncipe Regente, em série especial de 1816, quando da elevação do Brasil a Reino, lê-se: “Joannes Dei Gratia Potugaliae Brasiliae et Algarbiorum Princeps Regens”, significando: D. JOÃO, POR GRAÇA DE DEUS, PRINCIPE REGENTE DE PORTUGAL DO BRASIL E ALGARVE.

Figura 53. Patacão, moeda de três patacas, de 960 réis de 1816.





Fonte: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36222.html>

As legendas gravadas nas moedas da era imperial continuam a tradição de patentear o nome do governante e seus predicados. A moeda cunhada por ocasião da coroação de D. Pedro I (figura 54) em 1822 traz em seu anverso: “Petrus Primus Dei Gratia Brasiliae Imperator”, ou seja: D. PEDRO I, POR GRAÇA DE DEUS, IMPERADOR DO BRASIL.

Figura 54. Moeda de 6400 réis, peça da coroação de D. Pedro I



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/peca-da-coroacao/>

Depois da coroação, em todas as moedas de D. Pedro I, passou-se a constar: “Petrus Primus Dei Gratia Constitutionalis Imperator et Perpetuus Brasiliae Defensor”, ou seja, D. PEDRO I, POR GRAÇA DE DEUS, IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL

Figura 55. Moeda de 6400 Réis de D. Pedro I





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36204.html>

No Segundo Reinado, as legendas de apresentação dos títulos de D. Pedro II (figura 56) seguiram o padrão instituído pelo seu antecessor. Só veremos alguma alteração, nas

Figura 56. Moeda de 10000 réis de 1851



Disponível em: [https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-pedro-ii-10000-reis-1851-au50-53-gold-km-](https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-pedro-ii-10000-reis-1851-au50-53-gold-km-460)

460

legendas, com a criação, pelo monarca, do terceiro sistema monetário. Nas moedas de 200, 100 e 50 reis, cunhadas de 1871 até o final do Império, lê-se apenas IMPÉRIO DO BRASIL, sem nenhuma menção ao imperador e seus predicados.

Ainda ilustrando o aspecto político vinculado nas legendas, as moedas republicanas, lançadas menos de um mês após a queda do Império já traziam gravada a apresentação do novo



regime do estado brasileiro. Nas moedas republicanas passava-se a ler, gravado no anverso: REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL (figura 57).

Figura 57. Moeda de 2000 réis de 1891



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36132.html>

Legendas religiosas.

Outra parcela das inscrições gravadas nas moedas brasileira apresenta conteúdo religioso. Estas são exclusivamente cristãs.

Nas moedas que circularam no Brasil, desde a colônia até o Império foi costumeira a inscrição: “In Hoc Signo Vinces” (figura 58), ou seja: COM ESTE SINAL VENCERÁS.

Figura 58. Moeda de 500 reais de Sebastião I de 1562



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces97484.html>

Outro exemplo característico da presença de inscrições religiosas pode ser encontrado na série de moedas conhecidas como “São Vicente”, moedas de 1000 (figura 59) e 500 réis

cunhada por D. João III e posteriormente por D. Sebastião I. Nestas peças numárias, lê-se no reverso: “Zelator Fidei Vsque Admortem”. ZELADOR DA FÉ ATÉ À MORTE.

Figura 59. Moeda de 1000 reais de D. Sebastião I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces103181.html>

Outras inscrições aludem a santos católicos. Um exemplo disto é a inscrição gravada na “conceição”, série de moedas postas em circulação por D. João IV em 1646, nos valores de 600 e 1.200 réis (figura 60). No reverso dela lê-se: “TUTELARIS REGNI”, ou seja, PROTETORA DO REINO. Vale esclarecer que esta moeda traz a imagem de Nossa Senhora da Conceição, celebrando a escolha desta santa como protetora do Reino português.

Figura 60. Moeda de 1.200 réis de D. João IV de 1646



Disponível em: <http://ascendensblog.blogspot.com/2012/03/conceicao-moeda.html>

Nesta mesma linhagem, temos o lema constante em todas as moedas de prata cunhadas no Brasil, durante o período colonial, nelas lê-se no Reverso (figura 61): SUBQ SGN NATA



STAB, abreviação de “Svbqno Sgno Nata Stabit”, ou seja: SOB O QUAL SINAL NASCEU E PERMANECERÁ. Este lema, apresenta o primeiro símbolo adotado pelos portugueses para sua colônia na América, uma composição formada pela cruz da ordem de cristo, sobreposta pela esfera armilar.

Figura 61. Moeda de 600 réis de D. José I de 1774



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=199&xm=706>

#### Legendas Educativas

Outras inscrições têm inequívoco cunho educativo. Vejamos alguns exemplos.

Nas moedas coloniais de cobre (figura 62) de Pedro II, de Portugal, podemos ler no Anverso: “MODERATO SPLENDEAT VSV”, ou seja, BRILHARÁ PELO USO MODERADO.

Figura 62. Moeda de 20 réis, vintém, de D. Pedro II de Portugal de 1695



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces33910.html>

As moedas de XX e XL (figura 63) reis de cobre, cunhadas por D. João V em Lisboa, para circularem no Brasil, traziam no Anverso:

“AES VSIBVS APTIVS AVRO”, ou seja, O COBRE É MAIS APROPRIADO AO USO DO QUE O OURO.

Figura 63. Moeda de dois vinténs, 40 réis, de D. João V de 1722



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=120&xm=386>

Nas moedas de cobre (figura 64), cunhadas desde 1715, no reinado de D. João V, até D. João VI em 1822, foi comum o uso da legenda: “PECUNIA TOTUM CIRCUMIT ORBEM”, O DINHEIRO CIRCULA POR TODO O MUNDO.

Figura 64. Moeda de dois vinténs de 1781



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=48&xm=475>

Nas moedas do início da República também constam inscrições de caráter educativo. Nas moedas de vinte reis, consta o conselho: VINTÉM POUPADO VINTÉM GANHO (figura 65) e nas moedas de quarenta reis (figura 66), pode-se ler no anverso: A ECONOMIA FAZ A PROSPERIDADE. As duas moedas circularam de 1889 a 1912.

Figura 65 e 66. Reverso do vintém e dos dois vinténs, ambos circularam de 1889 a 1912





Reverso dos 20 réis, disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces9634.html>

Reverso dos 40 réis, disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=26&xm=182>

Legendas comemorativas.

Também encontramos nas moedas brasileiras inscrições de caráter celebrativo. Os exemplos, nesse caso, são abundantes. Enumeremos alguns:

Na série de quatro moedas de prata lançadas em 1900, nos valores de 4000 (figura 67), 2000, 1000 e 400 réis, lê-se no Anverso: 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL.

Figura 67. Moeda de 4000 réis de 1900



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36139.html>

Na série de três moedas de 1922, sendo 2000 reis de prata, 1000 (figura 68) e 500 reis de bronze-alumínio, lê-se no Anverso: ACCLAM. DA INDEPENDÊNCIA. E no Reverso: 1º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA.

Figura 68. Moeda de 1000 réis de 1922



Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/brazil-1000-reis-km-522.1-1922-cuid-1037837-duid-1277372>

Na série de moedas cunhadas em 1932, em comemoração aos quatrocentos anos do início da colonização do Brasil (1532-1932), serie composta por seis moedas, sendo uma de prata de 2000 réis, 1000 e 500 réis de bronze-alumínio, 400 (figura 69), 200 e 100 réis de cuproníquel, em todas esta lê-se no Anverso: IV CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL 1532 – 1932.

Figura 69. Moeda de 400 réis de 1932



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/content/images/2018/06/moedas-serie-vicentina-post-image-03-400-reis-1932-OT-2.jpg>

Na série de moedas cunhadas em 1972, em comemoração ao Sesquicentenário da independência (1822-1972), série composta por três moedas sendo 300 cruzeiros de ouro, 20 cruzeiros de prata e 1 cruzeiro de níquel. Em todas lê-se no anverso:



## BRASIL 1822 – 1972.

Na série de três moedas de 100 cruzados (figura 70), cunhadas em 1988, comemorando os 100 anos do fim da escravidão no Brasil, lê-se no Anverso: “CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO 1888 1988”.

Figura 70. Moeda de 100 cruzados de 1988



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14502.html>

Na moeda de 200 cruzados novos de prata, cunhada em 1989, em comemoração ao centenário da proclamação da república, lê-se no Anverso: “1889 - CENTENÁRIO DA REPÚBLICA – 1989”.

Na moeda de 500 cruzeiros novos (figura 71) de prata, cunhada em 1992, alusiva ao quinto centenário do descobrimento da América, lê-se no Anverso: “ENCONTRO DE DOIS MUNDOS 1492 - 1992”.

Figura 71. Moeda de 500 cruzeiros de 1992



<https://en.numista.com/catalogue/pieces30273.html>

Na moeda de 2000 cruzeiros (figura 72) de prata, cunhada em 1992, em comemoração à Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, lê-se no Anverso: “MEIO AMBIENTE. DESENVOLVIMENTO 1992”.

Figura 72. Moeda de 2000 cruzeiros de 1992



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces37649.html>

As demais moedas trazendo legendas comemorativas foram lançadas após a instauração do plano real, foram 10 moedas no valor de 2 reais: Trezentos anos da casa da moeda e Homenagem a Ayrton Senna (figura 73) ambas de 1994. Exemplos semelhantes podem ser constatados nas moedas abaixo relacionadas: Homenagem aos 100 anos do Presidente Juscelino

Figura 73. Moeda de 2 reais de 1994



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces41505.html>



Kubitschek, Comemoração a conquista do pentacampeonato mundial de futebol, Homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, Homenagem ao Centenário do nascimento de Ary Barroso, Homenagem ao pintor Candido Portinari, Comemoração ao centenário da Fifa, Comemoração ao Centenário do 14 Bis.

Mais duas com valor facial de 3 reais: 30 anos do Banco Central, Centenário de Belo Horizonte, com valor facial de 4 reais: Comemoração ao tetracampeonato de futebol.

E por fim, com valor facial de 5 reais (figura 74): Comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil; Comemoração a conquista do pentacampeonato mundial de futebol;

Figura 74. Moeda de 5 reais de 2000



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces41503.html>

Comemoração aos XV jogos Pan-Americanos; 200 anos da chegada da família real ao Brasil (figura 75); 50 anos de Brasília; Copa do mundo da África do Sul; 300 anos da cidade de ouro Preto; Entrega da bandeira olímpica, Homenagem ao ano internacional das cooperativas, Goiás-Patrimônio da Humanidade- UNESCO; Diamantina-Patrimônio da Humanidade-UNESCO; duas moedas comemorativas a Copa do mundo no Brasil; São Luís-Patrimônio da Humanidade-UNESCO; 20 moedas comemorativas a realização das Olimpíadas no Brasil; Salvador-Patrimônio da Humanidade- UNESCO e a última a ser cunhada Olinda-Patrimônio da Humanidade- UNESCO.

Figura 75. Moeda de 5 reais de 2008



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces34952.html>

Após a classificação dos principais tipos característicos de uso das legendas numárias, fica evidente uma peculiaridade quanto ao uso da língua, o predomínio do uso do latim nas inscrições das moedas que circularam no Brasil durante todo o período colonial e Imperial. Diante disso é importante o professor lembrar aos alunos que, durante o período colonial e Imperial o latim foi a língua oficial adotada pelos monarcas portugueses e brasileiros nas inscrições do meio circulante como nos demais documentos oficiais.

Essa prática não constitui uma particularidade inerente apenas aos lusitanos, posto que, o uso da língua latina em documentos oficiais foi comum em nações europeias, colonizadas pelos romanos, até fins do século XIX.

A origem da utilização da língua latina na península ibérica, na região que hoje corresponde às terras portuguesas remonta a conquista romana sob a égide do Imperador Otavio augusto. A colonização do território foi consolidada pelo estabelecimento da província romana da Lusitânia. O domínio territorial e cultural romano, amparado pela legislação e pelo uso da língua latina, marcou de forma indelével o imaginário e o cotidiano do que seria o futuro Reino de Portugal.

Nem mesmo a queda do Império Romano foi suficiente para diminuir a influência cultural latina na região. Pois até mesmo os Suevos, povos germânicos que invadiram e ocuparam a região portuguesa da península, não resistiram à influência do legado cultural romano e adotaram o latim vulgar como língua e o cristianismo como religião oficial do reino bárbaro. A influência cultural romana no território lusitano sobreviveu, até mesmo, ao processo de independência e consolidação do estado Português. Pois, apesar da adoção da língua



portuguesa como símbolo identitário do Reino, o latim culto permaneceu sendo utilizado no registro dos documentos oficiais da igreja católica e do estado português.

Esses anúncios tinham como finalidade geral intuir e divulgar padrões ideológicos caros ao imaginário oficial. Esses slogans propagam lemas, reforçam ideias e condutas, visando consolidar arquétipos cívicos. Diante dessas características, fica evidente que as inscrições disponíveis nas moedas revelam valores e são testemunhos do ideário oficial. Nesse sentido, elas se tornam matéria prima fecunda para a educação histórica, pois permitem ao professor verificar, através das narrativas produzidas pelos alunos, o nível de cognição e capacidade analítica, destes, provocadas pelas atividades de identificação e análise do discurso oficial e suas intensões e reflexos no imaginário popular.

A etapa anterior do roteiro explorou aspectos vocabulares, presentes nas moedas. Na sequência da nossa pesquisa o objetivo passa a ser investigar as características imagéticas dessas fontes.

### 2.3- Sobre as Imagens.

Para dar encadeamento ao trabalho de caracterização desse acervo, formulamos a indagação: III Que imagens a moeda veicula e que significados a elas se pode atribuir? Essa questão visa evidenciar que a iconografia presente nas moedas que circularam no Brasil é muito rica e variada. Nesse sentido, escolhemos como critério de classificação os tipos de imagens encontrados nas peças numárias: efígies, brasões, Símbolos, retratos hagiográficos, tipos regionais e itens da fauna.

#### I. As Efígies

As efígies dos governantes portugueses correspondem às primeiras imagens de personalidades vinculadas ao meio circulante brasileiro.

Dom João V foi o primeiro monarca português a ilustrar com sua efígie o meio circulante colonial. Sua imagem foi desenhada pelo artista Vieira Lusitano e gravada no cunho por Antônio Mengin. Nelas o Rei aparece perfilado à direita de busto nu e laureado. Essas imagens do rei estão presentes nas seguintes moedas: dobra de 8 escudos, com valor de 12.800 réis (figura 76), nas peças ou dobras de 4 escudos, com valor de 6.400 réis; na meia peça ou dobra de 2 escudos, de 3.200 réis; no escudo com valor de 1.600 réis; nos meio escudos de 800 réis e ainda nos ¼ de escudo de 400 réis. Essa série de dobras e escudos foram cunhadas por Dom João V no século XVIII de 1727 a 1750, com exceção das dobras de 8 escudos que também

foram cunhadas em 1727, contudo tiveram sua última cunhagem no ano de 1733 e dos  $\frac{1}{4}$  de escudo, que circulou por 400 réis e foram cunhadas de 1730 a 1734.

Figura 76. Dobra de oito escudos, 12.800 réis de D. João V de 1731



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces17004.html>

Outra efígie vinculada nas moedas coloniais foi o busto de Dom José I, que a exemplo de seu antecessor e pai, Dom João V, também estampou a série das dobras e escudos de ouro. O desenho da imagem do monarca e sua gravação nos cunhos são de autoria desconhecida. A imagem apresenta o monarca de busto nu e laureado, perfilado à direita com cabelos longos e cacheados. A série de moedas estampando sua representação teve as seguintes características e valores: peças ou dobras de 4 escudos, com valor de 6.400 réis, cunhadas de 1751 até 1777; na meia peça ou dobra de 2 escudos, de 3.200 réis; no escudo com valor de 1.600 réis; nos meio escudos de 800 réis. Com exceção das dobras de 4 escudos, cunhadas um ano antes, todas as demais moedas da série foram cunhadas a partir de 1752 até o final do reinado de D. José I em 1777.

As efígies da rainha D. Maria I apresentam uma novidade com relação as imagens adotadas para o meio circulante. Diferente dos reis anteriores que mantiveram a mesma efígie durante todo o reinado, a piedosa adotou três diferentes efígies, cada uma marcando uma fase específica do seu governo. As primeiras séries de suas moedas trazem a imagem da rainha de perfil a direita, busto laureado e adornado por vestido e joias. A novidade é que a moeda apresenta dois bustos, o perfil da rainha, aparece na mesma moeda sobreposto lateralmente ao perfil do rei consorte D. Pedro III. Essa primeira série de moedas, com dupla efígie, tiveram os seguintes valores: peças ou dobras de 4 escudos, com valor de 6.400 réis, cunhadas de 1777 até

1786; a meia peça ou dobra de 2 escudos, de 3.200 réis (figura 77), cunhadas de 1780 até 1786; o escudo com valor de 1.600 réis, cunhado em 1780 até 1784; e ainda os meio escudos de 800 réis, que foi cunhado em 1782 e em 1786.

Figura 77. Dois escudos de 3.200 réis de D. Maria I e Pedro III de 1780



Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/brazil-3200-reis-km-150-1780-1786-cuid-1065989-duid-1274408>

A efígie numária da rainha vai sofrer a primeira alteração em 1786. Nesse ano, com a morte do tio e esposo, D. Pedro III, a monarca passa a adotar uma nova imagem para o meio circulante: D. Maria, enfatizando o luto, é retratada de perfil, casta, sem adornos, vestindo um véu de viúva. Essa nova imagem permaneceu nas moedas durante o período do luto de 1786 a 1790 e ilustrou o anverso das peças de ouro de 6.400 réis (figura 78).

Figura 78. Peça de 6.400 réis de D. Maria I de 1788



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36277.html>

A última alteração na efígie da rainha vai acontecer com o término do luto oficial. A partir de 1790 a monarca passa a adotar em seu busto perfilado um véu toucado adornado de



fitas, laços e joias. Essa nova imagem foi também vinculada às peças de 6.400 réis (figura 79) cunhadas de 1790 a 1805. Em 1799 com a deterioração da saúde mental da rainha, seu filho e herdeiro D. João assume o governo na condição de príncipe regente de 1799 a 1816. A imagem da rainha permaneceu em circulação até 1805, quando o busto do príncipe regente a substituiu.

Figura 79. Peça de 6.400 réis de D. Maria I de 1793



Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/brazil-6400-reis-km-226.2-1790-1804-cuid-1036755-duid-1274474>

A efígie que ilustrou as peças de 6.400 réis do príncipe regente trazia D. João com busto coberto por túnica, perfilado à direita, com cabeça adornada por coroa de louros com acabamento em laço. Essas moedas foram cunhadas de 1805 até 1817. Após o falecimento de Maria I, sua mãe, em 1816, D. João passou a usar o título de rei. Contudo o novo título só vai aparecer nas moedas após o término do luto oficial e sua coroação de fato em 1818 (figura 80).

Figura 80. Peça de 6.400 réis de D. João VI de 1818



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces61834.html>

A efígie adotada para ilustrar as moedas do Rei D. João VI, o clemente, será a mesma utilizada em todo o período regencial.



As efígies que ilustraram o meio circulante imperial corroboraram a tradição colonial portuguesa. Pois, tanto nesse período, quanto no anterior, constatamos o culto restrito à imagem do governante. No primeiro e segundo reinados, no que concerne às personalidades celebradas nas moedas, as efígies retratam exclusivamente as imagens de suas majestades imperiais.

O busto nu e laureado de Dom Pedro I, retratado em estilo clássico romano, está gravado na peça de 6.400 réis. Essa moeda de 1822 foi a primeira a ser cunhada pelo Império brasileiro e ficou conhecida como a peça da coroação. A efígie de D. Pedro vai ser gravada em mais duas moedas do primeiro império. Na primeira, Dom Pedro manda cunhar uma nova peça de 6.400 réis em substituição à peça da coroação, recolhida devido à má recepção causada por diversos fatores que trataremos mais adiante. Para a nova moeda, cunhada de 1823 até 1828, foi adotado o busto do imperador em uniforme militar. Essa mesma efígie, foi ainda utilizada na moeda de 4000 réis (figura 81), cunhada no mesmo período da anterior.

Figura 81. Moeda de 4000 réis de D. Pedro I de 1824



Disponível em: <https://collectgram.com/item/4000-reis-pedro-i/brazil/coin/5a20b98b0c4e8507bed0906d>

As efígies de Dom Pedro II foram mais variadas. Com reinado duradouro, o longo monarca teve as fases da vida immortalizadas na coleção numária nacional. A imagem de Pedro II ainda criança com busto nu, vai ilustrar as peças de 6.400 réis e as moedas de 4.000 réis, cunhadas nos anos de 1832 e 1833, e ainda a moeda de 10.000 réis (figura 82), cunhada de 1833 a 1840.

Figura 82. Moeda de 10.000 réis de D. Pedro II de 1840



Disponível em:

<https://collectgram.com/item/10-000-reis-pedro-ii/brazil/coin/5a20b98c0c4e8507bfd08f12>

Um Pedro II adolescente, trajando uniforme do almirantado ilustra a moeda de 10.000 réis, lançada de 1841 a 1848. Um Pedro II, adulto jovem, aparece em trajes da corte gravado nas moedas de 10.000 e 20.000 réis, cunhadas de 1849 a 1851. A efígie de Dom Pedro II com barba curta e busto nu vai ilustrar as moedas de 5.000, 10.000 e 20.000 réis (figura 83), as de menor valor foram cunhadas de 1854 a 1859 e as outras de 1851 a 1889.

Figura 83. Moeda de 20.000 réis de 1853 de D. Pedro II de 1853



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36144.html>

A última efígie do monarca, vinculada às moedas, apresenta Dom Pedro II em sua imagem consagrada pelos livros didáticos, barba branca e volumosa. Esse Dom Pedro II já



idoso vai ilustrar a série mais numerosa do segundo reinado, composta por sete valores. A citada imagem aparece nas moedas de 10 reis cunhadas de 1868 a 1870; nos 20 réis de 1868 a 1870 e nos 40 réis, cunhados de 1873 a 1880. Nos 200 réis de 1867 a 1869. Nos 500 réis inicialmente cunhados em 1867 e 1868 e depois em 1876, 1886 a 1889. Nos 1000 réis de 1869 e de 1876 a 1889. E ainda nos 2000 réis de 1868, 1869, 1875, 1876 e de 1886 a 1889 (figura 84).

Figura 84. Moeda de 2000 réis de D. Pedro II de 1889



Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/brazil-2000-reis-km-485-1886-1889-cuid-1038210-duid-1277070>

As efígies das moedas do período republicano rompem com a tradição colonial e imperial do culto exclusivo a imagem do governante.

Nas primeiras décadas do novo regime, as efígies vinculadas às moedas serão instrumentos eficientes na popularização dos novos valores e ideais. Vejamos mais de perto algumas delas.

A efígie feminina de perfil à esquerda, coberta com barrete frígio, ilustra a primeira série de moedas brasileiras do período republicano. As moedas lançadas pelo novo regime político foram os 20.000 e 10.000 réis, cunhados de 1889 até 1922 e os 1000 (figura 85) e 500 réis cunhados exclusivamente no ano de 1889. A imagem feminina que substituiu a efígie de D. Pedro II foi o primeiro símbolo republicano associado ao meio circulante e segundo o historiador José Murilo de Carvalho essa prática demonstrou eficácia na divulgação e massificação do novo ideário junto à população.

Figura 85. Moeda de 1000 réis de 1889



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36319.html>

Outra imagem feminina que ilustrou as moedas do início da república, também vinculada ao mesmo arcabouço simbólico do período, apresentou uma sutil variação, foi a figura de mulher, perfilada à esquerda sem o barrete e adornada com coroa de louros. Essa efígie foi aberta nos cunhos pelo gravador Giorgio Girardet e impressa nas moedas de 2000 réis cunhadas em 1891 (figura 86), 1896 e 1897.

Figura 86. Moeda de 2000 réis de 1891



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36132.html>

As efígies das moedas republicanas foram terreno fértil para uma prática adotada pelo novo regime, a exaltação dos heróis da pátria. Vários personagens ilustres desfilaram nas novas emissões numárias.

O primeiro vulto histórico celebrado pelo meio circulante foi Pedro Álvares Cabral. O personagem é retratado em pé empunhando a bandeira portuguesa na mão direita com cabeça nua e cobertura na mão esquerda, essa composição está gravada nos 4000 réis de 1900, moeda comemorativa ao quarto centenário do descobrimento do Brasil.



O busto de Dom Pedro I aparece sobreposto pelo do Presidente Epitácio Pessoa, ambos de perfil à esquerda. Essa composição foi gravada pelo artista Augusto Girardet e ilustra o anverso das moedas de 2.000, 1000 e 500 réis (figura 87), de 1922, comemorativas ao centenário da independência do Brasil. Epitácio Pessoa foi o décimo primeiro presidente da república e o primeiro a utilizar sua imagem no meio circulante. Como veremos, ele não será o único a reconhecer e utilizar esse mecanismo de autopromoção.

Figura 87. Moeda de 500 réis de 1922



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces9366.html>

O busto frontal de D. João III foi escolhido para a moeda de 2000 réis (figura 88), A imagem de Martim Afonso de Souza foi cunhada nos 1000 réis (figura 89), o busto de João Ramalho ilustrou a moeda de 500 réis (figura 90) e o busto do cacique Tibiriçá, com cocar de penas, está gravado na moeda de 100 réis (figura 91), esses personagens icônicos da história nacional foram exaltados pela série comemorativa ao IV centenário da colonização do Brasil, lançada em 1932.

Figura 88. Moeda de 2000 réis de 1932



Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/brazil-2000-reis-km-532-1932-cuid-1038150-duid-1276766>

Figura 89. Moeda de 1000 réis de 1932



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/content/images/2018/06/moedas-serie-vicentina-post-image-10-1000-reis-1932-OT-3.jpg>

Figura 90. Moeda de 500 réis de 1932



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/content/images/2018/06/moedas-serie-vicentina-post-image-08-500-reis-1932-OT-2.jpg>

figura 91. Moeda de 100 réis de 1932



Disponível em: <https://collectgram.com/blog/content/images/2018/06/moedas-serie-vicentina-post-image-01-100-reis-1932-OT.jpg>



A efígie do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva o Duque de Caxias, com cobertura militar, perfilado à esquerda, foi gravado por Walter Toledo na moeda de 2000 réis de 1935. A efígie do “pacificador” inaugura a primeira emissão da série intitulada Brasileiros Ilustres, lançada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1935. O busto do Padre Jesuíta José de Anchieta ilustra a moeda de 1000 reis (figura 92) desta mesma série e na moeda de 500 réis (figura 93), última dessa primeira emissão, foi contemplado o personagem histórico Diogo Antônio Feijó, regente uno do Império de 1835 a 1837.

Figura 92. Moeda de 1.000 réis de 1935



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=96&xm=577>

Figura 93. Moeda de 500 réis de 1936



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=17&xm=143>

O busto de Alberto Santos Dumont deu início a segunda emissão da primeira série dos brasileiros ilustres, estampando a moeda de 5000 réis (figura 94). Essa nova série de moedas foram cunhadas de 1936 a 1938. Nessas, uma nova efígie do Duque de Caxias foi escolhida para os 2000 réis. Foi mantido o busto de José de Anchieta presente na primeira emissão para

Figura 94. Moeda de 5000 réis de 1936





Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=17&xm=147>

a moeda de 1000 réis e o do Regente Feijó para os 500 réis. Essa nova emissão dos brasileiros ilustres contemplou, ainda, mais quatro novos personagens do panteão histórico nacional. O busto frontal do microbiologista Oswaldo Cruz, ilustrou a moeda de 400 réis. A efígie do compositor Carlos Gomes foi escolhida para o anverso da moeda de 300 réis. O busto frontal do Visconde de Mauá, empresário do Império, responsável pela construção da primeira estrada de ferro do Brasil, foi cunhado na moeda de 200 réis (figura 95) e por fim, a efígie do Almirante Marques de Tamandaré, fundador da força naval brasileira, ilustra os 100 réis, última moeda da série.

Figura 95. Moeda de 200 réis de 1936



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=17&xm=140>

Floriano Peixoto, Tobias Barreto e Machado de Assis, foram os novos personagens históricos homenageados na segunda série de brasileiros ilustres, todas cunhadas no ano de 1939. O lançamento dessas novas moedas foi autorizado pelo decreto nº 1538 de 24 de agosto deste mesmo ano. O busto frontal de Florianio Peixoto, segundo presidente da república, ilustrou a moeda de 2.000 réis cunhada em 1939. O cunho desta peça foi gravado pelo artista Orlando Moutinho Maia. O busto do filósofo, poeta, crítico e jurista sergipano Tobias Barreto de Meneses foi escolhido para estampar os 1000 réis (figura 96), nessa moeda e na dos 500 réis, a arte dos cunhos foi entalhada pelo artista Benedito de Araújo Ribeiro. A efígie do escritor e poeta Joaquim Maria Machado de Assis ilustra o anverso dos 500 réis (figura 97), última moeda dessa série. Os três personagens históricos tinham em comum, além da óbvia notoriedade, o fato de estarem completando 100 anos de nascimento no ano de 1939. Devido a esse fato, as três moedas vinculam às efígies as duas datas 1839 e 1939, exaltando o referido centenário.

Figura 96. Moeda de 1000 réis de 1939



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=15&xm=129>

Figura 97. Moeda de 500 réis de 1939



Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=15&xm=128>

A efígie do presidente da república Getúlio Dornelles Vargas, foi escolhida para ilustrar uma série de quatro valores comemorativos ao primeiro aniversário da constituição de 10 de novembro de 1937. A nova série autorizada pelo decreto nº849 de 9 de novembro de 1938 lançou as moedas de 400, 300 (figura 98), 200 e 100 réis, todas trazendo cunhadas no anverso o busto do presidente Vargas perfilado à esquerda. Essas moedas foram lançadas em 1938 e recunhadas em 1940 e 1942. Leopoldo Alves de Campos foi o artista responsável pelas efígies entalhadas nos cunhos. À exemplo de Eptácio Pessoa, primeiro presidente em exercício a vincular sua imagem às moedas, Getúlio Vargas não só fará uso dessa prática como superará seu antecessor, pois irá utilizar como nenhum outro esse dispositivo de autopromoção da imagem.

Figura 98. Moeda de 300 réis de 1938



Disponível em: [https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-300-reis-1940-ef40-45-copper-nickel-km-](https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-300-reis-1940-ef40-45-copper-nickel-km-546)

546

O busto de Getúlio Vargas retorna ao meio circulante na primeira série de cruzeiros. Com a mudança do padrão monetário de réis para o cruzeiro a efígie do presidente ilustra três das seis novas moedas. O busto de Vargas perfilado à esquerda foi gravado nos 50 (figura 99), 20 e 10 centavos de cruzeiros gravados pelo artista Orlando Moutinho Maia. As moedas de 50 e 10 centavos foram cunhadas de 1942 a 1948 e a moeda de 20 centavos de 1942 a 1947.

Figura 99. Moeda de 50 centavos de cruzeiro de 1944



Disponível em: [https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-50-centavos-1944-vf30-35-aluminum-](https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-50-centavos-1944-vf30-35-aluminum-bronze-km-557a-1)

bronze-km-557a-1



O General Eurico Gaspar Dutra, também Presidente no exercício da função, O polímata Ruy Barbosa de Oliveira e o Patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva também tiveram suas efígies vinculadas ao meio circulante nacional.

A Lei nº 140 de 18 de novembro de 1947 deu sequência à série brasileiros ilustres, lançando mais três novos valores. A efígie do Presidente Dutra ilustra a moeda de 50 centavos, Ruy Barbosa, ilustra a moeda de 20 centavos (figura 100), ambas cunhadas de 1948 até 1956. O busto de José Bonifácio está gravado no anverso dos 10 centavos (figura 101), que diferente dos outros dois valores da série, foi cunhado de 1947 até 1955. A arte do entalhe dos cunhos de todas as efígies da série ficou ao encargo do artista Orlando Moutinho Maia.

Figura 100. Moeda de 20 centavos de cruzeiros de 1954



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces5379.html>

Figura 101. Moeda de 10 centavos



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces6792.html>

A efígie de Tiradentes ilustra a moeda de 5000 cruzeiros (figura 102), comemorativa ao bicentenário de sua morte. O busto do personagem histórico aparece dentro de um triângulo formado pelas palavras LIBERDADE, CIDADANIA e TIRADENTES. O triângulo faz alusão à bandeira do estado de Minas Gerais.

Figura 102. Moeda de 5000 cruzeiros de 1992



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces14155.html>

A efígie da república volta a ilustrar o meio circulante nacional após três décadas da sua última aparição. O retorno do primeiro símbolo republicano vinculado às moedas foi reinstituído pela Lei nº 4.511 de 1º de dezembro de 1964. A figura feminina coberta com barrete frígio, gravada pelo artista Benedicto de Araújo Ribeiro, está estampada na moeda de 50 cruzeiros, cunhada em 1965. Esta mesma representação é reutilizada na série de cruzeiros novos lançada em 1967. A nova emissão numismática é composta por sete valores, sendo o maior deles o 1 cruzeiro novo cunhado em 1970 e de 1974 a 1978. As demais moedas da série tinham o valor de 50, 20, 10, 5, 2 e 1 centavos, cunhadas entre 1967 e 1979.

Além de fazer retornar ao meio circulante a efígie da república, o governo militar utilizou as moedas, também, como mecanismo de autopromoção do governante. A efígie do Presidente Médici ladeado pela de Dom Pedro I compartilham o anverso de duas das três moedas da série comemorativa ao sesquicentenário da independência do Brasil. A citada composição de efígies foi elaborada pelo artista Aloísio Magalhães e gravada por Benedicto de Araújo Ribeiro e está presente nas moedas de vinte e trezentos cruzeiros lançadas no ano de 1972.

Coube a outro lançamento do meio circulante, ainda no período militar, também explorar a potencialidade das moedas como veículo de afirmação dos heróis da pátria. Humberto de Alencar Castelo Branco, 26º Presidente da República e primeiro da ditadura



militar, morto em acidente aéreo no exercício do mandato presidencial, foi também homenageado em lançamento numismático. Seu busto vai ilustrar o anverso da moeda comemorativa aos dez anos de criação do Banco Central do Brasil. A moeda de dez cruzeiros, cunhada em 1975 (figura 103), teve concepção e gravação realizadas, também, pelo artista Benedicto de Araújo Ribeiro.

Figura 103. Moeda de 10 cruzeiros de 1975



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces33393.html>

O processo de redemocratização que pôs fim a vinte e um anos de ditadura militar provocou um sentimento de euforia que tomou conta do país e foi catalisado em torno das temáticas ligadas aos direitos humanos, seu ápice foi a aprovação da nova Constituição Federativa de 1988, apelidada carinhosamente de cidadã. Todo esse contexto também terá reflexos no meio circulante.

Nesse ano será lançada uma série de três moedas comemorativas ao Centenário da Abolição, em cada uma das moedas está associada uma efígie representando os

Figura 104. Moeda de 100 cruzados de 1988



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces15375.html>



integrantes da família negra brasileira: um homem negro (figura 104), uma mulher negra e uma criança negra, ilustram as três moedas de 100 cruzados. Os artistas responsáveis pela concepção dessas peças foram Luciano Dias Araújo e Thereza Regina Barja Fidalgo e a abertura dos cunhos ficou ao encargo do gravador Aldo Cascardo.

No ano seguinte, por conta do centenário da proclamação da república, a efígie clássica da figura feminina com barrete frígio, volta a estampar o meio circulante. Essa composição será utilizada dessa vez nas moedas de 1 cruzado novo e 200 cruzados novos (figura 105), comemorativas ao centenário da república. Essas peças foram elaboradas pelo artista Luciano Dias Araújo e gravadas nos cunhos por Aldo Cascardo e foram cunhadas exclusivamente no ano de 1989.

Figura 105. Moeda de 200 cruzados novos de 1989



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces28870.html>

Essa mesma imagem feminina, símbolo maior do regime republicano, foi mais uma vez vinculada ao meio circulante após o lançamento do plano Real. Coube a medida provisória nº542 de 30 de junho de 1994, instituir o novo sistema monetário.

A efígie da república vai estampar todos os seis valores da primeira família deste novo padrão monetário. A referida série é composta pelas seguintes moedas: o um real, a unidade monetária e as divisionárias, cinquenta, vinte e cinco, dez, cinco e um centavos. A moeda de um real, cunhada em 1994; a de cinquenta e vinte e cinco centavos em 1994 e 1995 e as de dez, cinco e um centavos, cunhadas desde 1994 até 1997.

Em 1998, com o lançamento da segunda família de moedas do Real a efígie da república permaneceria em circulação apenas na moeda de um real bi metálico. Nas outras moedas da série, seguindo uma tendência iniciada na era Vargas, foram gravados personagens ilustres da história nacional.

A efígie de Juscelino Kubitscheck foi gravada na moeda bi metálica de 1 real comemorativa ao centenário do nascimento do ex-presidente da república. O busto de Pedro Álvares Cabral está gravado na moeda de 1 centavo de real cunhada de 1998 até 2004. A efígie do alferes Tiradentes ilustra a moeda de 5 centavos; A imagem de Dom Pedro I está impressa na moeda de 10 centavos, O busto do marechal Deodoro da Fonseca está cunhado nos 25 centavos e pôr fim a efígie do Barão do rio Branco que está gravada nos 50 centavos. Todas as moedas da segunda família do Real ainda estão em circulação e são cunhadas, à exceção do 1 centavo, até a data em curso.

## II. Os Escudos e brasões

Os escudos e brasões, também, constituem elementos gráficos constantes nas moedas. Dando sequência a caracterização imagética disponível no meio circulante brasileiro, passaremos, então, a tratar desses clássicos símbolos heráldicos.

Estas composições estão entre os elementos visuais mais recursivos e tradicionais no meio numismático. Os brasões e escudos são um conjunto de sinais, insígnias e ornamentos, desenhos minuciosamente elaborados, que, obedecendo às leis da heráldica visam identificar indivíduos, famílias, clãs, corporações, cidades, regiões e nações.

Figura 106. Dobra de 24 Escudos de D. João V de 1731



Disponível em <https://collectgram.com/blog/a-dobra-de-24-escudos-de-d-joao-v/>

A variedade de brasões e escudos presentes nos primórdios do nosso meio circulante são testemunhos coevos das disputas que aqui travaram algumas das mais poderosas nações



europeias pela posse e colonização do território brasileiro. Os escudos e brasões portugueses (figura 106), espanhóis (figura 107), franceses (figura 108) e holandeses (figura 109), disputaram uma guerra pela supremacia econômica nas tratativas comerciais na América

Figura 107. Moeda de 8 Reales de Fernando VI de 1753



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces46607.html>

Figura 108. Ecu d'or de Charles IX de 1560-1574



Disponível em: [https://www.numiscorner.com/products/france-ecu-dor-1567-rouen-au50-53-gold-sombart-4904-](https://www.numiscorner.com/products/france-ecu-dor-1567-rouen-au50-53-gold-sombart-4904-3-32)

3-32

Figura 109. Moeda de 8 Reales da Netherlands East Indies de 1601





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces21736.html>

portuguesa. Defendemos o uso, pelos professores, desses elementos imagéticos como recurso didático, como gatilho motivador, na abordagem e compreensão desse período litigioso da história nacional. Passaremos a ilustrar alguns modelos de escudos e brasões, vinculados, a princípio, ao meio circulante colonial.

Os escudos portugueses gravados nas moedas do período colonial apresentam três formatos distintos: o amendoado (figura 110), o português primitivo (figura 111) e o português clássico (figura 112).

Figura 110. ½ Real de D. João I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces46590.html>

Figura 111. Cruzado, 400 reais, de D. Manuel I





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces35560.html>

Figura 112. Moeda de 4000 Reais de D. João V



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces16998.html>

Quanto à composição das peças internas e honorarias vê-se no coração ou abismo, parte central do escudo, as quinas dispostas em formato de cruz. Compondo as quinas, vê-se cinco escudetes, cravejados por besantes, também em número de cinco. Na parte externa ao escudo central, em sua bordadura, vêm-se dispostas sete representações de castelos. Estes castelos estão distribuídos da seguinte forma, um deles ocupa o chefe do escudo, que é sua parte superior central; outros dois ocupam o cantão destro e sinistro, que correspondem à parte superior direita e esquerda; outros dois castelos estão gravados nos flancos direito e esquerdo, que



correspondem as laterais da parte central do escudo e vemos ainda mais dois castelos, um no cantão destro da ponta e outro no cantão sinistro da ponta, que correspondem a lateral direita e esquerda da parte inferior do escudo, ficando vazia, portanto, a ponta do escudo, ou seja, a sua parte central inferior (figura 112).

Esta composição do escudo real português resultou de alterações históricas, sofreu influências de conquistas militares que modificaram sua estrutura e composição. A primeira versão do escudo foi instituída no século XII, em 1139, por Dom Afonso o primeiro monarca português e sua versão definitiva, só foi consolidada por Dom Manuel I, rei de Portugal do final do século XV e início do XVI, sendo mantida sua estrutura até hoje.

No cruzado de Dom Manuel I (figura 111), vê-se a versão clássica do escudo real português, encimado por coroa, no interior de ornato composto por cinco arcos duplos, sendo os laterais cantonados por aneletes. Em heráldica, um anelete é uma carga. Ele alude ao costume dos prelados de receberem sua investidura “per baculum et annulum” (por uma vara e um anel).

O escudo português pode ser ainda representado no meio circulante por apenas algumas partes de sua estrutura. Como exemplo do uso desta composição simplificada temos o meio tostão de Dom João III (figura 113) nesta peça vê-se como ilustração heráldica do reino português apenas as quinas dispostas em forma de cruz, que corresponde à composição central do escudo clássico.

Figura 113. Moeda de ½ Tostão de D. João III



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces100603.html>

O escudo português resistiu às mudanças até mesmo durante o domínio espanhol sobre o reino lusitano. Os princípios da ocupação espanhola foram estabelecidos em 1581 nas cortes de Tomar, segundo as tratativas desse acordo foi reconhecida relativa autonomia das



instituições portuguesas. No caso específico do meio circulante, o acordo estabelecia que, na lavratura das moedas portuguesas seria respeitado pela Espanha os valores vigentes do sistema monetário e a manutenção dos símbolos nacionais portugueses.

Essa permanência dos símbolos nacionais portugueses, apesar do domínio político espanhol, pode ser constatada nas moedas lusitanas cunhadas no período de 1580 a 1640. Nesse sentido usaremos como exemplo os quatro cruzados (figura 114) lavrados por Filipe II de Portugal e III da Espanha. Essa moeda, a exemplo das demais cunhadas pelos reis espanhóis, permaneceu em circulação durante todo o período filipino, sendo recolhida apenas após a reconquista da autonomia portuguesa em 1640 por Dom João IV.

Figura 114. Moeda de 4 Cruzados de D. Filipe II "O Pio" (III de Espanha)



Disponível em: [https://colnect.com/pt/coins/coin/98088-4\\_Cruzados\\_No\\_date-1598~1621\\_-\\_D\\_Filipe\\_II\\_O\\_Pio\\_III\\_de\\_Espanha-Portugal](https://colnect.com/pt/coins/coin/98088-4_Cruzados_No_date-1598~1621_-_D_Filipe_II_O_Pio_III_de_Espanha-Portugal)

Nesses cruzados batidos pelos Habsburgos, vê-se o escudo português clássico encimado por coroa real fechada ornada por perolas, tendo na flor de Liz ao centro o único vestígio da presença da família real espanhola na simbologia numismática lusitana.

Os brasões portugueses mantiveram-se estáveis durante o século seguinte à reconquista, apresentando pouquíssima alteração, que quando ocorria se dava apenas no formato das coroas sobrepostas ao escudo, que refletiam as escolhas do monarca em exercício.

Os brasões e escudos portugueses vão romper com esta estabilidade estética apenas a partir da segunda década do século XVIII. Essa variedade de estilo encontrará seu apogeu na série das dobras, autorizadas pela carta régia de 04 de abril de 1727, no auge da produção

aurífica das minas gerais. Graças a riqueza proporcionada pelo ouro brasileiro, Dom João V foi um rei poderoso e o principal representante do absolutismo lusitano. Seu poder também deixou marcas no meio circulante. O magnânimo mandou cunhar a maior moeda de ouro de valor intrínseco que já circulou até hoje, não só em Portugal, mas em todo o mundo: O dobrão (figura 115) cunhado na casa da moeda de Vila Rica das minas Gerais, de 1724 a 1727, tinha 55 gramas de puro ouro.

Figura 115. Dobrão de 20.000 réis de D. João V de 1725



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces17002.html>

Na série das dobras foram gravados dois estilos diferentes de brasões de armas, sendo o primeiro deles o brasão com escudo oval, gravado na dobra de 8 escudos de 12.800 réis, cunhadas de 1727 a 1731 (figura 116). O segundo tipo, conhecido como escudo itálico, figura nas dobras (figura 117) cunhadas na casa da moeda da Bahia de 1727 a 1732 e pela casa da moeda de Vila Rica de 1727 a 1733 e ainda pela casada moeda do Rio de Janeiro, de 1731 a 1733. O escudo itálico foi o modelo mais vinculado as moedas e, diante disso, apresentou ainda mais quatro variações. Esses escudos ornados em estilo barroco, foram também adotados para as peças de 6400 réis, meias peças de 3.200 réis, nos escudos de 1.600 réis e ainda nos meio escudos de 800 réis.

Figura 116. Dobra de 12 800 Réis de João V





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces117197.html>

Figura 117. Dobra de 12 800 Réis de D. João V



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36122.html>

A série de dobras e escudos com brasões ovais e itálicos atravessaram todo o século XVIII e início do XIX, passando pelo reinado de Dom João V (1706-1750), Dom José I (1750-1777) (figura 118), D. Maria I (1777- 1799) até a regência de Dom João (1799-1816). Esses brasões só foram substituídos com a elevação do Brasil a condição de reino unido, marco histórico que exigiu uma nova representação heráldica para ambos os reinos.

Figura 118. Peça de 6.400 réis de D. José I





Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces25665.html>

As novas armas nacionais, representando a união dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves, será retratada nas moedas de três formas distintas, variando conforme os metais de base das mesmas.

Nas peças de ouro de 6.400 réis, cunhadas de 1818 a 1822, vê-se o escudo português clássico sobreposto à esfera armilar, (símbolo pessoal de Dom Manuel, associado ao Brasil desde as primeiras moedas coloniais), encimados por coroa real portuguesa e ladeados no seu flanco direito por ramos de café e por ramos de tabaco no esquerdo. O mesmo brasão foi adotado nas moedas de ouro de 4000 réis (figura 119) lavradas nesse mesmo período.

Figura 119. Moeda de 4000 Réis - João VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36216.html>

O brasão de armas do reino unido foi representado de forma distinta na série das patacas de prata. Esta série é composta por cinco valores: 960 réis (figura 120), 640 réis, 320 réis, 160



e 80 réis. Nestas moedas, o símbolo heráldico representando o reino unido está gravado de forma simplificada, nas patacas a esfera armilar, sobreposta pelo escudo real português, figura ainda sobreposta a cruz da ordem de cristo, símbolos nacionais portugueses, adotados por Dom Manuel I, que remontam a era dos descobrimentos marítimos.

Figura 120. Moeda de 960 Réis (patacão) de D. João VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces28705.html>

Uma representação mais simplificada do mesmo brasão aparece gravado nas moedas de cobre deste mesmo período histórico, nessas peças de 80 (figura 121), 40, 20 e 10 réis, cunhadas, também, a partir de 1818 até a independência em 1822, vê-se apenas a esfera armilar sobreposta pelo escudo real português.

Um brasão foi criado para representar o Brasil independente. Sua primeira versão está gravada no meio circulante somente na peça da coroação de Dom Pedro I. Nessa moeda, a primeira cunhada pelo império, vê-se o Brasão de Armas do Reino do Brasil, um escudo de formato inglês, tendo no coração uma esfera armilar sobreposta em uma cruz da Ordem de Cristo, circulada por 19 estrelas de prata; encimando o escudo uma coroa real com os diamantes ajustados sobre o protetor, tendo do lado direito um ramo de café e do lado esquerdo um de tabaco, unidos na extremidade inferior pela fita nacional.

Figura 121. Moeda de 80 Réis - João VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces24467.html>

### III. Os Símbolos

Outro tema imagético presente no meio circulante nacional corresponde a alguns símbolos e ícones.

Antes mesmo do início do lavramento das moedas coloniais, símbolos do catolicismo como a cruz e ícones como as imagens hagiográficas circulavam no Brasil, gravados nas moedas metropolitanas. Dando sequência a caracterização das imagens disponíveis no meio circulante brasileiro, passaremos, então, a tratar dessas insígnias sagradas.

Dentre esse arsenal simbólico, alguns itens se destacam. A cruz é um deles, o símbolo maior do catolicismo esteve onipresente em diversas variantes. Esse emblema religioso teve cunhagem abundante na nossa coleção numária e foi gravado de forma bastante variada. Dessa forma temos registrado nessas moedas a cruz da ordem de cristo, a cruz de São Jorge, a cruz grega, a cruz da ordem de avis, a cruz da ordem de São Tiago, a cruz do calvário e ainda a cruz potenciada. Cada insígnia dessas remete a contextos históricos e políticos específicos, que serão tratados mais adiante.

#### A cruz da ordem de cristo

A cruz da ordem de cristo foi adotada como insígnia pessoal por Dom Manuel I, e será em seu reinado, que elas aparecerão gravadas nas moedas portuguesas pela primeira vez. No período manuelino a cruz passou a figurar no português (1499-1521), moeda de 4000 réis e no tostão (figura 122), circulante de 1495-1521 com valor de 100 reais.

A cruz da ordem de cristo foi mantida por Dom João III em algumas cunhagens do seu reinado, no português lavrado de 1525 a 1555, e no tostão cunhado de 1521 a 1538. Essa





sua nova moeda a conceição, cunhada em ouro e prata nos valores de 12000 reais e 600 reais (figura 123), respectivamente, ambas cunhadas em 1648. Nessa nova moeda a cruz manuelina aparece sobreposta pelo escudo português.

Figura 123. Conceição de 600 Réis de D. João IV



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces99556.html>

A insígnia cristã, além de figurar nas novas moedas da conceição, também foi gravada nos tostões, 100 reais, de 1641-2, na série dos cruzados, 400 reais, de 1642 a 1658 e meio cruzados, 200 reais, de 1643 a 1658. Dom Afonso VI, o vitorioso, sucedeu o pai no trono Português, de 1656 a 1683 e também fez uso da cruz da ordem de cristo em algumas de suas moedas: na moeda de 500 reais de 1663; no cruzado, 400 reais, de 1663 a 1666; no ½ cruzado, 200 reais, de 1656 a 1667; no tostão, 100 reais, de 1656 a 1667 e no ½ tostão, 50 reais, cunhados de 1663 a 1667.

A cruz da ordem de cristo sobreposta pela esfera armilar foi o símbolo adotado por Portugal como emblema representativo do Brasil em parte da coleção numária e serviu para identificar as moedas de prata lançadas para circulação exclusiva na colônia.

No reinado de Dom Pedro II de Portugal (1683 a 1706), foi instituído um sistema monetário próprio para o Brasil. Os símbolos gravados nessas primeiras moedas provinciais, a cruz da ordem de cristo e a esfera armilar, eram, ambos, insígnias pessoais de Dom Manuel I, e reafirmava a precedência desse monarca sobre as terras do Brasil.

A série das patacas (figura 124) foi o nome popular como ficaram conhecidas às moedas de prata de 640, 320, 160, 80, 40 e 20 réis, acrescidas a partir de 1809 pelos 960 réis. Essas



moedas circularam no Brasil de 1695 até 1834, quando foram substituídas pelos valores criados pelo novo sistema monetário.

Figura 124. Pataca de 320 Réis de D. Pedro II de 1695



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces16883.html>

A referida cruz figurou ainda solitária, nas moedas de ouro que, apesar de batidas na colônia, circularam tanto na colônia, quanto na metrópole. Elas estão gravadas nas moedas de 4000 e 2000 reis de Pedro II de Portugal, sendo a primeira delas cunhada de 1703 a 1707, e a segunda, somente em 1703;

Figurou, a cruz, também, na série de moedas mais emblemáticas do poder econômico português, os dobrões de Dom João V, nos valores de 20.000 réis, nos 10.000 réis, nos 4000 réis, nos 2000 réis, nos 1000 réis, todas cunhadas de 1724 a 1727 e ainda nos 400 réis cunhados de 1724 a 1726. O lavramento da série dos dobrões foi resultado do período de maior produção aurífera da colônia brasileira e o dobrão de 20.000 réis é até hoje a maior moeda de ouro em tamanho e peso já colocada em circulação.

A cruz da ordem de cristo, sobreposta pela esfera armilar circulou gravada nas patacas de prata por todo o período colonial. Posteriormente, quando da elevação do Brasil a condição de reino unido a Portugal, foi acrescida a esta composição o escudo português, cravado sobre a esfera armilar. Quando concluído o processo de independência a cruz sobreposta pela esfera armilar passou a compor o brasão de armas do reino e depois o do Império, ocupando o coração do escudo nacional.



A cruz da ordem de cristo volta a figurar em algumas poucas moedas do período republicano, todas essas peças têm em comum o fato de serem comemorativas a efemérides da história nacional.

Na república esse distintivo vai ilustrar os 400 réis da série comemorativa ao quarto centenário do descobrimento, cunhado em 1900 (figura 125).

Figura 125. Moeda de 400 réis de 1900



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces36133.html>

A referida insígnia está gravada também nos 400 réis (figura 126) da série comemorativa

Figura 126. Moeda de 400 réis de 1932



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces10309.html>

ao quarto centenário da colonização do Brasil, lançada em 1932 e sua última aparição no meio circulante brasileiro se dará estampando as velas da nau Cabralia na moeda de cinco reais, comemorativa ao quinto centenário do descobrimento do Brasil, cunhada no ano 2000.

### A cruz de São Jorge

A cruz de São Jorge, outra variante deste símbolo cristão será, dentre as insígnias religiosas vinculadas ao meio circulante, uma das mais recorrentes. Este símbolo só foi superado, enquanto elemento representativo do estado português, pela cruz da ordem de cristo.

A relação da divisa de São Jorge com o estado português remonta a conquista de Lisboa, no século XII, quando os portugueses, auxiliados pelos cruzados ingleses, tiveram contato nos campos de batalha com a insígnia do santo, patrono da Inglaterra. São Jorge passou, então, a ser venerado em Portugal, sendo alçado a padroeiro do reino por Dom João I, em 1387. Será nesse contexto que a bandeira com a Cruz de São Jorge se tornará um dos símbolos nacionais de Portugal. A prevalência de São Jorge no panteão lusitano perdurará até o reinado de Dom João IV, quando em 1640 o santo foi substituído por Nossa Senhora da Conceição, que é até hoje a padroeira do estado português.

Na coleção numária brasileira a cruz de São Jorge vai figurar o cruzado, 400 reais, lavrados por Dom João III de 1538 a 1544; no ½ tostão, 50 reais, de Dom Sebastião de 1558 a 1573; no meio tostão de 1580 e no cruzado de 1582, ambos lavrados por Dom Antônio I; nos 4 cruzados, 1.600 reais e nos ½ tostões de 50 reais cunhados pelos Filipes; nos quatro cruzados cunhados de 1642 a 1652, no cruzado de 1647, na série de tostões e ½ tostões de 1641 a 1656 e, ainda, nos 2 vinténs, 40 reais, lavrados por Dom João IV; nos tostões e ½ tostões cunhados de 1656 a 1663 por Dom Afonso VI; a cruz de São Jorge vai retornar ao meio circulante trinta e dois anos depois nas moedas de 4000 réis (figura 127), cunhadas no Brasil de 1695 a 1702, nas moedas de 2000 réis, de 1695 a 1700 e ainda nas moedas de 1000 réis, de 1699 a 1700, todas lavradas pelo rei Dom Pedro II de Portugal.

Depois de mais cinco décadas essa insígnia retorna ao meio circulante na série de moedas lavradas por Dom José I, figurando nos valores de 4000 réis, de 1751 a 1777, nos 2.000 réis de 1752 a 1773 e ainda nos 1.000 réis de 1749 a 1774; permaneceu figurando na série das moedas cunhadas no reinado de D. Maria I, nas moedas de 4000 réis, de 1787 a 1805, nas moedas de 2.000 réis de 1787 a 1793 e nos 1.000 réis de 1787; sua última aparição na coleção numária vai se dar também na série das moedas, lavradas por Dom João desde o período regencial até o término do domínio português sobre as terras brasileiras. A insígnia figurou nos 4000 réis de 1805 a 1822, sendo desta data o último registro da cruz de São Jorge nas moedas brasileiras.

Figura 127. Moeda de 4000 Réis - Pedro II







Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces35493.html>

#### A cruz de Avis

A cruz de Avis também foi utilizada no meio circulante brasileiro, ilustrando as seguintes moedas: o ½ vintém de Dom Manuel I, cunhados de 1495 a 1521, o tostão, 100 reais, lavrado por Dom Joao III; o tostão, 100 reais e o ½ tostão, 50 reais, ambos de 1557 e 1558 e o ½ vintém, 10 reais, de 1560 a 1573 e no tostão (figura 129) de 1557-1570, lavrados por Dom Sebastião; nos 2000 e 1000 reais de 1582 cunhados por Dom Antônio I; nos XX reais de 1663 a 1667 e nos ½ vinténs, x reais, de 1656 a 1662, cunhados por Dom Afonso VI moedas que marcaram seu último registro.

Figura 129. Tostão de 100 reais de D. Sebastião



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces101475.html>

#### A cruz latina erguida no monte calvário

A cruz latina erguida no monte calvário, símbolo da inquisição lusitana, foi a insígnia adotada por Dom João III, o piedoso, para os cruzados (figura 130) lavrados por este monarca de 1544 a 1555; esta insígnia retornou ao meio circulante apenas mais uma vez, em 1583 nos dois reais lavrados por Dom Antônio I.

Figura 130. Cruzado Calvário de 400 reais de D. João III



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces22055.html>

#### A cruz potenciada

A cruz potenciada, é a última variação da cruz cristã encontrada em moedas brasileiras no período pesquisado. Seus quatro braços retos representam os quatro cantos do mundo, os quatro elementos. Essa divisa também figurou escudos cruzados em suas campanhas pela reconquista da terra santa. Essa insígnia foi utilizada por dois reis, o primeiro Dom Sebastião, no real de 1562 a 1564 e um século depois, por Dom Afonso VI na série dos vinténs, nos 4 vinténs, 80 reais, nos 2 vinténs (figura 131), 40 reais e no vintém, 20 reais, todos cunhados de 1656 a 1667.

Figura 131. Moeda de 2 Vinténs, 40 reais de D. Afonso VI



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces35371.html>

#### IV-Retratos Hagiográficos







Figura 133. Escudo, 1000 reais, de João III



Disponível em <https://en.numista.com/catalogue/pieces103181.html>

Essas peças, a exemplo dos escudos de São Tomé, também foram desenhadas pelo célebre António de Holanda e seu filho Francisco. A imagem de São Vicente, mantendo as mesmas características imagéticas da moeda de maior valor, foi gravada reproduzindo apenas meio corpo do Santo, da cintura para cima, nas moedas de 500 reais. Essas peças ficaram conhecidas popularmente como meio São Vicente. As duas moedas foram cunhadas até 1557.

Essas duas moedas de São Vicente, os 1000 e 500 reais (figura 134), foram também cunhadas por Dom Sebastião I do início do reinado até 1560. Sua circulação, contudo, foi muito mais duradoura, devido a sua beleza e aceitação comercial essas peças só foram recolhidas após a restauração portuguesa, por Dom João IV, quase um século depois do termino de sua cunhagem.

Figura 134. Meio Escudo, 500 reais de D. Sebastião I



Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces97729.html>

Nossa Senhora da Conceição, outra santa retratada no meio circulante, guarda com a numismática uma instigante relação, sua imagem foi utilizada para ilustrar a princípio duas medalhas comemorativas em sua homenagem por ter sido eleita protetora de Portugal.

A citada motivação foi relatada na Carta régia remetida à Câmara do Porto, datada de 25 de março de 1646, nela, Dom João IV comunica que havia feito em Cartes a escolha de Nossa Senhora da Conceição para Padroeira do Reino. Essas duas medalhas foram muito elogiadas por sua estética e valor simbólico, tanto que, Dom João IV, em decisão incomum, colocou-as em circulação.

Concebidas como medalhas, correram como moedas, as de ouro por 12000 reais (figura 135) e as de prata por 600 reais, como consta do Alvará de 9 de outubro de 1651.

A imagem clássica de Nossa Senhora da Conceição ilustra ambas as peças. Nelas a Virgem Maria é gravada de corpo inteiro, com as palmas das mãos juntas em sinal de oração. O inusitado ficou por conta dos elementos simbólicos que compõem o restante da Representação hagiográfica. Nesta gravura, a imagem sacra ocupa o campo central da peça, a Santa aparece em pé numa meia lua equilibrada sobre o globo terrestre, laçado por uma serpente, tendo a sua volta, em forma de círculo, além do globo que está aos pés, mais seis símbolos, três no seu flanco esquerdo e mais três no direito. O Sol, a Fonte Selada e a Arca do Santuário estão do seu lado direito e o Espelho, o Horto e a Casa do Ouro do lado esquerdo.

Figura 135. Moeda Conceição, 12.000 réis de Dom João IV



Disponível em: <https://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?t=10683>



Os tipos regionais foram mais uma temática imagética explorada na coleção numária brasileira. Este tema aparece na numismática brasileira no final dos anos 1980, nesse período o país estava vivendo um momento político e social efervescente, abalizado pelo processo de redemocratização, que culminou na elaboração da nova carta magna nacional.

Nesse contexto, rompendo com sua tradição elitista, afloraram no meio circulante uma variedade de tipos identitários da cultura regional.

Vejamos cada um deles: a rendeira figurou na moeda de 50 centavos (figura 136) de cruzado novo, o garimpeiro nos 10 centavos (figura 137), o jangadeiro foi retratado nos 5 centavos (138) e o boiadeiro fechou a série dos cruzados novos figurando na moeda de 1 centavo.

Figura 136. Moeda de 50 centavos de cruzado novo de 1989



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-50-centavos-1989-ef40-45-stainless-steel-km-614>

Figura 137. Moeda de 10 centavos de cruzado novo de 1989



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-10-centavos-1989-ef40-45-stainless-steel-km-613>

Figura 138. Moeda de 5 centavos de cruzado novo de 1989





Disponível em: [https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-5-centavos-1989-vf30-35-stainless-steel-km-](https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-5-centavos-1989-vf30-35-stainless-steel-km-612)

612

Todas essas moedas foram cunhadas em 1989 e 1990 e circularam somente nesse intervalo de tempo, pois, ainda em 1990 foram substituídas pela nova mudança do padrão monetário.

O novo cruzeiro, fruto da nova reforma monetária, deu continuidade a divulgação dos tipos regionais, no novo padrão foram lançados mais três ícones do regionalismo. A baiana com tabuleiro figurou na moeda de 50 cruzeiros, o seringueiro foi estampado na moeda de 10 cruzeiros e o salineiro, último da série, ilustrou a moeda de 5 cruzeiros. Essas novas moedas foram cunhadas de 1990 a 1992.

## VI-Tipos da Fauna Silvestre

A fauna silvestre também foi contemplada na coleção numária brasileira.

Seguindo a mesma lógica iniciada com a divulgação dos tipos regionais o meio circulante passou a dar visibilidade a algumas espécies da fauna marinha e silvestre nacional.

Os primeiros animais retratados nas moedas pertenciam a fauna marinha, foram eles: o peixe acará, que figurou nos 1000 cruzeiros (figura 139), a tartaruga marinha, gravada nos 500 cruzeiros (figura 140) e o peixe boi nos 100 cruzeiros (figura 141), último animal retratados na série dos cruzeiros, todas as moedas desta série foram cunhadas em 1992 e 1993.

Figura 139. Moeda de 1000 cruzeiros de 1993



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/brazil-1000-cruzeiros-1993-au50-53-stainless-steel-km-626>

Figura 140. Moeda de 500 cruzeiros de 1992



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/brazil-500-cruzeiros-1992-km-624-ms63-stainless-steel-19-2-62>

Figura 141. Moeda de 100 cruzeiros de 1992





Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/brazil-100-cruzeiros-1992-au55-58-stainless-steel-km-623>

Ainda em 1993 o governo realizou uma nova reforma monetária, o cruzeiro real. O novo sistema manteve a proposta iniciada com o cruzeiro de divulgar a fauna brasileira.

Para figurar nas novas moedas, foram escolhidos quatro animais da fauna silvestre, vejamos cada um deles: o lobo guará figurou na moeda de 100 cruzeiros reais, a onça pintada nos 50 cruzeiros reais (figura 142), o tamanduá bandeira consta nos 10 cruzeiros reais (figura 143) e a arara, último animal contemplado, figura os 5 cruzeiros reais (figura ). Todas as moedas desse novo padrão foram cunhadas em 1993 e 1994.

Figura 142. Moeda de 50 cruzeiros reais de 1994



Disponível em: <https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-50-cruzeiros-reais-1994-ef40-45-stainless-steel-km-629>

Figura 143. Moeda de 10 cruzeiros reais de 1994





<https://www.numiscorner.com/products/coin-brazil-10-cruzeiros-reais-1993-ef40-45-stainless-steel-km-628>

Com essa exploração parcial dos tipos imagéticos vinculados as moedas que circularam no território brasileiro desde o início da colonização, finalizamos a apresentação do método de abordagem às moedas da coleção numária brasileira. Na sequência do trabalho passaremos a etapa de Aplicação deste instrumento a título de comprovação de sua eficácia como ferramenta no uso da moeda como meio para o ensino da história do Brasil.

### 3. CAPÍTULO II.

#### Uma aplicação do Instrumento.

Como apresentado no capítulo anterior deste trabalho, acreditamos que o roteiro para análise das potencialidades históricas da coleção numária brasileira, enquanto fonte para o ensino de história do Brasil, se constitui em ferramenta privilegiada no sentido de guiar e treinar o olhar do professor para essa possibilidade. Acreditamos, ainda, que, através de sua aplicação, as moedas possam dar um testemunho significativo, revelando aspectos peculiares sobre o período histórico que as produziram. Diante do exposto, passaremos a explorar, a título de exemplo, as potencialidades do instrumento proposto.

Antes da aplicação do roteiro com os alunos, cabe esclarecer ao professor que a escolha da fonte a ser analisada representa uma etapa importante no planejamento da atividade. No segundo capítulo, intitulado “apresentando o instrumento” tivemos o cuidado de caracterizar e situar no período cronológico pertinente, as moedas da coleção numária circulante no Brasil ao longo da sua História. Essa fase preliminar da nossa abordagem objetivou familiarizar o professor com os principais elementos históricos disponíveis nessas moedas, possibilitando a escolha mais adequada no desenvolvimento das competências e habilidades que se pretende em sala de aula.

Para desenvolver a nossa atividade dialógica, elegemos o “Processo de Independência” como conteúdo programático da História do Brasil a ser ilustrado e confrontado com uma das moedas que circularam nessa época. Diante da premissa temática estabelecida, o professor poderá identificar e selecionar dentre as moedas cunhadas no período a que oferecer maiores possibilidades de exploração, tanto no âmbito imagético, quanto em sua dimensão vocabular. Partindo desses requisitos escolhemos para o nosso exercício a primeira moeda do Brasil independente, que entrou para a História como a “peça da coroação”<sup>1</sup> de Dom Pedro I.

Escolhida a moeda, apliquemos o nosso questionário, cujo primeiro bloco de perguntas se refere ao aspecto vocabular das moedas. Relembremos: I- Quando a moeda foi cunhada? Quem autorizou sua cunhagem? II- Em que material foi cunhada? Qual o seu valor? III- Que legenda traz?

---

<sup>1</sup> Peça da coroação foi o cognome atribuído pelos numismatas e demais pesquisadores a peça de quatro escudos de 6.400 réis, comemorativa a sagração e coroação de sua majestade imperial Dom Pedro I e primeira moeda do meio circulante nacional.

Figura 1 – Anverso da peça de quatro escudos, com valor de 6.400 réis.



Fonte: Site collectgram<sup>2</sup>

Figura 2 – Reverso da peça de quatro escudos, com valor de 6.400 réis, de 1822



Fonte: Site collectgram<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://collectgram.com/blog/peca-da-coroacao/> Acesso em: 06/06/19

<sup>3</sup> Disponível em: <https://collectgram.com/blog/peca-da-coroacao/> Acesso em: 06/06/19



Respondendo ao primeiro questionamento, quando a moeda foi cunhada? Quem autorizou sua cunhagem? A peça da coroação, como ficou conhecida a primeira moeda do Brasil independente, entrou para a história, por vários motivos. O primeiro deles, como sugere o codinome, por ser mandada cunhar pelo Imperador com a dupla finalidade de celebrar e ser distribuída durante a cerimônia da ascensão de sua majestade ao trono imperial em 1º de dezembro de 1822. O outro motivo, não menos importante, é que a citada peça teria ainda a função de inaugurar o meio circulante nacional, sendo a primeira moeda em circulação da nova nação brasileira independente.

Contudo, e já adentrando a segunda pergunta do questionário, em que material foi cunhada? Qual o seu valor? É preciso lembrar que, como visto no capítulo anterior, as peças ou dobras de quatro escudos, já faziam parte do sistema monetário brasileiro, eram moedas de ouro de 6.400 réis, com valor circulatório correspondente ao de quatro escudos de 1.600 réis e já circulavam no Brasil desde 1727, lavradas pela primeira vez por Dom João V e circularam até 1833, quando da instauração por Dom Pedro II de novo sistema monetário.

Pensadas à, princípio, como um dos elementos constituintes da solenidade da coroação, anunciando e propagando, em seus cunhos, a sagração de Dom Pedro I como Imperador do Brasil, não deixaram, contudo, de serem moedas. Portanto, como vemos, as peças da coroação tiveram várias finalidades.

Uma parte dessas peças foram destinadas ao óbolo, donativo que tradicionalmente os reis medievais ofereciam à Igreja no dia de sua coroação, e outras foram, ainda, distribuídas, entre ilustres autoridades presentes nesta solenidade. Além dessas atribuições que lhe foram dadas no contexto da coroação, as referidas peças, foram principalmente cunhadas como moedas para a circulação geral, seriam essas peças as primeiras moedas cunhadas pelo império, inaugurando o meio circulante do Brasil independente.

Podemos ver até aqui que as expectativas relativas ao uso dessa moeda na sagração e coroação do Imperador foram plenamente atendidas. Afinal, na nova moeda figurava a efígie do novo monarca, acompanhada do brasão de armas e demais simbologias imprescindíveis à apresentação da nova nação independente. Entretanto, no que se refere ao seu caráter circulatório a peça não atingiu seu intento. Após a cerimônia da coroação uma das moedas foi apresentada a Dom Pedro e foi, pelo monarca, prontamente rejeitada.

Esse fato está descrito por Cândido de Azeredo Coutinho<sup>4</sup>, segundo o autor “*sendo-lhe uma dessas moedas apresentada (ao imperador) na Capela Imperial depois da sua coroação,*

---

<sup>4</sup> Cândido de Azeredo Coutinho foi o provedor mor da casa da moeda de 1850 a 1877.

*ele a repeliu, lançando-a sobre a mesa*”<sup>5</sup>(apud POLIANO), para o pesquisador a legenda gravada e a semelhança com as peças batidas pelo regime anterior teriam sido os motivos para a sua rejeição. O fato é que o imperador proibiu a circulação da peça, ordenou o recolhimento das que sobraram e o envio delas para a casa da moeda para que fossem refundidas e determinou, sobretudo, a imediata interrupção de sua cunhagem<sup>6</sup>. Teve vida curta a primeira moeda nacional.

As motivações para tamanho desencanto do Imperador para com este significativo símbolo pessoal e nacional, começaremos a desvendar agora, com a próxima indagação do nosso questionário: Que legenda traz?

Respondamos agora a terceira pergunta do nosso instrumental, responsável por investigar as inscrições gravadas nas moedas. Sobre as legendas disponíveis na peça da coroação, podemos ler no anverso (fig.1), na orla da moeda, a inscrição abreviada em latim: PETRUS. I. D. G. BRASILIAE. IMPERATOR, no intervalo entre as legendas lê-se a data 1822, e a letra monetária R, dispostas entre três cruzetas: +1822+R+ e, ainda, quase imperceptível, gravado em baixo relevo, sobreposta na parte inferior do busto de sua majestade, podemos ler a inscrição Z.FERREZ. Já no reverso (fig.2), na parte interna do escudo lê-se, também abreviado, o emblema IN HOC SIG VIN.

Segundo o pesquisador Luis Marques Poliano<sup>7</sup>, Numismata e conservador do museu histórico Nacional a legenda de apresentação do monarca, gravada no anverso da peça, seria para a maioria dos pesquisadores a principal motivação para o descontentamento do Imperador<sup>8</sup>. Diante disso, vejamos então, o que diz a referida inscrição, devidamente desdobrada e traduzida para o português: “Pedro I pela graça de Deus imperador do Brasil”. A Princípio, numa análise superficial, a legenda passa uma impressão de simplicidade, visto que o seu texto não causa nenhum sobressalto. Mais que isso, ela não apresenta nenhuma inovação e segue fielmente a tradição de apresentação dos reis portugueses nessas peças de 6.400 réis (ver fig.5 a 8). Diante

<sup>5</sup> COUTINHO, Cândido de Azeredo. *Apreciação do medalheiro da casa da moeda*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1862. (apud) POLIANO, Luiz Marques. "O Primeiro Cunho das Armas do Império". In: Revista Numismática, Ano XII, n.º 1-4, 1944. Republicado como "A peça da coroação". In: Boletim n.º 57. Sociedade Numismática Brasileira, pp.16-33.2006. Disponível em: <https://archive.org/details/SNBbulletin57/page/n11> Acesso em: 06/06/2019

<sup>6</sup> LEITE, Rodrigo Oliveira de. "A Peça da Coroação a mais desejada moeda da numária brasileira". Disponível em: <<http://www.wikimoneda.com/OMNI/revues/OMNI2/A%20PE%C7A%20DA%20COROA%C7%C3O%20A%20MAIS%20DESEJADA%20MOEDA%20DA%20NUM%C1RIA%20%20BRASILEIRA.pdf>> Acesso em: 06/06/2019.

<sup>7</sup> Luiz Marques Poliano foi Numismata e conservador do museu histórico Nacional.

<sup>8</sup> POLIANO, Luiz Marques. "O Primeiro Cunho das Armas do Império". In: Revista Numismática, Ano XII, n.º 1-4, 1944. Republicado como "A peça da coroação". In: Boletim n.º 57. Sociedade Numismática Brasileira, pp.16-33.2006. Disponível em: <https://archive.org/details/SNBbulletin57/page/n11> Acesso em: 06/06/2019

disso, como a legenda poderia ter contribuído para a rejeição da peça? O contexto histórico será fundamental para a compreensão deste fato inusitado. Veremos a seguir, que as motivações para o descontentamento do Imperador com a legenda de sua peça, se darão, não só pelo que proclama a legenda, mas principalmente, pelo que ela deixa de pronunciar.

Nesse sentido, o da falta de informação na legenda, o numismático Álvaro da Veiga vai defender que o repúdio do imperador a moeda se deu pela ausência na legenda do termo “constitutionalis” (COIMBRA:1960, p.236), ou seja, pela falta de referência na inscrição do anverso da peça ao compromisso assumido pelo imperador de instaurar uma monarquia constitucional. Outros dois numismatas, um ainda no século XIX e outro no início do século XX, concordam com essa argumentação. Para José Xavier da Mota “(...) Estes cunhos não serviram mais, porque desagradou ao Monarca a falta da palavra Constituição” (MOTA, 1889: p.36). O numismático Carlos de Almeida Braga, aponta na mesma direção, para ele “O desenho e os cunhos da Peça da Coroação (...) repudiada por D. Pedro I, tanto desagradou ao monarca por não trazer na legenda o qualificativo de Imperador Constitucional” (BRAGA, 1933, p.4).

Diante do exposto, faz-se necessário refletir sobre o fato de que, o imperador, na coroação, jurou defender uma constituição que fosse digna do Brasil e “dele mesmo”. Nessa declaração o monarca já evidenciava uma compreensão no mínimo contraditória acerca dos limites de um governante submetido a um regime de fato constitucional. Aqui, abrimos um parêntese para chamar a atenção do professor acerca da possibilidade de utilizar essas questões levantadas pela rejeição da legenda como um gancho para discutir, em sala de aula, as relações conflituosas entre o monarca e o parlamento, características desse período, e que iriam atingir o clímax na dissolução da assembleia constituinte e no caráter autoritário da constituição de 1824.

Retornando as possíveis motivações acerca da rejeição do monarca a sua moeda, entendemos que a ausência do termo constitucional, desagradou a Dom Pedro, por evidenciar um distanciamento entre sua apresentação constante na peça e o discurso da sagração e coroação do monarca, que conclamava a trindade - Independência, Constituição e Império, como símbolos indissociáveis da insurgente nação brasileira.

Nesse mesmo sentido, é preciso esclarecer que a expressão “pela graça de deus” sem o atributo constitucional, como consta na peça, também vai contribuir para o constrangimento do imperador, afinal, tal expressão, era comum na apresentação dos reis do antigo regime (fig. 5 a 8), onde o poder emanava e se justificava somente no direito divino.

Diante da recusa do Imperador em manter a cunhagem dessa primeira moeda nacional, foi lavrada, com data de 1823 uma nova peça de 6.400 réis (fig. 3 e 4). Nessa nova moeda foi



gravada a legenda definitiva de apresentação do monarca, que será utilizada durante todo o primeiro reinado: “PETRUS. I. D. G. CONST. IMP. ET. PERP. BRAS. DEF” (fig.3) desdobrando e traduzindo (*Pedro Primeiro pela graça de Deus Imperador Constitucional e perpetuo defensor do Brasil*). Nessa nova legenda podemos constatar outro indício do referido descontentamento do monarca com a peça da coroação, pois, além do termo constitucional, também foi acrescentado à nova legenda o complemento “e perpetuo defensor do Brasil”. Esse apêndice é também fecundo no sentido de contrapor o status do novo governante aos dos seus antecessores. Pois, como visto no capítulo anterior “apresentando o instrumento”, era comum nas legendas de apresentação dos monarcas nas nossas moedas coloniais, o uso do complemento “Brasil dominus” ( Senhor do Brasil ) ou ainda “Brasil Rex” ( Rei do Brasil), expressões que reforçavam a relação direta de propriedade e submissão do território e dos súditos para com o seu Rei, caras ao imaginário do antigo regime, mas que Dom Pedro, mesmo que, acusado posteriormente de autoritário, ambicionava, pelo menos, no início do império demonstrar o contrário.

Outra inscrição presente na peça da coroação: Z.FERREZ, consiste na assinatura do artista responsável pela criação e abertura dos cunhos do anverso (fig.1). A presença desse artista francês no Brasil demanda uma explicação e pode ajudar a entender as características presentes na nossa moeda. Zephirin Ferrez, Zeferino, como ficou conhecido no Brasil, nasceu em Saint-Laurent (França), em 30 de julho de 1797. Foi aluno de escultura e gravura da Ecole des Beaux Arts (Escola de Belas Artes) de Paris, desde abril de 1810. Chegou ao Brasil com o irmão Mark Ferrez, em 1817, agregando-se posteriormente à Missão Artística Francesa de 1816. A vinda dos irmãos Ferrez para o Brasil está estritamente relacionada à transferência da Família Real para o Brasil, em 1808 e a necessidade imediata de implantar nos trópicos uma sede digna da presença de uma corte europeia, fato inédito na época e único na História da humanidade, que trouxe inúmeras consequências para a, até então, colônia brasileira.

Na condição de colônia, não tinha o Brasil infraestrutura suficiente para sediar uma monarquia europeia. De súbito acomodar, não só a família real, mas absorver a transferência imediata de cerca de 15.000 pessoas, entre cortesãos e súditos influentes, parece, até mesmo hoje uma tarefa extraordinária. A chegada dos novos inquilinos exigia além de acomodações uma sofisticação compatível com o gosto e costumes praticados no velho mundo. Essa conjuntura única provocou uma avalanche de demandas e transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, dentre elas destacamos a Abertura dos Portos, a fundação do primeiro Banco do Brasil, a edição do primeiro jornal oficial, a gazeta do Rio, a vinda da Biblioteca Real

Figura 3<sup>9</sup> Anverso da peça de quatro escudos, com valor de 6.400 réis, de 1823



Fonte: site Heritage

Figura 4<sup>10</sup> Reverso da peça de quatro escudos, com valor de 6.400 réis, de 1823



Fonte: site Heritage

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.numisbids.com/sales/hosted/heritage/3030/image23080.jpg> Acesso em: 06/06/2019

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.numisbids.com/sales/hosted/heritage/3030/image23080.jpg> Acesso em: 06/06/2019

e, posteriormente, a chegada da instituição cultural que o nosso gravador e escultor irá integrar a Missão Artística Francesa, em 1816.

Entre os membros da Missão Artística, podemos destacar: Joachim Lebreton (chefe da Missão); *Jean Baptiste Debret* (pintor histórico); Nicolas Antoine Taunay (pintor de paisagens); Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (arquiteto); Auguste Marie Taunay (escultor); Segismund Neukomm (compositor, organista e mestre de capela); François Ovide (engenheiro mecânico); e os irmãos, Mark Ferrez (escultor) e o nosso Zephirin Ferrez, que foi o primeiro medalhista do Brasil, além de escultor, gravador e professor.

Entendemos que a atribuição da tarefa de criação da peça da coroação a um membro da missão artística, constituída nos moldes do antigo regime e comprometida esteticamente com os seus valores pode ser uma via de compreensão para o descompasso entre o que queria o imperador e o que foi feito de sua peça da coroação. Sobre essa temática trataremos a seguir.

A primeira parte deste exercício explorou os aspectos vocabulares, presentes na peça da coroação de Dom Pedro I. Na sequência, o objetivo passa a ser investigar as características imagéticas disponíveis nessa fonte numária.

Dando continuidade a caracterização da moeda, seguindo o roteiro de análise proposto no capítulo anterior indagamos a nossa fonte: Que imagens a moeda veicula e que significados a elas se pode atribuir?

Diante deste questionamento, o primeiro passo a ser adotado, versa sobre a descrição das imagens gravadas nos cunhos da moeda em foco. No anverso (fig.1) da peça da coroação vemos a efígie do Imperador Dom Pedro I, nela o monarca é retratado de perfil, busto nu, coberto por coroa de louros. Já o seu reverso (fig.2) é ilustrado pelo brasão de armas do Reino do Brasil independente, o símbolo heráldico apresenta em sua parte central o escudo de formato português primitivo, tendo no coração a esfera armilar sobreposta à cruz da ordem de cristo, lê-se, ainda, a legenda abreviada IN HOC SIG VIN dividida entre os cantos desta mesma cruz, essa alegoria central do escudo é, ainda, contornada por faixa carregada de dezenove estrelas. O descrito escudo central aparece encimado por coroa real, que por sua vez, apresenta sobre si a cruz cristã. Completando o brasão de armas, vemos suportando o escudo coroadado descrito, um ramo de café à direita e de fumo à esquerda, atados ao pé, pelo laço nacional.

Diante da descrição das imagens constantes da peça da coroação, passemos agora a analisar e interpretar com mais acuidade os significados, tanto explícitos, quanto subjacentes pertinentes as suas escolhas simbólicas. O primeiro aspecto a ser ressaltado será relativo à



representação imagética do monarca vinculada à moeda. A efígie do imperador será, também, para alguns estudiosos um dos aspectos motivadores da rejeição do monarca à sua moeda.

Essa hipótese tem como principal defensor Julius Meili, cônsul e numismático suíço-brasileiro, reconhecido como o “pai da numismática brasileira”, devem-se ao autor os primeiros estudos numismáticos no Brasil. Para o pesquisador a principal motivação do monarca para a rejeição da peça reside na imagem vinculada. O pesquisador defende que a preferência do monarca, acerca de sua representação, ficou evidente quando da cunhagem da peça substituta. Na peça de 6.400 réis, definitiva, cunhada com data de 1823, Dom Pedro é retratado em uniforme do almirantado, com o peito decorado por medalhas (fig.3).

A rejeição do imperador a forma como sua imagem foi representada, também pode revelar outras motivações, que não apenas o gosto pessoal, como apontado por Meili. Pois a forma como Dom Pedro foi retratado na moeda manteve o padrão estético adotado nessas peças de 6.400 réis, desde sua primeira versão, cunhada por Dom João V (fig.5), no início do século XVIII. Na época, essas moedas foram as primeiras a vincularem em seus cunhos a imagem do rei, usando a moeda como veículo de autopromoção da imagem e autoridade do monarca. Aqui é preciso lembrar que Dom João V foi o primeiro rei absolutista português e suas peças, onde o monarca figura como um Cezar romano, foram emblemáticas no sentido de difundir as virtudes essenciais a um governante absoluto do antigo regime.

Desde então todos os reis portugueses, até Dom João VI (fig. 5 a 8), foram retratados da mesma forma nas peças de quatro escudos e nos seus valores divisionários. Contudo, para compreender os impactos negativos que poderiam causar a imagem de Dom Pedro, sendo vinculada na peça da coroação aos moldes de um imperador romano, é preciso considerar que, o nascimento do Brasil, como nação independente, está inserido dentro do contexto da decadência do absolutismo monárquico, decretado pela Revolução Francesa.

Em Portugal, a revolução do Porto em 1820, submeteu Dom João VI ao crivo constitucional. Com ela os valores caros ao antigo regime, a autoridade e o poder absoluto do rei estavam sendo questionados e já não era considerada uma qualidade inerente ao bom monarca, longe disso, os tempos eram outros. Diante disso, a imagem do imperador, carregada de simbologia absolutista, como retratada na peça da coroação, estaria sugerindo uma identificação do futuro imperador do Brasil com os valores do atraso. O que seria no mínimo contraditório aos princípios proclamados pelo monarca em seu discurso da coroação, comprometido com novos valores, compatíveis com a instauração de uma monarquia constitucional.

Figura 5<sup>11</sup> Anverso da Peça de quatro escudo de Dom João V de 1727



Fonte: site Numista

Figura 6<sup>12</sup> Anverso da Peça de quatro escudo Dom José de 1765



Fonte: site Numista

<sup>11</sup>Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/photos/bresil/g1025.jpg> Acesso em: 06/06/2019

<sup>12</sup> Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/pieces17041.html> Acesso em: 06/06/2019

Figura 7<sup>13</sup> Anverso da peça de Dona Maria I e Pedro III de 1781



Fonte: Site moedas do Brasil

Figura 8<sup>14</sup> Anverso da peça de Dom João VI de 1822



Fonte: Site Numista

<sup>13</sup>Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=49&xm=287> Acesso em: 06/06/2019.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/photos/portugal/g1419.jpg> Acesso em: 06/06/2019



Também é digno de nota lembrar que o responsável pela arte da nova moeda, o gravador Zephirin Ferrez chegou ao Brasil para compor a missão artística, instituição comprometida com os valores absolutistas do período Joanino. Portanto, é plausível inferir que, na ausência de uma solicitação expressa, sobre a imagem do governante a ser gravada na nova moeda, tenha o artista, de forma deliberada, optado por seguir o padrão, já centenário, característico desta peça (fig. 5 a 8). Essa possível interpretação ganha força pelo fato de não existir ensaio ou prova desta moeda, para sua prévia aprovação, ou documento oficial, descrevendo que imagem do monarca deveria figurar na peça. A única documentação conhecida que trata sobre a cunhagem da peça da coroação, foi o decreto de 19 de novembro, que se limita a ordenar que sejam cunhadas, para sua solenidade de sagração e coroação, novas peças “com a minha efígie, para oferta no dia da minha Coroação” (COIMBRA, 1960, p.234).

De fato, não existe consenso sobre as verdadeiras motivações que provocaram a rejeição da peça da coroação por Dom Pedro, nem tão pouco é esse o foco do nosso trabalho. Nosso intuito reside em demonstrar que as moedas podem ser fontes relevantes para a reflexão sobre o período histórico que as produziram.

Dando continuidade ao nosso exercício, passemos agora a interpretar os símbolos heráldicos presentes no reverso (fig.2) da peça da coroação: o brasão do reino do Brasil independente. Um olhar inadvertido poderá facilmente confundir esta insígnia do reino com a do Império (fig.4), criado por Dom Pedro no mesmo dia de sua sagração e coroação. Afinal, a diferença entre os dois emblemas reside em pequenos detalhes, que trataremos mais adiante. Este brasão real (fig.2) teve vida curta, no meio circulante figurou apenas nessa primeira moeda nacional. Foi criado por decreto de Dom Pedro I, no dia 18 de setembro de 1822<sup>15</sup> e substituído pelo do Império, menos de três meses depois, como determinado, também por decreto de sua majestade, em 01 de dezembro, dia da cerimônia da coroação.

No citado decreto de 18 de setembro, Dom Pedro apresenta as justificativas para a criação de um escudo de armas para o Reino do Brasil

*que não só o distinção das Armas de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam características deste rico e vasto continente; e Desejando Eu que se conservem as Armas que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei Dom João VI, Meo Augusto Pay, na Carta de Ley de 13 de maio de 1816<sup>16</sup>.*

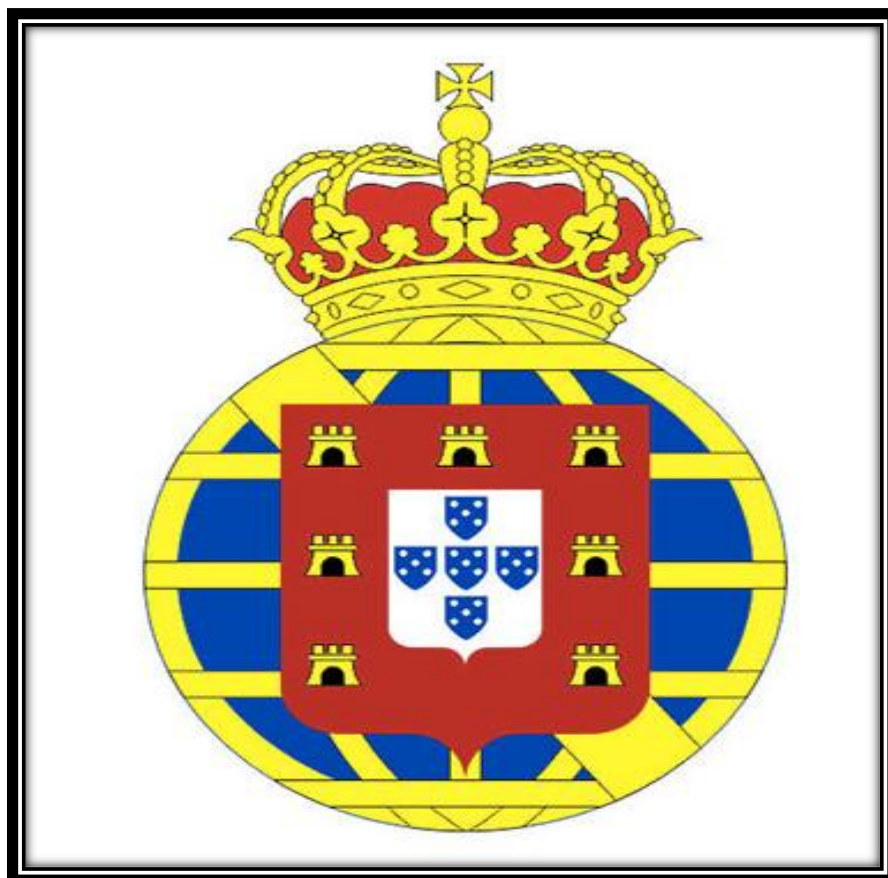
<sup>15</sup> Disponível em: [https://pt.wikisource.org/wiki/Decreto\\_de\\_D.\\_Pedro\\_I\\_de\\_18\\_de\\_setembro\\_de\\_1822](https://pt.wikisource.org/wiki/Decreto_de_D._Pedro_I_de_18_de_setembro_de_1822)

<sup>16</sup> Decreto imperial de 18 de setembro de 1822, disponível em:

<[https://pt.wikisource.org/wiki/Decreto\\_de\\_D.\\_Pedro\\_I\\_de\\_18\\_de\\_setembro\\_de\\_1822](https://pt.wikisource.org/wiki/Decreto_de_D._Pedro_I_de_18_de_setembro_de_1822)> Acesso em: 06/06/19

Neste ponto é preciso relembrar que desde 1815 o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves e que, um ano depois, em 1816 foi instituído um brasão representando a união dos três reinos. Nesta divisa o Reino do Brasil está representado pela esfera armilar de ouro, em campo azul (fig.9).

Figura 9<sup>17</sup> Escudo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves



Fonte: Site grupo escolar

Passemos agora a relatar brevemente a trajetória deste símbolo que está ligado à História do nosso País desde o período colonial e que permanece até hoje nos símbolos nacionais republicanos, representada na bandeira da república pelo círculo azul, onde repousa a constelação do cruzado do sul. Este artefato náutico é composto por dez círculos ou armilas: um meridiano, o horizonte, os dois coluros, o equador celeste, os dois trópicos, os dois círculos polares, que se movem separadamente, acrescido por uma banda diagonal mostrando o caminho do sol nos 365 dias no ano, permitindo aos navegantes se posicionarem em mar aberto.

Diante do exposto, podemos inferir que, a esfera armilar, instrumento imprescindível às navegações durante a Era dos Descobrimentos, se tornou um símbolo das conquistas portuguesas d'alem mar. E que já era, portanto, reconhecido símbolo do poder marítimo

<sup>17</sup> <https://www.grupoescolar.com/galeria/fotos/2050D.jpg> Acesso em: 15/06/2019

português, quando a citada divisa é atribuída por Dom João II a Dom Manuel, até então, presuntivo sucessor ao trono do império português. Será justamente no reinado de Dom Manuel I que a esfera armilar figurará pela primeira vez no meio circulante português, no reverso da moeda de meio Manuel ou meia esfera de ouro (fig.10), de 240 reis, cunhada de 1510 a 1521.

Figura 10<sup>18</sup> Meia esfera de ouro, 240 réis de 1510-1521



Fonte: Site Numismatas

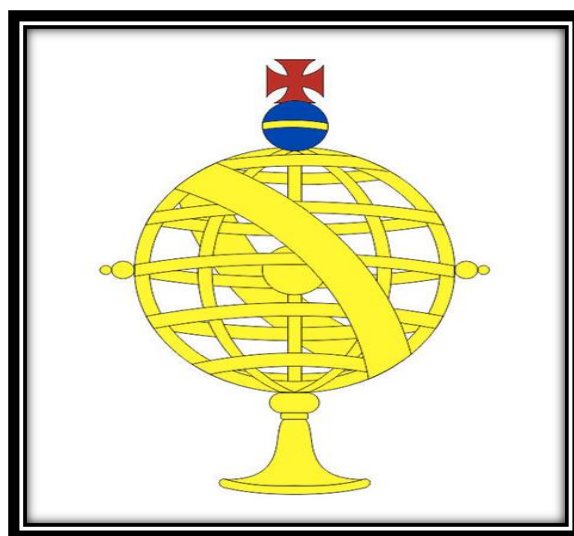
A esfera armilar será associada definitivamente a colônia portuguesa da América após a elevação do Brasil à categoria de Principado. Em 1645 o rei Dom João IV, criou o título de "Príncipe do Brasil" e conferiu essa distinção a seu primogênito Teodósio. Desde então essa honraria foi transferida aos demais herdeiros presuntivos da Coroa Lusa até a elevação do Brasil a Reino em 1815. A esfera armilar foi o símbolo heráldico escolhido pelo rei Dom João IV como brasão para o novo principado português (fig.11). A bandeira do principado do Brasil, primeira criada exclusivamente para a colônia lusa da América, trazia a esfera armilar, sobreposta por globo azul, encimada pela cruz da ordem de cristo.

A esfera armilar, que passara de símbolo do poderio marítimo português, a insígnia pessoal de Dom Manuel, seria a partir desta data emblema do principado do Brasil. No reinado de Pedro II, de Portugal (1683-1706), com a criação da casa da moeda da Bahia em 1695, foi instituído o sistema monetário colonial. A partir desta data foram cunhadas moedas de cobre e prata para a circulação exclusiva na América portuguesa, e com o advento do meio circulante local essa insígnia passou a ter presença definitiva nas moedas que foram cunhadas exclusivamente para circulação na colônia brasileira.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?f=8&t=7267> Acesso em: 15/06/2019



Figura 11<sup>19</sup> Escudo de Armas do principado do Brasil



Fonte: grupo escolar

Nas moedas de cobre (fig.12) a esfera armilar reinou soberana, como símbolo do novo reino. Já nas moedas de prata, outra insígnia lusa, a cruz da ordem de cristo, vai dividir com a

Figura 12<sup>20</sup> Reverso de moeda de cobre colonial



Fonte: site numista

esfera dourada essa função solene (fig.13). Lembremos que a cruz também compõe o emblema do principado, nele a cruz aparece coroando a esfera armilar. Aqui é preciso destacar que a trajetória da cruz, enquanto símbolo português é muito similar à da esfera.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.grupoescolar.com/galeria/fotos/51BAC.jpg> Acesso em: 15/06/2019

<sup>20</sup> Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/photos/brazil/g1978.jpg> Acesso em: 15/06/2019

Figura 13<sup>21</sup> Reverso da série de patacas do período colonial

Fonte: site numista.

Afinal, tanto quanto esta, a cruz representou o domínio marítimo português e fora adotada como insígnia pessoal por Dom Manuel. A cruz simbolizou ainda o caráter messiânico desses reis que se destacaram como propagadores do cristianismo pelo mundo. Foi destacada, também, a sua relação com a América portuguesa. Pois desde a conquista esta insígnia teve seu nome por duas vezes empregado para nomear o novo território, sendo, como é do conhecimento geral, o primeiro nome ilha de vera cruz e o segundo terra de Santa Cruz. A esfera armilar sobreposta a cruz da ordem de cristo representa a síntese perfeita entre esses dois símbolos nacionais e estará presente enquanto insígnia do principado do Brasil em todas as moedas de prata (fig.13), cunhadas de 1695 até a elevação do Brasil a categoria de reino. Esse emblema se tornará, sob a batuta dos Bragança, em mais um expressivo símbolo da identidade nacional. Pois, a citada alegoria, sobreposta pelo escudo português, será adotada, em 1815, por Dom João VI para representar, em suas moedas (fig.14), o reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/photos/brazil/g689.jpg> Acesso em: 15/06/2019

Figura 14<sup>22</sup> Reverso da série de patacas do reino unido



Fonte: site numista.

A esfera sobreposta à cruz será mantida, também, como símbolo central do escudo criado por Dom Pedro I, para compor o brasão do reino do Brasil independente(fig.15).

Outro símbolo heráldico presente na peça da coroação é a coroa real. Aqui cabe outra explicação, pois na moeda criada para comemorar a sagração e coroação de Dom Pedro I como imperador do Brasil, causou estranhamento que a coroa presente no brasão seja a do reino e não a do império. Contudo é preciso lembrar que, em setembro, Dom Pedro, ao romper diplomaticamente com Portugal, proclama o Brasil um reino independente e não um império. O Brasil foi ainda um reino por três meses, e no decreto de 19 de setembro que descreve os novos símbolos nacionais a coroa real encabeça o novo brasão de armas do reino (fig.15).

Figura 15<sup>23</sup> Brasão do Reino do Brasil

<sup>22</sup> Disponível em: <https://en.numista.com/catalogue/photos/bresil/g2646.jpg> Acesso em: 15/06/2019

<sup>23</sup> Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/541065342705311436/> Acesso em: 20/06/2019





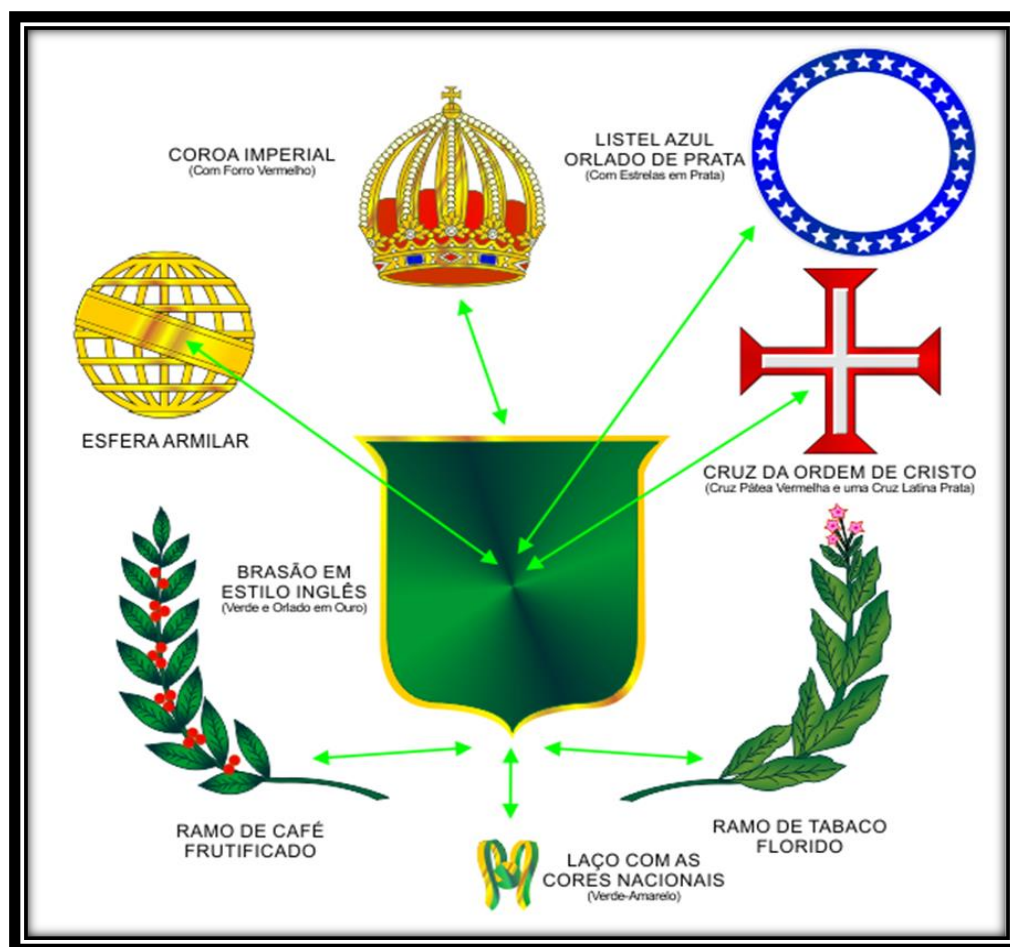
Fonte: site Pinterest

Após a cerimônia da coroação o imperador proclama um novo decreto alterando o brasão nacional, substituindo a coroa real (fig.15) pela coroa imperial (fig.16). Portanto a coroa real, testemunha desse pequeno período em que o Brasil foi um reino independente de Portugal, só ficou registrada no meio numismático nessa única e rara peça da coroação.

Por fim, nos debruçamos sobre os dois últimos símbolos heráldicos constantes do brasão real, os ramos de café e tabaco (fig.15). No decreto de 18 de setembro fica claro que a intenção do monarca foi destacar a importância desses dois produtos para a economia do Brasil. A partir dessa escolha fica evidente o reconhecimento de Dom Pedro da importância e influência do setor agrário exportador do sudeste, substrato social detentor de poder político e econômico em ascensão da sociedade brasileira.

Figura 16<sup>24</sup> Componentes do Brasão Imperial

<sup>24</sup> Disponível em: [https://www.circulomonarquico.com.br/brasao\\_2.php](https://www.circulomonarquico.com.br/brasao_2.php) Acesso em: 01/07/19



Fonte: Site: Círculo Monárquico.

No mesmo sentido, a ausência da cana de açúcar, como símbolo heráldico, mesmo tendo sido esse produto, em última análise o fundador do modelo econômico, político e social do Brasil, evidencia a perda de prestígio da aristocracia rural do Nordeste, que atravessava uma grave crise econômica devido à queda das exportações do açúcar. Apesar de todas as províncias estarem contempladas no brasão do reino, simbolizadas pelas dezenove estrelas cravadas no coração do escudo, era evidente o momento de supremacia política e econômica de umas sobre as outras, o que se refletia numa política de governo favorável aos interesses dos cafeicultores do sudeste. Essa política econômica vai resultar na insurgência de parte do nordeste ao império. Em julho de 1824, menos de dois anos após a sagração e coroação de Dom Pedro era proclamada a Confederação do Equador, uma república independente do restante do país. Esse movimento político foi liderado pela província de Pernambuco e se uniram em torno dessas ideias contrárias à monarquia e a centralização do poder, as províncias do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Alagoas.

Concluída a aplicação do questionário, passemos a algumas considerações finais sobre os resultados alcançados. podemos concluir que a sua rejeição refletiu o descompasso entre as características de duas épocas próximas no tempo e distintas nos valores simbólicos. Aparentemente as escolhas imagéticas e vocabulares que provocaram a rejeição da moeda em questão, foram escolhas dos gravadores oficiais da corte, pois não existe ordem oficial definindo características para a peça da coroação, a não ser a solicitação do Imperador que fossem criadas moedas com sua efígie e novos símbolos nacionais para a cerimônia de sua coroação.

Portanto, diante das evidências, podemos inferir que não houve tempo hábil para a aprovação dos cunhos, afinal é preciso lembrar que da aclamação em 12 de outubro e a conseguinte sagração e coroação em 1º de dezembro passaram-se, apenas, pouco mais de um mês, tempo exíguo para todos os preparativos necessários ao cerimonial. Daí a surpresa da monarca frente as características presentes na moeda. Seria plausível que, no contexto das relações palacianas, o sentimento contrário à peça, tenha sido nutrido por especulações negativas acerca das prováveis interpretações e revelações que essa moeda permitiria ao entrar em circulação.

Não é nosso intuito pôr fim à polêmica que até hoje paira sobre as verdadeiras motivações que provocaram a renúncia a peça da coroação, o nosso objetivo é mostrar como as características presentes em uma moeda permitem, quando abordadas de forma sistematizada, revelar significativos aspectos históricos.

O exame realizado tornou evidente as potencialidades educativas do uso do questionário. Por meio dele foi possível extrair diversas vozes da nossa moeda e estabelecer vários fios de conexão entre a fonte e o contexto histórico de sua produção.

Esse exercício interpretativo possibilitou, de forma didática, acessar alguns conteúdos pertinentes ao contexto do processo de independência do Brasil. Assim vimos como a moeda nos informou sobre o contexto da transferência da corte portuguesa para o Brasil; o processo de independência nacional; as contradições do monarca, a outorga da constituição de 1824 os símbolos nacionais, e até mesmo introduzir discussão acerca da futura impopularidade do monarca e a confederação do equador.

Possibilitou, ainda, estabelecer um paralelo entre os padrões de representação característica dos monarcas portugueses do antigo regime, evidenciando permanências e rupturas. Afinal, a rejeição da peça da coroação pelo monarca, reflete a preocupação em estabelecer e difundir novos padrões estéticos e simbólicos compatíveis com uma monarquia constitucional.



A moeda também nos forneceu indícios sobre as origens, permanências e rupturas de alguns símbolos oficiais duradouros e característicos da identidade nacional. Nesse sentido, a análise desses valores, símbolos, imagens e sinais, vinculados a peça da coroação comparados aos antigos modelos constantes nas peças dos reis absolutistas e os novos padrões instituídos pela moeda que a substituiu no meio circulante permitem ao professor explorar e desenvolver várias habilidades dos alunos: identificação, classificação, análise, comparação e contextualização, aspectos inerentes a educação histórica e incontornáveis a formação do pensamento crítico e autônomo.

#### 4. Capítulo III

Uma abordagem coletiva e temática.

Nesse capítulo a proposta é demonstrar outra possibilidade do uso da moeda como meio para o ensino, uma abordagem coletiva e temática. Nessa atividade cabe ao professor delimitar o tema e selecionar as moedas e cédulas que circularam no período. Nessa abordagem sobre um conteúdo curricular específico optamos por selecionar moedas e cédulas, pois o período histórico em tela assim o permite, a saber a ditadura civil-militar. É importante esclarecer que as cédulas só foram introduzidas no meio circulante brasileiro no final do século XIX.

Esta experiência tem o propósito de desvelar, partindo de algumas moedas e cédulas, o ideário daqueles que planejaram e conduziram a Ditadura civil-Militar no Brasil. Nosso estudo ao investigar o meio circulante do período propõe demonstrar o uso do meio circulante como uma das formas de comunicação do regime com a sociedade. Nesse sentido, acreditamos que as cédulas e moedas emitidas no período militar são portadoras de valores, símbolos e heróis que, por resultarem de escolhas oficiais, revelam o imaginário desse grupo. A abordagem procura demonstrar que o meio circulante além de divulgar os símbolos do regime, são, ao mesmo tempo, testemunhos das estratégias de construção de consenso, através da massificação desses valores no seio da sociedade.

Ultimamente temos assistido, em vários espaços sociais, o retorno de valores e atitudes que muitos pensavam estarem presos ao passado, como símbolos datados e suplantados. Dentre esses valores, que se reafirmam como modelo, destacam-se o militarismo e o autoritarismo. Essa tendência atual demonstra que esse imaginário, embora latente durante as últimas décadas, nunca foi realmente superado. Essa tendência nos alerta para a necessidade de compreender melhor como esses valores foram consolidados, fixando raízes profundas no inconsciente coletivo da sociedade.

Compreender as rupturas e permanências do passado nos dias de hoje é uma das ambições da História do Tempo Presente. Diante disso, situamos as questões levantadas por esse trabalho em seu campo historiográfico. Este trabalho também é tributário ao Tempo Presente por outra razão. Utilizando cédulas e moedas, ele alarga o horizonte das fontes, outra ambição dessa tendência historiográfica. O diálogo da História com a numismática, atende um dos preceitos da História do Tempo Presente, como adverte um destacado militante do campo: “O historiador deve aproveitar outros saberes, tomar de empréstimo outros conhecimentos e daí

elaborar o seu”<sup>25</sup> e, reforça o autor “O aporte mais poderoso muito provavelmente está situado na encruzilhada de saberes, e não na exclusividade de um deles”.

1. Apresentação e descrição do corpus numismático do período militar brasileiro.

Antes de procedermos à interpretação das emissões numismáticas do Regime Militar, faremos uma breve caracterização das cédulas e moedas colocadas em circulação, pertencentes à primeira família do cruzeiro, lançadas entre 1964 e 1975, recorte temporal desta atividade.

As primeiras moedas lançadas pelos militares, ainda complementares ao padrão cruzeiro, acrescentavam três novos valores, 10, 20 e 50 cruzeiros<sup>26</sup>, cunhados pela casa da moeda do Rio de Janeiro e davam continuidade ao meio circulante instituído pelo governo civil deposto em 31 de março de 1964.

Dessas novas peças, as de 10 e 20 cruzeiros foram cunhadas em alumínio, mesmo metal utilizado nas demais moedas que já estavam em circulação. Porém, quanto à iconografia, ambas rompiam com o padrão das demais, pois substituíam o Brasão de Armas nacionais e apresentavam em seu anverso o mapa físico do território brasileiro, ladeado à esquerda pelo dístico “BRASIL”, sobre dois traços horizontais. As referidas moedas apresentavam as seguintes características específicas: a moeda de 10 cruzeiros, no reverso, além do valor, traz a data 1965, referente ao ano de sua cunhagem, diâmetro de 23,00 mm, Peso de 2,15gr. e espessura de 2mm<sup>27</sup>. O reverso da moeda de 20 cruzeiros seguia o mesmo padrão da de 10 e quanto a suas características físicas observamos o diâmetro de 25,00 mm, peso de 2,45gr., e espessura de 2mm.

Já a última moeda desta primeira série, a de 50 cruzeiros, rompe com o padrão metálico das demais, pois ela foi cunhada em uma liga metálica de cuproníquel. No seu anverso Lê-se a inscrição “REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL”, abaixo dessa legenda estão dispostas vinte e uma estrelas, esse conjunto disposto em forma de semicírculo ocupa a orla esquerda da moeda. Completando a iconografia do anverso podemos ver uma figura feminina com barrete frígio perfilada a esquerda. Já o reverso desta moeda apresenta além da descrição do valor “50 cruzeiros” e a data 1965 a imagem de um ramo de café com frutos à direita. Quanto às características físicas a referida moeda apresenta um diâmetro de 18,00 mm, o Peso de 3,30gr., e Espessura de 1,70mm.

---

<sup>25</sup> MAYNARD, Dilton C. S. Histórias em Horas Extremas: Anotações sobre o tempo presente. In: Visões do mundo contemporâneo. Volume 2. São Paulo: LP books, 2013.p. 161.

<sup>26</sup> TRIGUEIROS, F. dos Santos. Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2ª Edição, 1987, p. 198.

<sup>27</sup> Para os detalhes técnicos de diâmetro, espessura e peso de todas as moedas descritas, consultamos: MALDONADO, R. Moedas Brasileiras, Livro Oficial. 1500-2017. Itália, 5ª Edição, 2016



O novo padrão monetário, o Cruzeiro novo<sup>28</sup>, reintroduziu os centavos ao meio circulante e gerou a necessidade de cunhagem de novas moedas. Essa emissão tinha o objetivo de substituir aos poucos as cédulas carimbadas do antigo padrão cruzeiro. Essas novas moedas, lançadas em 1967, apresentavam valores faciais de 1, 2, 5, 10, 20 e 50 centavos. Os valores menores, de um, dois e cinco centavos foram cunhados em aço inoxidável, e apresentavam respectivamente as seguintes características, quanto a espessura todas tinham 1,5 mm, o diâmetro era de 17, 19 e 21 mm e o peso era de 1,75Gr, 2,16Gr e 3,97Gr. Já as moedas com os valores maiores, de dez, vinte e cinquenta centavos foram cunhadas em níquel.

O anverso de todas as moedas desta série era composto por figura feminina com barrete frígio perfilada a esquerda, ladeada em sua orla pelo símbolo da rosa dos ventos, o dístico “BRASIL” e uma estrela. No seu reverso, as moedas de aço tinham em comum a simplicidade dos detalhes, pois apresentavam apenas o valor e a data da cunhagem. Contudo as moedas de níquel traziam detalhes diferenciados que passaremos a descrever.

As moedas de 10, 20 e 50 apresentavam respectivamente as seguintes características, quanto a espessura tinham 1,5mm, 1,8mm e 1,7mm. Já o diâmetro das mesmas era de 23, 25 e 27 mm e o peso era de 5,52Gr, 7,86Gr e 8,74gr. No reverso da moeda de dez centavos, além do valor em cifra e data, comum a todas as moedas, vê-se a imagem representando os altos fornos da indústria, na moeda de vinte centavos a imagem do reverso traz uma torre de petróleo e na moeda de cinquenta centavos vê-se um navio no estaleiro como iconografia.

A última moeda desta série só foi lançada três anos depois, em 1970, após a restauração do padrão cruzeiro, que já estava previsto no próprio decreto que instituiu o cruzeiro novo. A moeda de um cruzeiro, com módulo maior que todas as outras da série, apresentava a mesma figura no anverso, foi cunhada em níquel, com diâmetro de 29 mm, espessura de 1,70mm e peso de 10,80Gr e seu reverso estampava o valor de um cruzeiro e a data 1970, ladeada a esquerda por um ramo de café com flores e frutos.

Com o lançamento das moedas de centavo e a redução do valor das cédulas por meio do carimbo sobreposto alterando o valor do cruzeiro para cruzeiro novo, o meio circulante do regime permaneceu estático até o ano de 1970. Nesse ano foi concretizada a já anunciada 2ª Reforma Monetária<sup>29</sup>, que retornaria o padrão cruzeiro em substituição ao cruzeiro novo. Foram cinco as novas cédulas, vejamos a seguir as suas principais características.

---

<sup>28</sup> TRIGUEIROS, F. dos Santos. 1987 op. Cit., p. 225.

<sup>29</sup> No período militar, foram decretadas duas reformas monetárias em um período curto de tempo, visando resolver o problema da inflação acumulada, que refletia no baixo valor cambial da moeda nacional. A primeira reforma, instituída pela Lei nº 1 de 13 de novembro de 1965 determinou o “Cruzeiro Novo” como nova unidade monetária para o país em substituição ao então vigente e inflacionado Cruzeiro. Esta lei foi

As novas cédulas estampam os valores faciais de Cr\$ 1,00, Cr\$ 5,00, Cr\$ 10,00, Cr\$ 50,00 e Cr\$ 100,00.<sup>30</sup> Todas elas são fabricadas no suporte de papel especial, misto de papel com fibras de algodão, próprio para o fabrico do papel moeda. Quanto às técnicas de fabricação todas foram impressas utilizando a calco grafia e o offset.

Essas cédulas ficaram conhecidas como família dos “medalhões”<sup>31</sup>, pois todas elas apresentavam os detalhes iconográficos sobre círculos presentes tanto no anverso quanto no reverso, e independente do tamanho das cédulas as áreas geométricas guardavam as mesmas proporções.

Vejamos agora as escolhas imagéticas exaltadas por essa nova emissão. Na nota Cr\$ 1,00, verde e castanho sobre policromia, vê-se no anverso cabeça de figura feminina com barrete frígio perfilada a esquerda, com estrela acima e no reverso vemos um prédio histórico, situado no Rio de Janeiro onde na época funcionava o Departamento do meio circulante do Banco Central (MECIR).

Já na cédula de Cr\$ 5,00, nota-se no seu anverso de cor azul sobre policromia a efígie do Imperador Dom Pedro I, no reverso violeta vê-se a vista da praça XV, no Rio de Janeiro, reproduzida por pintura do século XVIII.

No anverso da nota de Cr\$ 10,00, com predomínio da cor marrom sobre policromia, vemos a efígie do Imperador Dom Pedro II e no reverso, também com predomínio do marrom, estampa à esquerda no medalhão circular a imagem da estátua do profeta Daniel em destaque, parte do conjunto de esculturas do artista barroco Aleijadinho.

Na cédula de Cr\$ 50,00 notar-se-á a prevalência da rosa sobre policromia, no anverso a personalidade histórica celebrada é o Marechal Deodoro da Fonseca. Já no reverso, seguindo o padrão de apresentação desta emissão a imagem escolhida retrata a pintura “Embarque do café” do pintor Candido Portinari.

---

regulamentada pelo decreto nº 60.190 de 08 de fevereiro de 1967. A unidade desse novo padrão monetário corresponderia a mil cruzeiros antigos (Cr\$ 1000 = NCr\$ 1). Este decreto definiu, ainda, que os centavos seriam reintroduzidos ao meio circulante. Esse dispositivo legal já estabelecia o caráter transitório do novo padrão, pois no próprio decreto previa a retomada posterior do símbolo Cr\$ com o reestabelecimento da unidade monetária novamente para o Cruzeiro. Essa transição só iria se concretizar em 1970, com uma segunda reforma (já prevista no próprio decreto), quando passaram a circular as novas cédulas emitidas pelo regime. Na transição, as cédulas emitidas no padrão anterior foram desvalorizadas por carimbos com valores entre 1 centavo e 10 cruzeiros novos e circularam entre os anos de 1967 e 1970. As cédulas reaproveitadas tiveram carimbos sobrepostos no valor de 1, 5, 10, 50 centavos e 1, 5 e 10 cruzeiros novos. A partir de 1970 foram lançadas as novas cédulas de Cruzeiro: CR\$ 1, 5, 10, 50 e 100,00 que reintroduziram o cruzeiro como unidade monetária nacional. (agora, moeda forte do Regime).

<sup>30</sup> ICONOGRAFIA de Valores Impressos no Brasil. Banco Central do Brasil. Brasília: 1979, p. 121-122.

<sup>31</sup> MALDONADO, R. ANTUNES F. Bentes – Papel moeda do Brasil. Itália:MBA editora

Por fim, apresentemos a última cédula desta emissão, a de Cr\$ 100,00, predomina nela a cor magenta. No anverso a personalidade a ilustrar o medalhão típico da série é a imagem do busto do Marechal Floriano Peixoto e no reverso vemos uma pintura retratando o Congresso Nacional, em Brasília.

Depois dessa leva de emissões que testemunhou o resgate do padrão Cruzeiro enquanto unidade monetária nacional, o meio circulante só conhecerá alguma novidade dois anos depois, em 1972, ano do sesquicentenário da Independência. Essa efeméride nacional foi celebrada pelo Governo com o lançamento de uma série de três moedas e uma cédula<sup>32</sup>. Essas emissões perfazem o primeiro conjunto numismático comemorativo posto em circulação pelos militares e inauguraram, ainda, o uso, pelo regime de metais nobres na cunhagem numária.

Essas moedas tinham valor facial de Cr\$ 1,00, Cr\$ 20,00 e Cr\$ 300,00 e foram cunhadas respectivamente em níquel, prata e ouro. Todas estas peças exibiam em seu bordo a inscrição “SESQUICENTENÁRIA DA INDEPENDÊNCIA”. A moeda de 1 Cruzeiro, cunhada pela casa da moeda do RJ, exhibe os seguintes aspectos, 29 mm de diâmetro, 1,70mm de espessura e 10,08gr. de peso. No anverso vemos as efígies do Imperador Dom Pedro I e do Presidente Médici, perfiladas à esquerda, na orla esquerda o dístico “BRASIL” e abaixo uma composição artística formada pelas datas 1822 e 1972 interligadas, a mais antiga projetando a atual. Este foi o símbolo adotado pelo regime para o sesquicentenário. No reverso desta moeda vê-se um mapa estilizado do Brasil, entrecortado por 11 linhas retas, que, partindo do centro, abarcam todo o território nacional. Ainda no reverso, abaixo do mapa vemos o valor facial “1 CRUZEIRO”. Os aspectos iconográficos desta moeda de 1 cruzeiro são comuns às três moedas da série, a não ser pelo acréscimo nas moedas de prata e ouro de duas marcas monetárias, que ladeiam os respectivos valores monetários presentes no reverso, uma cornucópia à esquerda e uma coruja à direita. Outra característica própria dessas moedas de 20 e 300 Cruzeiros consiste no fato de terem sido cunhadas pela casa da moeda de Paris.

A emissão comemorativa ao sesquicentenário se completa com a cédula de 500 Cruzeiros. Em seu anverso e reverso, a cor predominante é o verde, aplicada sobre policromia com o uso das técnicas de calcografia e offset. Nos dois lados da cédula vê-se uma faixa vertical, em branco, raiada, com a inscrição “QUINHENTOS CRUZEIROS” e filigrana 1822-1972, símbolo do sesquicentenário. Na parte superior do anverso, Lê-se “BANCO CENTRAL DO BRASIL 500”, o campo central da peça é ocupado por uma composição de seis efígies, dispostas em perfil da esquerda para a direita, estando a última de frente para o observador. No

---

<sup>32</sup> TRIGUEIROS, F. dos Santos. 1987, op. Cit., p. 236-237.



reverso, na parte superior, lê-se a legenda “500 BANCO CENTRAL DO BRASIL” e a imagem no centro da peça é composta por uma sequência de cinco mapas históricos do Brasil.

Após essas emissões alusivas aos 150 anos da Independência, o meio circulante nacional só testemunharia novas incursões três anos depois, em 1975. Este ano foi profícuo para a numismática nacional, pois o Regime lançou mais uma moeda comemorativa, nesta ocasião, relativa aos 10 anos de fundação do Banco Central e uma série de três moedas remissivas a campanha “Alimentos para o mundo”, promovida pela ONU, da qual o Brasil foi signatário.

A moeda comemorativa ao 10º aniversário do Banco Central do Brasil<sup>33</sup>, foi cunhada em prata, pela casa da moeda do Rio de Janeiro, com o diâmetro de 28 mm, peso de 11,30gr. e espessura de 1,8mm. No anverso a moeda traz o busto perfilado à esquerda do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, abaixo do busto a legenda “CASTELO BRANCO” e no canto esquerdo da orla, escrito de baixo para cima, o dístico “BRASIL”. No bordo, liso, lê-se a inscrição “BANCO CENTRAL DO BRASIL 10 ANOS 1965 – 1975”. O reverso traz o valor 10 cruzeiros e figura simbólica do Edifício-Sede do Banco Central em Brasília, logomarca da instituição.

Com o lançamento da moeda comemorativa ao 10º aniversário do Banco Central, que corresponde à última emissão da primeira família do Cruzeiro, encerramos a primeira parte deste ensaio. Passaremos agora a interpretação dos aspectos descritos.

## 2. Interpretando o corpus: O que dizem as moedas e cédulas.

O corpus caracterizado no tópico anterior evidencia alguns aspectos: a eleição de novos símbolos; a exaltação dos heróis e a celebração das conquistas econômicas.

Um primeiro aspecto que chama atenção é a eleição de novos símbolos iconográficos adotados pelo regime. Isto fica evidente em alguns fatos. O principal deles é a cunhagem das primeiras moedas ocorrida em 1967. Nas novas moedas cunhadas, vê-se a substituição das Armas Nacionais, que, até então ilustravam os Anversos das moedas do Governo João Goulart (fig.1). As Armas Nacionais foram substituídas por um mapa físico do Brasil (fig.2), nas moedas de 10 e 20 cruzeiros e por figura feminina com barrete frígio na de 50 cruzeiros (fig.3). Nesse sentido, os militares lançam duas novas alegorias para compor o reverso das novas moedas, ainda complementares ao meio circulante anterior. As moedas de 10 e 20 cruzeiros, além do mapa do país, agregam o dístico Brasil e na moeda de 50 cruzeiros, a efígie da república, é ladeada por 21 estrelas, representando os estados e a legenda “REPUBLICA DOS

<sup>33</sup> Gallas, Alfredo O. G. As moedas contam a História do Brasil. São Paulo: Magma editora cultural, 2007. p.462-463.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL”. Essas duas novas alegorias vão passar por um processo de interação dando lugar a uma nova iconografia que será adotada como reverso oficial das moedas do cruzeiro novo (fig.4).



Figura 1<sup>34</sup>

Figura 2<sup>35</sup>

Figura 3<sup>36</sup>

Figura 4<sup>37</sup>

Passaremos agora a analisar as possíveis motivações para as escolhas dessa nova simbologia. A efígie feminina com barrete frígio, foi adotada, pela primeira vez, nas moedas brasileiras de prata de 1889<sup>38</sup>, em substituição à efígie do Imperador Dom Pedro II, como primeiro símbolo republicano. Essa escolha não representou uma ideia original dos militares fundadores da república brasileira. A alegoria feminina encimada por barrete frígio fora adotada originalmente como representação simbólica na França, idealizando a liberdade e a própria república insurgente em 1792. A inspiração francesa remonta a antiguidade. Nas moedas romanas do período republicano, era comum a utilização da mulher como representação da liberdade e da república<sup>39</sup>. Já a iconografia do mapa físico com o dístico BRASIL, foi utilizada na primeira série de cruzeiros, instituído por Getúlio Vargas em 1942 na vigência do Estado Novo, e tinha como objetivo simbolizar a integração do território brasileiro e enaltecer o símbolo pátrio<sup>40</sup>.

Nessas duas iconografias desfilavam símbolos caros ao regime, representativos dos ideais a serem resgatados e preservados. Vejamos agora o que prevaleceu dos dois modelos em

<sup>34</sup> Anverso das moedas de cruzeiros do Governo João Goulart. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).

<sup>35</sup> Anverso das moedas de 10 e 20 cruzeiros de 1965. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).

<sup>36</sup> Anverso da moeda de 50 cruzeiros de 1965. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).

<sup>37</sup> Anverso das moedas de centavos de cruzeiros novos de 1967, que serão mantidas nas novas séries de cruzeiro, cunhadas após 1970. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).

<sup>38</sup> Primeira série de moedas da república, cunhada em 1889. Gallas, Alfredo O. G. op. Cit., p. 388-389.

<sup>39</sup> Quanto às origens históricas da simbologia feminina, característica, da República, ver: CARVALHO, José M. República-mulher: Entre Maria e Marianne. IN: A Formação das almas, o imaginário da república no Brasil. São Paulo: companhia das letras, 1990.

<sup>40</sup> O mapa foi utilizado pela primeira vez no anverso da série de cruzeiros, instituído por Getúlio Vargas em 1942. Ver, Gallas, Alfredo O.G. op. Cit., p. 430-431.

questão, para a composição da nova simbologia. Do reverso do cruzeiro do estado novo só sobreviveu o dístico “BRASIL”, utilizado em substituição a REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL”, dessa escolha podemos inferir o peso para os militares que representava o modelo de gestão centralizadora sobre o modelo federativo, um indicio do que se tornaria a pedra de toque do regime. Nesse mesmo sentido veremos a supressão das vinte e uma estrelas, que representavam os estados e a adoção de uma única estrela, simbolizando a pátria unida e indivisível. A opção pela figura feminina com barrete frígio ao mapa, possibilita aferir um saudosismo à república dos sonhos, que proclamada e engendrada nos ideais positivistas militares, tinha tido seu rumo distorcido pelos governos civis que os sucederam. Esta chave de entendimento se completa com a adoção da rosa dos ventos, instrumento responsável pela orientação cartográfica e náutica. Em última análise é possível interpretar que a nova república reconduzida pelos militares teria a pátria unida nos valores republicanos positivistas que orientaria a nação rumo ao progresso.

Outro símbolo retratado no meio circulante que exprime as crenças e valores do Regime é a ideologia do branqueamento racial. Essa identidade racial do regime está evidenciada na iconografia da cédula de quinhentos cruzeiros, comemorativa ao sesquicentenário da independência. Nessa cédula denominada pelo Banco central como “evolução da raça” (fig.5)



Figura 5<sup>41</sup>

vemos figuras representativas da evolução étnica brasileira, numa sequência das diversas raças, dispostas em perfil, por ordem de precedência histórica. Sendo a primeira efígie representativa

<sup>41</sup> Anverso da cédula de 500 cruzeiros, “Evolução das Raças” (Disponível em: [www.katespapermoney.co.uk](http://www.katespapermoney.co.uk). acesso em: 28 de dez. 2018).



do silvícola autóctone, a segunda do branco colonizador, a terceira do negro, resultante da transferência compulsória para o trabalho, a quarta imagem retratando a miscigenação racial e por fim a última efígie, única disposta frontalmente ao observador, o branco caucasiano, como símbolo representativo do povo brasileiro. A imagem, da forma que está composta, traduz mais um ideário simbólico do regime militar, a identidade racial branca como síntese vencedora à miscigenação histórica.

A ideologia do branqueamento, como se sabe, não foi uma invenção dos militares. Seu surgimento em solo nacional remonta ao final do século XIX, no contexto da proclamação da República, quando foi amplamente aceita no Brasil. Segundo Skidmore<sup>42</sup>, essa doutrina teve seu auge entre 1889 e 1914. Essa teoria defendia a integração dos negros via assimilação dos valores brancos. Defensores dessa ideologia acreditavam que a raça negra, mais fraca, iria avançar culturalmente e geneticamente, ou até mesmo ser absorvida, mediante a miscigenação com os brancos, raça mais forte e tinha como um dos objetivos fundantes, difundir a ideia de que não existiam diferenças raciais no Brasil e que todos aqui viviam de forma harmoniosa e sem conflitos. Essa ideologia norteará os intelectuais da época, a exemplo de Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, tendo em Gilberto Freire, com seu clássico *casa grande e senzala*, o nome mais celebrado.

Diante dessa tentativa de tipificar e contextualizar esse conjunto de ideias é preciso esclarecer que fora do contexto do início da república, final do XIX e primeiras décadas do século XX, a ideologia de branqueamento pode ser entendida como expressão de racismo, principalmente no ano de 1972, quando da emissão da cédula em análise. Contudo é importante compreender que o ideário do regime militar pós 64, foi norteado pelas ideologias fundadoras da primeira república e amplamente influenciado por elas.

Outro aspecto significativo do ideário celebrado pelos militares é a exaltação aos heróis do regime. As emissões das moedas comemorativas do sesquicentenário da independência e a do décimo aniversário da fundação do Banco Central são testemunhos da utilização do meio circulante como veículo de propaganda e massificação das personalidades cultuadas pelo Governo Militar. Nesse mesmo sentido, a emissão de cédulas do cruzeiro em 1970, foi terreno fértil para essa prática. Vale ressaltar que nesse período parte da elite econômica nacional rompeu com o regime, contrários as políticas econômicas fundamentadas no burocratismo e estatismo. Nesse contexto as lideranças liberais, políticas e empresariais fortaleceram um

---

<sup>42</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P.81.

discurso oposicionista aos militares. Fato observado por Marcos Napolitano no recém-lançado livro 1964, *História do Regime Militar Brasileiro*<sup>43</sup>.

As três moedas alusivas aos cento e cinquenta anos da independência, cunhadas em níquel, prata e ouro, trazem no anverso as efígies de Dom Pedro I e do Presidente Emilio Garrastazu Médici (fig.6) O primeiro celebrado pelo feito da independência nacional, motivo precípua da cunhagem, e o segundo, o Presidente da República em exercício, consolidador do novo regime, celebrado como um dos heróis militares.

A iconografia parece induzir a equivalência entre as personalidades exaltadas, pois estão retratadas lado a lado e nas mesmas proporções. O uso das moedas como



Figura 6<sup>44</sup>

Forma de popularizar e dar publicidade ao governante foi muito comum no Império, particularmente no Segundo Império, Dom Pedro II vai ilustrar várias series de moedas de ouro, prata e bronze. Já na república o uso do meio circulante com esta finalidade, encontrará seu ápice no Estado Novo<sup>45</sup>. Getúlio Vargas, através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), soube usar, como nenhum outro, todos os veículos de promoção do Governante.

De todos os militares que lideraram o regime, o Presidente Médici foi o mais afeito a ordem, característica intrínseca a caserna. Foi interpretado por muitos como autoritário e repressor. No seu governo a oposição foi combatida a exaustão, como resultado da ação sistemática de órgãos como o Destacamento de operações internas e comando operacional de defesa interna (DOI-CODI) e a Operação Bandeirante (Oban)<sup>46</sup>. Diante da inflexibilidade do

<sup>43</sup> NAPOLITANO, M. A Sociedade Contra o Estado. In: 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>44</sup> Anverso e reverso da moeda cunhada em ouro de 300 cruzeiros de 1972. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).

<sup>45</sup> O busto de Vargas ilustrou a primeira série de moedas do Estado Novo. Ver: Gallas, Alfredo O. G. op. Cit., p. 428-429.

<sup>46</sup> NAPOLITANO, M. "O Martelo de Matar Moscas": Os Anos de Chumbo. In: 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

regime, que atingia o ápice, parcela da sociedade passara a questionar o regime militar. Diante das críticas insurgentes os militares recorreram também ao meio circulante como veículo de propaganda e massificação do regime.

Outro testemunho dessa iniciativa de exaltar os heróis e popularizar o Regime vai tomar forma na moeda de prata de dez cruzeiros, comemorativa ao aniversário de dez anos da fundação do Banco Central<sup>47</sup>. Para o anverso dessa moeda o Regime escolheu o busto do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro Presidente militar (fig.7). A moeda



Figura 7<sup>48</sup>

foi lançada no dia 31 de março de 1975, no dia que o Regime completava onze anos de existência. Castello Branco tinha sido um dos principais articuladores do golpe no seio militar, contudo era considerado um moderado, vinculado a Escola Superior de Guerra (ESG), líder de uma vertente conhecida como grupo da Sorbonne, que seria considerada à época uma linha branda, ou seja, mais palatável aos aliados civis. Diante disso, parece aceitável a ideia de que o regime já desgastado por parte da opinião pública, além de celebrar seu fundador, pegava uma carona junto ao carismático líder.

Ainda no âmbito da exaltação dos “novos” heróis, a série de cédulas do cruzeiro amplia o panteão do regime militar. Os Imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II são retratados nas peças de 5 e 10 cruzeiros (fig.8), respectivamente. Os dois monarcas, portanto, comandantes do exército, foram responsáveis pela condução do país por quase todo o século XIX. E, o mais significativo, por defender o que era mais caro ao ideário do Regime, a soberania e a integridade

<sup>47</sup> Gallas, Alfredo O. G. op. Cit., p. 462-463.

<sup>48</sup> Anverso e reverso da moeda de 10 cruzeiros de 1975. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 26 de dez. 2018).



do território nacional. Outra justificativa plausível para a escolha dos monarcas consiste no carisma e aceitação dessas personalidades junto à população<sup>49</sup>.

Mais duas personalidades ligadas diretamente à história militar e a República aparecem nas cédulas de 50 e 100 cruzeiros. A peça de 50 cruzeiros faz homenagem ao Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, Proclamador da República e primeiro presidente militar do Brasil (fig.9). Não obstante o fato de ter renunciado à presidência após tentativa frustrada de dissolução do congresso e proclamação do estado de sítio, afinal, podemos supor que naturalizar o caráter autoritário dos governos e dos governantes fosse significativo para um governo marcado por trilhar caminho análogo. Na mesma linha de compreensão, reforçando este entendimento, a cédula de 100 cruzeiros traz a efígie do Marechal Floriano Vieira Peixoto (fig.10). O segundo presidente da República, que assume o cargo após renúncia do Marechal Deodoro, graças a uma interpretação duvidosa da constituição que previa novas eleições no caso de vacância até o segundo ano do mandato. Deodoro ficou eternizado na história como o Marechal de ferro, enfrentou várias revoltas contra o seu governo, principalmente a Revolução Federalista no sul do País e a Revolta da Armada.



Figura 8<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Sobre o carisma e poder simbólico veiculado pela figura do Imperador, ver: SCHWARCZ, L. M. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos. São Paulo: companhia das letras, 1998.

<sup>50</sup> Anverso da cédula de 10 cruzeiros de 1970. (Disponível em: [www.katespapermoney.co.uk](http://www.katespapermoney.co.uk) acesso em: 28 de dez. 2018).

Figura 9<sup>51</sup>Figura 10<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Anverso da cédula de 50 cruzeiros de 1970. (Disponível em: [www.katespapermoney.co.uk](http://www.katespapermoney.co.uk) acesso em: 28 de dez. 2018).

<sup>52</sup> Anverso da cédula de 100 cruzeiros de 1970. (Disponível em: [www.katespapermoney.co.uk](http://www.katespapermoney.co.uk) acesso em: 28 de dez. 2018).

Por fim vejamos a celebração das conquistas econômicas. Uma parcela das moedas emitidas pelo governo militar teve como característica, o registro dos feitos econômicos. Isto fica evidente em três moedas lançadas nesse período.

No reverso da moeda de 10 centavos vemos uma imagem retratando os altos fornos industriais, uma clara alusão à indústria siderúrgica (fig.11). Na moeda de vinte centavos a imagem do reverso traz uma torre de petróleo ilustrando a indústria petrolífera (fig.12) e na moeda de cinquenta centavos vê-se um navio ancorado no estaleiro, iconografia referente a indústria naval (fig13). O período de lançamento dessa série de moedas correspondeu ao auge do crescimento econômico e de desenvolvimento industrial, que entrou para a historiografia como o “milagre econômico” (1968-1973)<sup>53</sup>.



Figura 11<sup>54</sup>

Figura 12<sup>55</sup>

Figura 13<sup>56</sup>

No caso específico do desenvolvimentismo industrial e do setor energético, o sucesso foi garantido pela militarização e subordinação da política do setor ao projeto estratégico “Brasil grande potência”, que visava transformar o Brasil numa potência econômica capaz de competir no cenário internacional com as demais potências industriais desenvolvidas. O milagre foi o resultado de dois programas desenvolvimentistas, um desenvolvido no governo Costa e Silva, o Plano econômico de desenvolvimento (PED) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado e desenvolvido no Governo Médici. Não trataremos aqui das ambiguidades provocadas pelo processo de estabilização e crescimento econômico, cujos efeitos colaterais foram os desequilíbrios e as desigualdades sociais. Afinal, nesse momento

<sup>53</sup> NAPOLITANO, M. Nunca Fomos Tão Felizes: O Milagre Econômico e Seus Limites. In: 1964: História do Regime Militar Brasileiro. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>54</sup> Reverso da moeda de 10 centavos de cruzeiro de 1967. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 29 de dez. 2018).

<sup>55</sup> Reverso da moeda de 20 centavos de cruzeiro de 1967. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 29 de dez. 2018).

<sup>56</sup> Reverso da moeda de 50 centavos de cruzeiro de 1967. (Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/> acesso em: 29 de dez. 2018).



interessa perceber o uso propagandístico do regime que soube muito bem aproveitar a sensação de felicidade coletiva induzida pela propaganda e sacralizado no slogan oficial difundido pela TV à época “nunca fomos tão felizes”<sup>57</sup> e que até hoje provoca saudosismo em grande parte das pessoas que viveram na época. Esta breve interpretação sobre parcela das moedas e cédulas emitidas pelo Regime militar no Brasil, permite constatar, como vimos, algumas características próprias daquela época: a eleição de novos símbolos; a exaltação dos heróis e a celebração das conquistas econômicas. Em síntese as moedas e cédulas ajudam a revelar como a Ditadura civil-militar usou esse material como evidentes peças de propaganda.

---

<sup>57</sup> NAPOLITANO, M. op. Cit.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho até aqui apresentado, tem como base o aporte teórico-metodológico, possibilitado pela imersão no mestrado profissional do ensino de história, sistematizador de uma experiência pregressa. Desse encontro, desenvolvemos este manual didático do uso de moedas como meio para o ensino de história. Na aplicação deste instrumento, é evidente que o uso de moedas no ensino de História se sustenta como uma ferramenta didática exequível no processo de ensino e aprendizagem. Posto que o material aqui disponibilizado aos professores apresenta um método para conduzir uma prática pedagógica dialógica e significativa em sala de aula, visando a progressão dos conhecimentos.

Estes aspectos somente obterão êxito se os docentes levarem em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, mobilizados na aplicação deste instrumento. Isso cumpre, aqui, papel diagnóstico acerca do domínio cognitivo sobre os conceitos e conteúdos históricos acumulados na trajetória do educando. Essa sondagem objetiva tornar democrático o espaço escolar, combatendo os princípios prevalentes no modelo de transmissão didática, no qual o aluno é compreendido apenas como um receptáculo dos conhecimentos científicos, centralizados na figura do professor, celebrado como único vetor possível do conhecimento. Entendemos ser mister do nosso trabalho valorizar o protagonismo dos alunos, rompendo com o binômio memorização/reprodução usuais na educação bancária (FREIRE, 2018). Nesse sentido, esta proposta, é tributária aos princípios da educação histórica, na perspectiva de utilizar o uso de fontes para problematizar o ensino de história, tornando-o mais significativo para o aluno, pois:

a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou das que fazem parte das representações dos alunos, de forma tal que eles encontrem significado no conteúdo que aprendem. Dessa maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem. É preciso que se leve em consideração o fato de que a História suscita questões que ela própria não consegue responder e de que há inúmeras interpretações possíveis dos fatos históricos. Nesse caso, a problematização é um procedimento fundamental para a educação histórica. (SCHIMIDT, 2006, p.60)

Um grande desafio enfrentado para efetivar essa proposta consiste em familiarizar os professores, sobretudo aqueles não iniciados na numismática, da riqueza de informações históricas disponível na coleção numária brasileira. Ou seja, que as moedas são também

testemunhas da história do Brasil. Reiteramos que consideramos como objeto desta pesquisa as moedas que circularam no território nacional, até mesmo as cunhadas em outros países. O critério adotado, diverge dos cânones numismáticos, que reconhece como moedas nacionais, apenas as emitidas após a instauração da casa da moeda do Brasil em 1694. A motivação em incluir as moedas estrangeiras consiste, como dito antes, no fato de que, ao serem postas em circulação, trazidas por comerciantes ou por invasores que aqui aportaram e ocuparam parcialmente o território brasileiro, elas assumiram o papel de difusores da cultura de seus países de origem, servindo, também, como meio para o ensino da nossa História, foco de interesse desta proposta.

Quanto à finalidade esse produto se destina aos professores de história da educação básica, sobretudo os interessados por estratégias didáticas que visem aperfeiçoar sua prática pedagógica, estimulando, ainda, o desenvolvimento de habilidades na utilização e caracterização de fontes históricas, como preceituado nos conteúdos curriculares de introdução à história e preconizado pelos documentos oficiais relativos ao ensino desta disciplina, aspectos ressaltados desde os parâmetros curriculares nacionais do final da década de 90, e reiterados na recentemente aprovada base nacional comum curricular.

No instrumental, como visto, as moedas são apresentadas a partir de uma série de indagações, que leva em consideração as possibilidades de contribuição da fonte para a problematização e construção de uma narrativa histórica a ser elaborada pelo aluno. As moedas são consideradas, a princípio, de acordo com o suporte material, o valor e o período que circularam, visando possibilitar sua identificação e o seu pertencimento cronológico.

Na sequência deste manual, outras perguntas estimulam os alunos a investigarem suas inscrições. As legendas apresentam o responsável pela emissão da moeda, seu pertencimento histórico e político. As inscrições seguem revelando as motivações subjacentes ao imaginário dos governantes ou grupo político dominante no período de sua cunhagem. Como exemplo claro desta afirmação vimos que um dos motivos da rejeição da peça da coroação por Dom Pedro I, foi a ausência em sua legenda do termo constitucional, atributo incontornável a um governante que chega ao poder após a decadência do regime absolutista, cuja vítima mais recente fora seu próprio pai, subordinado às cortes portuguesas na Revolução Liberal do Porto em 1820.

Como constatamos, na exploração da fonte, não foi sem propósito que a moeda de 6\$400 réis posta em circulação um ano depois da coroação, com mesmo valor, metal, peso e diâmetro, em substituição à peça da coroação, trará o termo constitucional ainda em 1823, um ano antes da outorga da carta magna do Império, que seria jurada por Dom Pedro somente em 25 de março



de 1824. Diante disso, é possível concluir que o termo constitucional, impresso na nova moeda, como atributo do imperador, circulou antes como promessa, enfim, como um compromisso moral de um novo governo, uma propaganda de um governante que se “mostrava disposto” a governar observante às leis.

Dando sequência à aplicação do instrumental o Professor poderá avaliar as interpretações dos alunos sobre as escolhas imagéticas vinculadas as moedas. Lembrando sempre que as escolhas das imagens nos cunhos depõem, no sentido de desvelar o imaginário dos grupos governantes, seus valores, símbolos e personagens históricos. Gravados no anverso e reverso das moedas estão registrados, por exemplo, os heróis fabricados por um determinado momento histórico ou que a eles fazem reverência e sentido. Exemplificando essa possibilidade, numa das aplicações, usamos algumas moedas e cédulas emitidas pela ditadura civil militar, nessa atividade o Professor pode explorar o fato de que os personagens celebrados nas moedas e cédulas refletiam o panteão de heróis já consagrados e caros ao militarismo, como os fundadores da primeira república, o seu proclamador e primeiro presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca e o seu sucessor o Marechal Floriano Peixoto. Nesse mesmo sentido, o professor pode, ainda, problematizar a criação dos novos heróis do governo militar, difundidos nas moedas comemorativas desse período, a saber, as efígies do Marechal Castelo Branco e do General Garrastazu Médici.

Está claro para nós que a proposta aqui relatada consiste em uma modesta contribuição no sentido de tornar o ensino de história e sua prática mais significativa para o aluno, nesse sentido enfatizamos que:

Se o professor optar por trabalhar com as “novas” linguagens aplicadas ao ensino de História, ele deve ter claro que esta “novidade” não vai resolver os problemas didático-pedagógicos do seu curso. A incorporação deste tipo de documento/linguagem não deve ser tomada como panaceia para salvar o ensino de História e torna-lo mais “moderno”. Muito menos deve ser vista como a substituição dos conteúdos de aprendizado por atividades pedagógicas fechadas em si mesmas. Todo o cuidado com a incorporação das “novas linguagens” é pouco, principalmente numa época de desvalorização do conteúdo socialmente acumulado pelo conhecimento científico. (NAPOLITANO, 2006, p.149)

## 6. GLOSSÁRIO NUMISMÁTICO<sup>58</sup>:

### **Abridor de cunho:**

Artesão encarregado da fabricação dos moldes e cunhos. Também designado de gravador.

Abreviatura - Sinal constituído por uma só letra ou por um grupo de letras em substituição de uma palavra ou mesmo de uma expressão.

### **Adminículo:**

Ornamento que contorna a figura numa moeda ou medalha.

### **Adulterada:**

Moeda falseada ou viciada.

### **Ag:**

Abreviatura utilizada para denominar prata, metal que em latim tem o nome de Argentum.

### **Alpaca:**

Liga metálica de níquel, zinco e cobre, também conhecida por metal branco, prata níquel e argentão.

### **Alumínio (AL):**

Metal Branco prateado, leve, resistente, descoberto por Wholer em 1827, usado em alguns períodos, na confecção de moedas. As primeiras moedas de alumínio foram cunhadas em 1907, para o protetorado de Uganda (1 e 1/2 cent), seguidas do 1 centavo de Durango (México), em 1914. Em data anterior, foi cunhado em Paris o raríssimo ensaio de 100 réis de 1871, reproduzido no catálogo J. Guttag de 1929, sob o número 803).

### **Alvéolo:**

Objeto em cartão onde se podem ser guardadas as moedas. Existem dois tipos de alvéolos: os de agrafar e os autocolantes.

### **Amoedar:**

Reduzir (o metal) a moedas; cunhar, monetizar.

### **Anel:**

Círculo figurado na moeda, corresponde-lhe mais ou menos arruela, termo de heráldica, o mesmo que besante.

### **Anepígrafa, inanimada ou muda:**

---

<sup>58</sup> Esse glossário foi resultado da seleção dos termos mais usuais da numismática, sua composição é tributária dos seguintes sites: Da Casa da Moeda, Disponível em: <https://casadamoeda.loja2.com.br/page/73520-Glossario>. Da Bentes Numismática, Disponível em: <http://blogbentes.blogspot.com/2018/02/glossario-numismatico-uma-letra-por.html> e de Diniz Numismática, Disponível em: <https://diniznumismatica.blogspot.com/p/vocabulario-numismatico.html>.

Moeda ou face de moeda sem letreiro algum.

**Anverso, verso ou face:**

É o lado principal da moeda. Representa quase sempre a entidade emissora.

Geralmente é a face constituída pela figura do soberano ou chefe de estado do País emissor.

Na gíria popular designa-se por «cara».

**Armas (heráldica):**

Ver Brasão.

**Armila:**

Círculo da Esfera Armilar, que é formada por dez aros ou círculos fixos e móveis que representam as órbitas dos astros no plano celestial.

**Au:**

Abreviatura usada para designar ouro, metal que tem a sua denominação latina de "aurum"

**Balancim:**

Instrumento (prensa de parafuso ou rosca) através do qual foi melhorado o processo de cunhagem, diminuindo o esforço e aumentando a pressão exercida, mais uniformemente, no disco (ver definição). Dos mais variados tamanhos, servia para cunhar das menores moedas até os grandes patações. Aos poucos este “engenho” foi sendo adotado por todas as Casas de Moeda europeias e do novo mundo. Com exceção das moedas batidas pelos holandeses no Recife, as primeiras moedas cunhadas em solo brasileiro, a partir da abertura da Casa da Moeda da Bahia, em Salvador, em 1694, foram feitas com este tipo de cunhagem conhecida como mecânica. Em dezembro de 1855, houve um grande avanço tecnológico com a introdução de uma máquina de cunhar movida a vapor. Em 11 de fevereiro de 1860, foi inaugurada na Casa da Moeda, uma prensa a vapor totalmente construída no Brasil, posteriormente adaptada para trabalhar com energia elétrica.

**Batida Dupla (Double Strike):**

Ocorre por falha mecânica, no qual, ocasiona-se mais de uma batida, (dupla, tripla, etc) na mesma moeda. É um erro bem fácil de ser identificado, os elementos de impressão do cunho fêmea aparecem impressos na moeda conforme o número de batidas.

**BC:**

Estado de conservação das moedas. Moeda circulada. Mostra certo desgaste ou corrosão e algumas mossas ou riscos, mas lendo-se completamente as suas legendas e datas. Quando embora dentro deste estado, se aproxima das condições de "Muito Bem Conservada" ou "Regular" será designada, respectivamente, por "BC+" ou "BC-". Relevos da gravura com



consideráveis sinais de desgaste, mas com todos os pormenores bem visíveis, incluindo a legenda e data. Pode apresentar mossas e riscos.

**Besante:**

Como termo de heráldica é uma rodela lisa que se opõe o escudo de armas. Na Numismática é uma moeda antiga de ouro e de prata cunhada em Bizâncio.

**Bi metálica:**

Constituída por dois metais diferentes.

**Bordo(a):**

É o lado da moeda visto na vertical, que pode ser lisa, serrilhada, ornada ou com legendas. Colocado no intuito de impedir o seu cerceamento e local de aferição do diâmetro da moeda.

**Braceagem:**

A princípio era a remuneração percebida pelos moedeiros; mais tarde, eram as taxas cobradas por ocasião da cunhagem, a título de pagamento das despesas de material e mão de obra. Em outros termos, era o preço da cunhagem cobrado ao possuidor de ouro em barra ou prata em pinha ao mandar converter esses metais em moedas.

**Brocal (her.):**

Guarnição de aço nos escudos.

**Bronze:**

Liga bastante dura de cobre e estanho, que pode conter zinco e outros elementos.

Busto - Com frequência se representam nas moedas bustos (ou cabeças) de imperadores, de divindades, de nações personificadas, etc. O busto pode estar voltado para a direita, para a esquerda, ou de frente. Quando há dois bustos e estão voltados na mesma direção lateral, dizem-se conjugados, quando a direção é contrária dizem-se opostos, quando olham um para o outro dizem-se de frente, ou convergentes.

**Bronze-alumínio:**

Liga moderna para moedas, de invenção francesa, composta de cobre, alumínio e zinco.

**Buchela:**

Pinça de ferro ou aço, com que se pega nos pesos quando se procede à pesagem dos ensaios. Também usada por cravadores de pedras preciosas.

**Buril:**

Instrumento pontudo de aço, usado pelos abridores para gravar os cunhos de moedas e medalhas.

**Busto:**

Parte superior do corpo humano, abrangendo cabeça, ombros, peito e parte dos braços da figura representada na moeda. Empregam-se os seguintes termos para classificar o tipo: Esquerdo, direito ou de frente. Fronteiros - quando dois bustos estão virados de frente um para o outro. Opostos - sinônimo de fronteiros. Ladeados - quando dois ou mais bustos um ao lado do outro. Conjugados - quando dois ou mais bustos, voltados para o mesmo lado, se cobrem parcialmente.

**Caduceu:**

Vara de louro ou de oliveira, terminando em duas asas, na qual se enroscam serpentes. Era a insígnia de Mercúrio.

**Campo:**

É, na superfície da moeda, tanto no anverso como no reverso, o espaço ou fundo em que assentam as figuras principais.

**Cantonada:**

Quando no anverso ou reverso de uma moeda há uma cruz, e em cada ângulo da qual está uma letra ou desenho, se diz cruz cantonada por tais letras ou desenhos.

**Carimbo:**

Marca que, já depois da moeda colocada em circulação, se lhe estampa ou grava, para lhe regularizar o curso, dar curso novo, aumentar o valor, etc. Costuma em especial chamar-se contramarca o carimbo que indica o valor diverso do que a moeda tinha antes.

**Casa de Fundição:**

Local onde se fundiam metais para fabricação de barras de ouro, e eventualmente se cunhavam moedas. Exemplos: Casa de Fundição de Vila Rica, Casa de Fundição de Goiás.

**Casa da Moeda:**

Local autorizado pelo governante a cunhar moedas (e relativos, como medalhas). Desde o Brasil Colonial foram várias as Casas da Moeda, entre elas a Casa da Moeda do Rio de Janeiro e a Casa da Moeda da Bahia.

**Cercadura:**

Série de pontos ou traços que circundam a legenda.

**Cerceada:**

Moeda cujo peso foi reduzido fraudulentamente. A cerceadura resultava do bordo limado ou raspado, ou muito substancialmente diminuído, por forma a subtrair-lhe o peso legal na origem. Obtinha-se assim uma limalha preciosa, que depois era (re)utilizada para os fins mais diversos.

**Cerceamento:**

Ação fraudulenta de remoção de pedaços ou redução de peso no caso das moedas feitas com ligas ou metais preciosos.

**Chefe (her.):**

Terço superior do escudo. Peça honrosa.

**Cobre:**

Do latim cuprum, elemento químico de número 29 (CU), de peso específico 8,93 e fusão a 1083 graus Celsius. Metal dúctil e maleável, muito usado na fabricação de moedas. Um dos melhores condutores do calor e da eletricidade. Metal avermelhado, muito maleável e dúctil.

**Colar (1):**

Anel de pérolas ou traços radiais usado para contornar a gravura incisa no campo das moedas, erroneamente chamado de cordão.

**Colar (2):**

Utensílio usado na cunhagem de moedas para evitar a saída do metal para fora do cunho. Se inciso, fornece a serrilha ao disco.

**Colunário (columnario):**

Moedas hispânicas de prata de lei, pesando 26,928 gramas, tendo reproduzida em seu reverso as duas colunas de Hércules.

**Conservação:**

Graduação do estado de conservação das moedas. No Brasil vão de UTG (um tanto gasta) até FDC (flor de cunho).

**Conto de Reis:**

1.000.000 Réis (1:000\$000)

**Contorno:**

Orla em que se encontra a legenda.

**Contrafação:**

Imitação fraudulenta de uma moeda, falsificação.

**Convenção latina:**

Em 23/12/1865 a França, Bélgica, Itália e Suíça realizaram uma conferência (em seguida denominada Convenção Latina), com a finalidade de uniformizar a moeda. Para tanto adotaram, entre outros parâmetros, a moeda de prata de cinco francos suíços, de título 900 milésimos, como padrão. Por ocasião da Exposição de Paris em 1867, diversos países aderiram à convenção que pretendia adotar um sistema único de circulação de moeda. O Brasil também resolveu aderir à iniciativa, alterando, por Decreto de 26/9/1867, o título de suas moedas de prata de 2.000 e 1.000 réis de 917 ‰ para 900 ‰ e as de 500 e 200 réis, de 917 ‰ para 835 ‰, ligas mantidas até 1871. A convenção latina, por assim dizer, foi a precursora do Euro.

**Cor (her.):**



Para poder distinguir as cores com que são desenhadas as armas e brasões, a heráldica (arte intimamente ligada à numismática) convencionou para a gravação de selos, moedas, etc, diversas formas de traçar o metal, de forma a poder identificar as cores dos símbolos de bandeiras, escudos e brasões.

**Cordão:**

Fio de pontos ou traços colocados na orla muito próximo ao bordo, geralmente confundido com o colar.

**Coroa:**

Distintivo de soberania ou de nobreza, destinado a ornar a cabeça. As coroas reais e imperiais foram reproduzidas nas moedas brasileiras, com feitios variados. Para a numismática brasileira, a divisão importante é feita da seguinte forma: Coroa Grande, também denominada como Alta ou Larga. Coroa Média, um tipo intermediário e Coroa Pequena, também denominada de Baixa ou Estreita. Variedades que aparecem em 1695/96 e posteriormente de 1778 a 1803.

**Coroado:**

Encimado por coroa.

**Corpo:**

Conjunto de figuras que aparecem nas moedas ou medalhas.

Cortado (her.) — Escudo dividido horizontalmente em duas metades, por uma linha traçada entre os meios dos flancos.

**Cortados:**

Pedaços de moedas cortadas à talhadeira e martelo, em países onde havia carência de moeda miúda. Em geral, estes pedaços recebiam uma contramarca.

**Cortar (moeda):**

Aplicar a “marca ou talho da Lei”, com talhadeira, em moedas de cobre, como sinal de seu recolhimento ou por ter sido constatada como moeda falsa.

**Cravada ou cravejada:**

Moeda cerceada que recebia um rebite de ouro (cravo) junto com contramarca, como forma de compensação, ajustando seu peso ao oficial.

**Crucífero:**

Globo representando a Terra, ornado com uma cruz (ver esfera armilar).

**Cunhagem:**

Operação de cunhar moeda.

**Cunhagem Descentrada (Off Center Strike):**

Chamado comumente no Brasil pelo apelido “Boné” por comerciantes e leigos, pode ocorrer em um ou em ambos lados da moeda. O cunho bateu com o disco não posicionado corretamente na Virola (peça que segura o disco pelas bordas no ato da cunhagem). As cunhagens descentradas podem variar em diversos graus. Considera-se uma peça boa para coleção aquelas onde no mínimo 5% do design da moeda não fora cunhado no disco. Abaixo disso, é considerado como uma peça regular. É também preferível aquelas peças que ainda apresentem a data visível. É um erro muito importante por ser praticamente impossível reproduzi-lo fora do ambiente da Casa da Moeda, e recebe encapsulamento e graduação pelas empresas graduadoras de moedas. É um dos melhores e mais valorizados erros de cunhagem que o numismata deve buscar para sua coleção.

**Cunhar:**

Imprimir o cunho em; amoedar.

**Cunho:**

Peça em metal, normalmente em aço temperado, cuja superfície se acha gravado o desenho invertido da moeda que se vai cunhar; com ele se imprime a gravura nos discos metálicos.

**Cunho Rachado (Broken Die):**

Defeito ocasionado por estresse de batidas usando o mesmo cunho, As moedas que foram cunhadas com um cunho rachado são fáceis de serem identificadas, pois é possível observar o sinal de rachadura iniciando e terminando nas bordas.

**Cupro-níquel:**

Liga moderna, muito dura, de cobre e níquel, resistente ao desgaste e à corrosão.

**Data (do cunho) Emendada:**

Reaproveitamento de um cunho usado em uma data/ano anterior, que pelo jeito ainda estava em muito bom estado.

**Desmonetizar:**

Lei ou ato oficial que remove o valor legal da moeda em curso, que passa a ter um uso apenas numismático.

**Disco Metálico:**

Diz respeito ao círculo metálico antes da cunhagem.

**Dístico:**

Cada uma das inscrições que constituem o texto da moeda metálica. Pode indicar o valor, o emissor, o fabricante, a data etc.

**Dobra:**

12.800 Réis (12\$800)

**Dobráo:**

20.000 Réis (20\$000)

**Efígie:**

Representação ou imagem de pessoa. Figura de pessoa importante representada em moeda ou medalha.

**Eixo:**

Linha reta, real ou imaginária, em torno da qual um corpo efetua ou pode efetuar movimento de rotação.

**Eixo horizontal (EH):**

Eixo de moeda: Considera-se que uma moeda tem eixo horizontal quando ao rodarmos a moeda ela apresenta a outra face invertida em relação à que primeiro foi visualizada. Atualmente só são cunhadas moedas de eixo horizontal, contudo surgem por vezes moedas de eixo vertical, normalmente por deficiências de cunhagem, o que as torna rapidamente valorizadas, por se tratarem de moedas muito raras e com uma procura muito elevada.

**Eixo vertical (EV) - Eixo de medalha:**

Considera-se que uma moeda tem eixo vertical quando ao rodarmos a moeda ela apresenta a outra face na mesma posição relativamente à que foi visualizada em primeiro lugar. Assemelha-se a uma "Medalha".

**Elemento de Segurança:**

Detalhe da cédula ou moeda que constitui obstáculo à falsificação.

**Emissor:**

País ou entidade oficial responsável pela colocação do dinheiro em circulação.

**Ensaio monetário:**

Moeda cunhada para modelo ou amostra, confeccionada, muitas vezes, em metal diverso do escolhido para a peça definitiva.

**Era:**

Antiga expressão para designar "DATA", que aparece na moeda metálica fabricada antes de 31.05.1974 (Voto CMN 381/74 - Sessão 229).

**Escudete:**

Carimbo unifacial em forma de um pequeno escudo com a finalidade de alterar o valor da moeda

**Exergo:**

Local inferior do campo, onde geralmente encontra-se a data e a letra monetária.

**Família:**



Compreende um conjunto de cédulas e/ou moedas concebidas sob um mesmo projeto. Atualmente, o real possui duas famílias de cédulas e duas de moedas.

**Incusa:**

Moeda que apresenta o mesmo tipo nas duas faces ou que cunhada de um lado só.

**KM:**

Classificação numérica das moedas, por país emissor, adotada por Chester L. Krause (Krause) e Clifford Mishler (Mishler)

**Legenda:**

Palavra ou conjunto de palavras que ocupam a orla da moeda e indicam painel, efígie ou "portrait".

**Letra Monetária:**

Letra ou sinal que indica a casa da moeda onde foi cunhada.

**Listel:**

Círculo saliente na circunferência das moedas.

**Moedas anômalas:**

Moeda com boné, defeito de cunho (ex.: partido, descentralizado, trocado) ou no disco disco (ex.: finos, menores), sobra de material, irregularidades em geral.

**Moeda Comemorativa:**

Moeda metálica, de cunhagem limitada, lançada em circulação em comemoração a eventos importantes.

**Moeda Ordinária:**

Moeda de curso legal e de uso diário ou de circulação corrente.

**Moeda Recunhada:**

É a moeda que passa por outro cunho, para que seja alterado o tipo, o valor etc., e muitas vezes a nacionalidade.

**Módulo:**

É o diâmetro da moeda.

**Mossa:**

Vestígio de pancada na moeda, deformação.

**Mula (Mule):**

Defeito no qual o operador da máquina acaba usando o cunho de anverso de uma determinada moeda junto com o cunho reverso de outra moeda (ou vise versa). O nome é derivado da mula, onde sua descendência é híbrida de um cavalo e um burro. Assim a mesma analogia é dado a moeda.

**Numisma (vem do grego nômisma):**

Moeda cunhada; moeda de cunho legal.

**Numismática:**

Ciência que estuda as cédulas, as moedas e as medalhas.

**Obsidional:**

Aparece geralmente como dinheiro emergencial (moeda de necessidade), em momentos difíceis de guerras, cercos militares, etc.

**Onça:**

Unidade de medida de peso equivalente a 28,6875 gramas, que teve origem nas unidades de medida romanas, árabes e outras, e evoluíram ao longo dos tempos.

Já a onça troy (relativo a metais preciosos entre outros) equivale a 31,103478 gramas.

**Orla:**

Parte da moeda que contorna os motivos e que, geralmente, traz a inscrição que determina a origem, nomes, especificidades do país, comemorações, etc.

**Padrão Monetário:**

É a denominação da unidade de moeda que serve de base ao sistema monetário.

**Pataca:**

320 Reis.

**Patacão:**

960 Reis.

**Pátina:**

Resultado da oxidação do(s) metal(is) usado(s) na cunhagem da moeda e que surge com o passar dos anos.

**Piedfort:**

Prova tirada com os mesmos cunhos das moedas, mas de maior espessura e algumas vezes de metal diferente. Normalmente usados como padrão ou amostra da moeda. O mesmo que ensaio.

**Portrait:**

Efígie que retrata uma personalidade.

**Proof:**

Sistema de cunhagem com espelhamento no fundo e fosqueamento na figura da moeda

**Prova:**

São as primeiras moedas cunhadas para se testar o cunho, tendo inscrita no campo a palavra "prova" em relevo. Não são destinadas à circulação.

**Provisional:**

Moeda cunhada em circunstâncias especiais de escassez de metal, e cujas características refletem a precariedade da situação.

**Pseudoincusa:**

Moeda anômala que por imperfeição de fabrico apresenta o mesmo cunho no anverso e no reverso, tal como num espelho. Geralmente é produzida quando um disco cunhado não foi extraído da prensa e um novo entra. Este novo disco recebe a batida de um cunho em uma face e na outra a batida da moeda. O efeito produzido pela moeda que se interpôs ao cunho é contrário ao original (imagem negativa e oca).

**Quilate (K):**

Escala indicativa do teor de uma liga metálica nobre, expresso em até 24 avos da massa total.

Rebordo (borda revirada):

Limite extremo da face da moeda, onde é ligeiramente mais alto que as figuras, para impedir o seu desgaste rápido, contorno pelo qual se afere a espessura da moeda.

**Reverso:**

Face oposta ao anverso. Representa o valor facial da moeda, ou seja, o seu valor fiduciário.

Normalmente nesta face as moedas apresentam uma coroa, nome que se atribui na gíria popular.

**Reverso Invertido:**

Diz-se do reverso da moeda quando a sua posição é contrária em 180° ao que foi determinado oficialmente.

**Reverso Horizontal:**

Diz-se do reverso da moeda quando a sua posição é contrária em 90° (à direita ou à esquerda) ao que foi determinado oficialmente.

**Serrilha:**

Acabamento trabalhado do rebordo da moeda, destinado a impedir o cerceio (raspagem).

**Sigla:**

É uma monograma com as iniciais do gravador.

**Sistema Monetário:**

É o conjunto de cédulas e moedas adotado por um país.

**Terceiro lado:**

A borda (rebordo) da moeda também é chamada de terceiro lado.

**Título (Titulação):**

É o grau de pureza ou teor do respectivo metal em que a moeda foi cunhada. Geralmente aplicado a metais nobres como: prata, ouro, etc..É expresso em partes por mil.

**Toque:**



O mesmo que título.

**Valor intrínseco:**

Valor do metal de que é feita uma moeda.

**Valor Legal ou Valor Facial:**

É o valor dado por lei a uma moeda para que com ela circule.

**Variante de cunhagem:**

É a peça do mesmo tipo, data, Casa da Moeda e metal, que por eventualidade sofre algum prejuízo no momento em que é batida, passando a apresentar algum defeito.

Ex.: Cunho rachado; boné; falta de parte de letras e/ou algarismos, dupla batida (dupla cunhagem), etc...

**Variante de cunho:**

É peça do mesmo tipo, data, Casa da Moeda e metal, que foi produzida por cunho(s) diferente(s) de outra peça do mesmo tipo, data, Casa da Moeda e metal que é tomada por parâmetro de comparação. A variante de cunho é a peça que todos os colecionadores geralmente atribuem apenas o nome de variante.

**Vintém:**

20 Réis

## 7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMATO, C. P.; NEVES, I. S. Livro das Moedas do Brasil. 15ª Ed. São Paulo: Artgraph, 2018.
- ARAGÃO, A. C. T. Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal. — 3 vols. Imprensa Nacional. Lisboa, 1875, 1877 e 1880.
- BARCA, Isabel. “Educação Histórica: uma nova área de investigação”. Revista da faculdade de Letras – História, Porto, III série, v.2, 2001, p. 07.
- BRAGA, Carlos Almeida, Revista Numismática, ano 11, n. 1, São Paulo, 1933.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Indicadores Educacionais. Taxas de Rendimento. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>> Acesso em: 20 março 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação, (2017) Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>Acesso em: 26 de maio. 2018.
- BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.
- CARLAN, Claudio U.; FUNARI, Pedro Paulo. Moedas: a numismática e o estudo da história. São Paulo: Annablume, 2012 (Coleção História e Arqueologia em Movimento).
- COIMBRA, Álvaro da Veiga. “noções de numismática brasileira (v)”. IN: Questões Pedagógicas. Revista de História USP. V. 20 N. 41, mar. 1960
- COLIN, O. Brasil através da moeda. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1995.64p.
- FONSECA, Selva G. Didática e prática de ensino em história. 8ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2009.
- FORGIARINI, S. B.; SILVA, J. C. fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades. Cascavel, 2009. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf> >Acesso em: 17 de março. 2020.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia-Saberes e Necessários à Prática Educativa. 56 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 65 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GALLAS, Alfredo O. G. *As moedas contam a História do Brasil*. São Paulo: Magma editora cultural, 2007

GONÇALVES, C. B. *Casa da Moeda do Brasil, 290 anos de história, 1694-1984*. Rio de Janeiro: Casa da Moedas do Brasil, 1985.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. Os Ducados Brasileiros de 1645 e 1646 e as moedas obsidionais cunhadas no Recife em 1654. Recife: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, V.48, p.185-227.

ICONOGRAFIA de Valores Impressos no Brasil. Banco Central do Brasil. Brasília: 1979.

KNAUSS, Paulo. “Sobre a norma e o obvio: a sala de aula como lugar de pesquisa”. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o Ensino de História*. São Paulo: Cortez, 1996.

LEITÃO, S. *Catálogo de moedas brasileiras, de 1943 a 1965*. Rio de Janeiro: Santos Leitão & Cia. Ltda, 10 edição, 1965, 205p.

LOBO, A. S. *Catálogo da Coleção Numismática Brasileira*. Rio de Janeiro, 1908.

MALDONADO, Rodrigo. *Catálogo Bentes de Moedas Brasileiras*. 2ª Ed. Itália: MBA Gráfica e Editora, 2014.

MAYNARD, Dilton C. S. *Histórias em Horas Extremas: Anotações sobre o tempo presente*. In: *Visões do mundo contemporâneo*. Volume 2. São Paulo: LP books, 2013.

MOTA, J. X. *Moeda do Brasil, Tipografia do Espírito Santense*: Vitória, 1889

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Moedas Portuguesas da Época dos Descobrimentos na Coleção do Museu Histórico Nacional 1383-1583*: Rio de Janeiro: MHN, 2000.

NAPOLITANO, M. 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, M. A televisão como documento. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). *O Saber histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2006.



PROBER, Kurt. Catálogo de Moedas Brasileiras. Rio de Janeiro: 1ª ed.1960

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis educativa. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, p.07-16, jul-dez, 2006.

RÜSEN, Jorn. Razão Histórica. Brasília: UnB, 2001.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. IN: BITTENCOURT, Circe. (Org.). O Saber histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOMBRA, S. História Monetária do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Laemmert, 1938.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 2ª ed. 1987.

VILLALTA, L. C. Dilemas da Relação Teoria e Prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva. Rev. Bras. de Hist. São Paulo.v.13, nº 25/26, pp.223- 232. set. 92/ ago.93.